



Rainforest Alliance
65 Millet St. Suite 201
Richmond, VT 05477 USA
Tel: (802) 923-3766
Pessoa de contato: Lawson Henderson
lhenderson@ra.org
www.rainforest-alliance.org



Imaflora- Instituto de Manejo e
Certificação Florestal e Agrícola
Estrada Chico Mendes, 185
Piracicaba, Brasil
Tel: +55 19 3429-0848
+55 19 98324-5522
Pessoa de Contato: Bruno Brazil
bruno@imaflora.org
servicosambientais@imaflora.org
www.imaflora.org



Relatório de Validação

Projeto Carbono Nascentes do Xingu
em Santa Cruz do Xingu, MT, Brasil

Relatório Finalizado:	14 de Outubro de 2016
Data da auditoria:	02 de Março de 2015 a 05 de Março de 2015
Auditor Líder:	Bruno B. Souza
Equipe Auditora :	Junia K. Ruggiero
Revisor	Lawson Henderson; Klaus Geiger
Padrão Auditado :	<i>CCB Standards Third Edition (2013)</i>
Código de validação:	RA-VAL-CCB-018993
Projeto Latitude/Longitude:	Lat: -10.2415 Log: - 52.3721
Versão do DCP	3.0
Contato Proponente do Projeto:	Rodrigo Junqueira rodrigojunqueira@socioambiental.org Fone: +55 61 3035 5114
Endereço Proponente do Projeto:	Instituto Socioambiental - ISA SCLN 210, bloco C, sala 112, Brasília-DF, CEP 70862-530

Sumário

1	Introdução.....	3
1.2	Escopo e Critérios.....	3
1.3	Nível de garantia.....	3
1.4	Descrição do Projeto.....	3
2	Visão Geral da Auditoria.....	4
2.1	Conclusões da Auditoria.....	4
2.2	Avaliação de não conformidade.....	5
2.3	Observações.....	14
2.4	Medidas adotadas pelo Proponente do Projeto que abordam os NCRs (inclusive qualquer resolução de discrepância relevante).....	14
3	Metodologia da Auditoria.....	15
3.1	Equipe de Auditoria.....	15
3.2	Análise de Documentos.....	16
3.3	Entrevistas.....	19
	APÊNDICE A: Descobertas das Auditorias de Campo.....	21

1 Introdução

A Rainforest Alliance oferece uma variedade de serviços focados em certificação e auditorias florestais. Todo o pessoal responsável pelos processos de auditoria, avaliação e de decisões sobre a certificação/validação/verificação de empreendimentos e projetos estão sob o escopo do programa RA-Cert. A Rainforest Alliance é um organismo de validação e verificação de projetos de carbono florestal acreditado pela ANSI na norma ISO 14065:2007. Além disso, também é membro da Aliança do Clima, Comunidade e Biodiversidade (CCBA) e corpo validador/verificador de uma gama de padrões direcionados a projetos de carbono florestal. Para ver a lista completa dos serviços oferecidos pela Rainforest Alliance acesse: http://www.rainforestalliance.org/climate.cfm?id=international_standards. Para uma lista completa de serviços oferecidos pelo Imaflora acesse: http://www.imaflora.org/certificacao-socioambiental_carbono.php.

Resolução de Conflito: caso os clientes do Imaflora/Rainforest Alliance, seja em nível organizacional quanto individual, tenha qualquer dúvida ou comentário a respeito do Imaflora/Rainforest Alliance ou de nossos serviços, solicitamos que não hesitem em contatar a sede do Imaflora/Rainforest Alliance diretamente.

1.1 Objetivo

A finalidade deste relatório é documentar a conformidade do projeto Carbono Nascentes do Xingu aos requisitos do CCB, visando sua validação. O projeto foi desenvolvido pelo Instituto Socioambiental - ISA, designada neste relatório como "proponente do projeto". Este relatório apresenta a conclusão do processo de auditoria conduzido pelos auditores do Imaflora/Rainforest Alliance frente ao padrão aplicável.

1.2 Escopo e Critérios

Escopo: o escopo da auditoria é avaliar a conformidade do Projeto Carbono Nascentes do Xingu localizado em propriedades privadas da Bacia Hidrográfica do Rio Xingu, nas cidades de Santa Cruz do Xingu e no Estado do Mato Grosso, frente aos critérios do padrão CCB, visando sua Validação. A auditoria avaliou o status atual de implementação do projeto em relação ao cenário da avaliação inicial apresentado no documento de concepção do projeto (DCP, também chamado de PD – Project Description). O projeto engloba o reflorestamento de uma área de 181,8 ha e tem a duração de 30 anos, período na qual se estima a remoção líquida de 61.533 tCO₂e.

Critérios padrão: Os critérios estabelecidos nos seguintes documentos foram utilizados para avaliar esse projeto:

- CCB. 2013. Climate, Community & Biodiversity Standards Third Edition. www.climate-standards.org.
- CCB. 2013. Rules for the Use of the Climate, Community & Biodiversity Standards. www.climate-standards.org.
- AR-AMS0007: Afforestation and reforestation Project activities implemented on lands other than wetlands. v.3.0.

Materialidade: Todos os sumidouros, fontes e/ou reservatórios de GEE e emissões de GEE iguais ou superiores a 5% da asserção total de GHG definido pelo critério do padrão.

1.3 Nível de garantia

A avaliação foi conduzida para fornecer o nível adequado de garantia de conformidade frente aos critérios do padrão auditado e dos limites de materialidade dentro do escopo da auditoria. Com base nas evidências obtidas em auditoria, uma declaração de avaliação positiva garante que a asserção do projeto esteja materialmente correta, constituindo a demonstração fiel dos dados e informações sobre GEE.

1.4 Descrição do Projeto

O projeto consiste na restauração de vegetação nativa em matas ciliares degradadas em propriedades privadas na Bacia Hidrográfica do rio Xingu, no Estado do Mato Grosso. Os benefícios climáticos são consequência direta da atividade de

restauração. O projeto Carbono das Nascentes do Xingu, estima a remoção de remover 61.533 t CO2 da atmosfera pelo período de 30 anos. As atividades de restauração do projeto se inserem na Campanha 'Y Ikatu Xingu, existente na região das cabeceiras do rio Xingu com o propósito de proteger e recuperar as águas do Xingu e dos seus formadores. Trata-se de uma Campanha compartilhada entre diferentes atores, entre pecuaristas, produtores familiares, populações indígenas, organizações da sociedade civil e prefeituras, que tem responsabilidade compartilhada, porém diferenciada, com relação à proteção das águas do Xingu. Este é o lema da Campanha, que coloca trabalhando junto para um objetivo comum, atores sociais antagônicos, que até recentemente não dialogavam. Este talvez seja o principal benefício social do projeto, porém certamente não o único. A Rede de Sementes do Xingu, formada com a Campanha e com as atividades de restauração florestal, fornece a matéria prima aos produtores rurais para colocar em prática as atividades de restauração e gera renda para os coletores, indígenas e pequenos produtores familiares, muitos deles mulheres. É uma iniciativa que valoriza a floresta em pé. Os benefícios à biodiversidade se dão porque, além de promover o restauração florestal das margens de rios e áreas alagadas, protegendo e recuperando bens e serviços ambientais ligados à água, tais restaurações aumentam a conectividade da paisagem, em uma área considerada como hotspot para a biodiversidade, ecótono de dois biomas importantes, Cerrado e Amazônia, que se encontram sob forte pressão das atividades agropecuárias.

2 Visão Geral da Auditoria

Com base na conformidade do Projeto com os critérios de auditoria, a equipe auditora faz a seguinte recomendação:

Conclusões do Relatório Final

- Validação aprovada:
NCRs encerrados
- Validação não aprovada:

Conclusões do Relatório Preliminar v.2 (Final DRAFT Report)

- Validação aprovada:
NCRs encerrados
- Validação não aprovada:

Conclusões do Relatório Preliminar v.1 (DRAFT Report)

- Validação aprovada:
- Validação não aprovada:
Ações corretivas necessárias para encerramento dos NCRs

2.1 Conclusões da Auditoria

O projeto Carbono Nascentes do Xingu demonstra conformidade a todos os critérios e indicadores aplicáveis do padrão CCB 3ª ed. (2013). O time de auditoria recomenda a validação do projeto.

Resumo das Conformidades com o padrão CCBA:

Seção Geral

- G1. Objetivos do projeto, concepção e viabilidade em Longo Prazo
G2. Linha de base e adicionalidade
G3. Participação de atores
G4. Capacidade de gestão
G5. Situação jurídica e direito de propriedade

Conformidade:

- | | | |
|---|------------------------------|-------------|
| Sim <input checked="" type="checkbox"/> | Não <input type="checkbox"/> | Obrigatório |
| Sim <input checked="" type="checkbox"/> | Não <input type="checkbox"/> | Obrigatório |
| Sim <input checked="" type="checkbox"/> | Não <input type="checkbox"/> | Obrigatório |
| Sim <input checked="" type="checkbox"/> | Não <input type="checkbox"/> | Obrigatório |
| Sim <input checked="" type="checkbox"/> | Não <input type="checkbox"/> | Obrigatório |

Seção Clima

Conformidade:

CL1. Cenário do Clima na Ausência do Projeto	Sim <input checked="" type="checkbox"/>	Não <input type="checkbox"/>	Obrigatório
CL2. Impactos climáticos Líquidos Positivos	Sim <input checked="" type="checkbox"/>	Não <input type="checkbox"/>	Obrigatório
CL3. Impactos climáticos fora da área do projeto (vazamentos)	Sim <input checked="" type="checkbox"/>	Não <input type="checkbox"/>	Obrigatório
GL1. Adaptação às mudanças climáticas	Sim <input type="checkbox"/>	Não <input checked="" type="checkbox"/>	Opcional

Seção Comunidade

CM1. Cenário para as comunidades na Ausência do Projeto
CM2. Impactos Líquidos Positivos sobre as comunidades
CM3. Monitoramento de atores externos
CM4. Monitoramento do Impacto sobre a comunidade
GL2. Benefícios excepcionais às comunidades

Conformidade:

Sim <input checked="" type="checkbox"/>	Não <input type="checkbox"/>	Obrigatório
Sim <input checked="" type="checkbox"/>	Não <input type="checkbox"/>	Obrigatório
Sim <input checked="" type="checkbox"/>	Não <input type="checkbox"/>	Obrigatório
Sim <input checked="" type="checkbox"/>	Não <input type="checkbox"/>	Obrigatório
Sim <input type="checkbox"/>	Não <input checked="" type="checkbox"/>	Opcional

Seção Biodiversidade

B1. Cenário da Biodiversidade na Ausência do Projeto
B2. Impactos Líquidos Positivos sobre a Biodiversidade
B3. Impactos Externos sobre a Biodiversidade
B4. Monitoramento do Impacto sobre a Biodiversidade
GL3. Benefícios excepcionais à biodiversidade

Conformidade:

Sim <input checked="" type="checkbox"/>	Não <input type="checkbox"/>	Obrigatório
Sim <input checked="" type="checkbox"/>	Não <input type="checkbox"/>	Obrigatório
Sim <input checked="" type="checkbox"/>	Não <input type="checkbox"/>	Obrigatório
Sim <input checked="" type="checkbox"/>	Não <input type="checkbox"/>	Obrigatório
Sim <input type="checkbox"/>	Não <input checked="" type="checkbox"/>	Opcional

2.2 Avaliação de não conformidade

Nota: Um NCR (Non-conformity report) é definido neste relatório como deficiência, discrepância ou declaração falsa que afetará potencialmente a conformidade do projeto aos padrões de referência. Nos NCRs emprega-se no "box" "Pedido de Ação Corretiva" o termo "deverá" de forma não diretamente prescritiva. Cabe ao proponente do projeto definir e levantar evidências de ações corretivas tomadas em ordem de encerrar cada NCR.

NCR#:	01/15
Norma & Requisito:	Padrão CCB, 3ª Edição, 2013. Indicador G1.1.
Seção do Relatório:	Apêndice A – G1.1, G4.1
Descrição das Evidências de Não Conformidade e Outras Correlatas:	
Através da análise do DCP (ref. 1, G1.1 e G4.1), entrevistas com os responsáveis pelo projeto e observação em campo, verificou-se que o proponente do projeto não identifica todos os proponentes, entidades, responsáveis e seus papéis pela implementação e condução do projeto ao longo de todo o período de duração, considerando a abordagem programática e as atividades relacionadas ao monitoramento do projeto em si. A participação do ISA como proponente principal é limitada apenas até o terceiro ano, culminando em uma lacuna de responsabilidade após esse período.	
Pedido de Ação Corretiva:	O Empreendimento deverá implantar ações corretivas a fim de demonstrar conformidade com o(s) requisito(s) acima mencionado(s). Nota: Ações corretivas eficazes focam a abordagem da ocorrência específica descrita nas evidências acima, bem como sua causa fundamental, com a finalidade de eliminar e prevenir a reincidência da não conformidade.
Prazo para a Adequação	Antes da validação
Evidências Fornecidas pelo Empreendimento:	- Ref. 27: DCP revisado
Informações Obtidas para Avaliação das Evidências	O DCP revisado (ref. 27) traz uma relação abrangente de todas as organizações responsáveis pela concepção, implementação e monitoramento do projeto, incluindo a AXS – Associação Xingu Sustentável. Inicialmente formada para unir e representar os proprietários de terra interessados na restauração de suas áreas de preservação permanente, a AXS assumiu gradativamente responsabilidades cada vez maiores em relação à gestão e monitoramento do projeto de carbono. Hoje a associação é a protagonista do projeto.
Status do NCR:	ENCERRADO

Comentários (opcional):	O posicionamento da AXS como principal proponente do projeto não se encontra oficializado frente ao padrão CCB.
-------------------------	---

NCR#:	02/15
Norma & Requisito:	Padrão CCB, 3ª Edição, 2013. Indicadores G1.9, G1.11
Seção do Relatório:	Apêndice A – G1.9, G1.11

Descrição das Evidências de Não Conformidade e Outras Correlatas:

A data de início do projeto e o período de duração do projeto não estão corretamente adequados ao escopo do projeto. A data de início do projeto apontada pelo proponente é Junho de 2010, quando ocorreram os plantios na Fazenda Bang Bang. No entanto, essa fazenda não foi considerada no DCP e nos cálculos de GEE. As intervenções que estão sendo consideradas pelo DCP (ref. 1) iniciam-se em 2012 após o plantio da Fazenda Lopes com duração até 2042. O DCP apresenta um período de 32 anos de duração (2010 – 2042), enquanto a estimativa ex-ante (ref. 2) considera o período de duração como 30 anos (2012-2042). Não foi desenhado um cronograma de implementação com a identificação de datas-chave e marcos na implementação e desenvolvimento do projeto, como por exemplo, datas de plantio de cada fazenda, ações de manutenção do plantio e monitoramentos. Não foram previstas medidas necessárias e adotadas para garantir a manutenção e aperfeiçoamento dos benefícios para clima, biodiversidade e comunidades para além da duração do projeto.

Pedido de Ação Corretiva:	O Empreendimento deverá implantar ações corretivas a fim de demonstrar conformidade com o(s) requisito(s) acima mencionado(s). Nota: Ações corretivas eficazes focam a abordagem da ocorrência específica descrita nas evidências acima, bem como sua causa fundamental, com a finalidade de eliminar e prevenir a reincidência da não conformidade.
----------------------------------	---

Prazo para a Adequação	Antes da validação
-------------------------------	--------------------

Evidências Fornecidas pelo Empreendimento:	- Ref. 27: DCP revisado - Ref. 28: Estimativas ex-ante atualizadas
---	---

Informações Obtidas para Avaliação das Evidências	O proponente reajustou a data de início do projeto para 01 de outubro de 2011 e o período de duração do projeto para 30 anos. A data de início do projeto equivale à primeira mobilização da AXS para o preparo de solo da fazenda Lopes (ref. 27). A planilha de cálculo de carbono revisada reflete o período de duração do projeto (ref. 28). O proponente apresentou um cronograma básico de implementação do projeto cobrindo todo o seu período de duração (ref. 27, item G1.9). A manutenção e aperfeiçoamento dos benefícios promovidos ao clima, às comunidades e a biodiversidade para além do período de duração do projeto será assegurada pela própria consolidação das florestas secundárias estabelecidas na área do projeto ao longo de 30 anos (ref. 27).
--	--

Status do NCR:	ENCERRADO
-----------------------	-----------

Comentários (opcional):	Nenhum
-------------------------	--------

NCR#:	03/15
Norma & Requisito:	Padrão CCB, 3ª Edição, 2013. Indicador G1.2, G1.8
Seção do Relatório:	Apêndice A – G1.2, G1.8

Descrição das Evidências de Não Conformidade e Outras Correlatas:

A análise do DCP (ref.1) e as entrevistas com o proponente do projeto demonstram que os objetivos específicos para biodiversidade e comunidades não foram definidos. Também não foi apresentada descrição de cada atividade do projeto com base nos objetivos e, tampouco, os impactos positivos e negativos, diretos e indiretos para que os resultados tragam benefícios para o clima, comunidade e biodiversidade.	
Pedido de Ação Corretiva:	O Empreendimento deverá implantar ações corretivas a fim de demonstrar conformidade com o(s) requisito(s) acima mencionado(s). Nota: Ações corretivas eficazes focam a abordagem da ocorrência específica descrita nas evidências acima, bem como sua causa fundamental, com a finalidade de eliminar e prevenir a reincidência da não conformidade.
Prazo para a Adequação	Antes da validação
Evidências Fornecidas pelo Empreendimento:	- Ref. 27: DCP revisado
Informações Obtidas para Avaliação das Evidências	O DCP revisado (ref. 27) aponta os objetivos específicos do projeto, as ações tomadas e os impactos esperados à biodiversidade e as comunidades inseridas no contexto.
Status do NCR:	ENCERRADO
Comentários (opcional):	Nenhum

NCR#:	04/15
Norma & Requisito:	Padrão CCB, 3ª Edição, 2013. Indicador G1.10
Seção do Relatório:	Apêndice A – G1.10
Descrição das Evidências de Não Conformidade e Outras Correlatas:	
O proponente do projeto não identifica os riscos relacionados à perda de carbono ocasionada, por exemplo, pela invasão do gado e mortalidade de mudas no plantio durante o período de duração do projeto (refs. 1 & 6). Consequentemente, não desenhou medidas que mitiguem os possíveis riscos identificados. Foi constatado pelo time de auditoria mediante depoimentos e observação direta em campo em áreas queimadas a existência de uma mobilização rápida dos proprietários para conter incêndios. No entanto, as medidas de mitigação apresentadas pelo proponente na análise de risco, tais quais a campanha contra o uso irracional do fogo por assentados e indígenas e campanhas de supressão associadas a melhores práticas de manejo (abordadas na avaliação de risco apresentada pelo proponente – ref. 6), não são direcionadas especificamente às áreas do projeto.	
Pedido de Ação Corretiva:	O Empreendimento deverá implantar ações corretivas a fim de demonstrar conformidade com o(s) requisito(s) acima mencionado(s). Nota: Ações corretivas eficazes focam a abordagem da ocorrência específica descrita nas evidências acima, bem como sua causa fundamental, com a finalidade de eliminar e prevenir a reincidência da não conformidade.
Prazo para a Adequação	Antes da validação
Evidências Fornecidas pelo Empreendimento:	- Ref. 27: DCP revisado - Ref. 29: Termo de adesão ao projeto - Ref. 05: Contrato com financiador - Ref. 30: Registro fotográfico de auditoria
Informações Obtidas para Avaliação das Evidências	O proponente do projeto utiliza a ferramenta de avaliação de riscos do VCS para projetos AFOLU, a VCS AFOLU Non-Permanence Risk Tool v.3.2. Em sua análise, o proponente

	reconhece riscos associados a incêndios e a invasão de gado nas áreas do projeto, considerando medidas de mitigação específicas a estes possíveis impactos (ref. 27). Carros pipa e brigadas de incêndio foram criadas para combater o alastramento de incêndios ocasionais nas fazendas e particularmente nas áreas do projeto (ref. 30). Aceiros também foram implantados de forma a mitigar o risco de fogo nas áreas do projeto (ref. 27, anexo 14). As áreas do projeto que ocorrem em posição limítrofe a áreas de pastagem se encontram cercadas de forma a impedir o acesso de animais. A responsabilidade sobre o monitoramento e a manutenção das cercas é dos proprietários das fazendas. Este compromisso foi firmado entre a associação proponente, os proprietários das fazendas e a organização financiadora do projeto, podendo ser averiguado através dos termos de adesão ao projeto (ref. 29) e contratos com o financiador (ref. 05). Ainda sim, caso haja perda nos estoques de carbono devido a ocorrência de incêndios ou pisoteio de mudas, fica sob responsabilidade do dono da fazenda a execução de ações de reflorestamento de forma a recompor os estoques de carbono potencialmente perdidos (ref. 29).
Status do NCR:	ENCERRADO
Comentários (opcional):	A análise de conformidade sobre a avaliação de risco realizada pelo proponente do projeto em relação aos requisitos da ferramenta do VCS não fez parte do escopo desta auditoria.

NCR#:	05/15
Norma & Requisito:	Padrão CCB , 3ª Edição, 2013. Indicador G3.8
Seção do Relatório:	Apêndice A – G3.8
Descrição das Evidências de Não Conformidade e Outras Correlatas:	
O proponente do projeto não estabeleceu um canal de comunicação formal e procedimentos de feedback e reparação de reclamações para lidar com controvérsias aos atores relacionados ao projeto (ref.1). Dessa forma, tal mecanismo também não foi divulgado as partes interessadas de forma apropriada. Por meio de entrevistas realizadas durante a auditoria, ficou caracterizada a ocorrência de situações conflituosas entre povos indígenas da região e a equipe de trabalho do programa Y Ikatu Xingu no passado, em função de falta de clareza sobre os protocolos de funcionamento e negociação da rede de sementes e em ultima instância, da falta de procedimentos de reclamação que pudessem dar vazão ao sentimento de insatisfação gerado pelo ocorrido.	
Pedido de Ação Corretiva:	O Empreendimento deverá implantar ações corretivas a fim de demonstrar conformidade com o(s) requisito(s) acima mencionado(s). Nota: Ações corretivas eficazes focam a abordagem da ocorrência específica descrita nas evidências acima, bem como sua causa fundamental, com a finalidade de eliminar e prevenir a reincidência da não conformidade.
Prazo para a Adequação	Antes da validação
Evidências Fornecidas pelo Empreendimento:	- Ref. 27: DCP revisado - Ref. 31: Website da rede de sementes
Informações Obtidas para Avaliação das Evidências	O proponente do projeto definiu os canais para diálogo e potenciais reclamações em relação ao projeto como sendo os e-mails da AXS e da Rede de Sementes (ref. 27). A divulgação destes mecanismos é feita através do web site da Rede de Sementes (ref. 31) e através das próprias reuniões da rede que em si também funcionam como espaços para diálogo e resolução de disputas entre as partes interessadas. Tendo em vista o escopo do projeto, as observações realizadas em campo e as entrevistas realizadas com a equipe do projeto e com

	coletores da rede de sementes, o time de auditoria entende como suficiente a existência dos mecanismos criados, para fins de validação do projeto.
Status do NCR:	ENCERRADO
Comentários (opcional):	Nenhum

NCR#:	06/15
Norma & Requisito:	Padrão CCB, 3ª Edição, 2013. Indicador CL 1.1
Seção do Relatório:	Apêndice A – CL 1.1
Descrição das Evidências de Não Conformidade e Outras Correlatas:	
Durante as observações dos plantios foram verificadas áreas com árvores remanescentes que não foram contabilizadas na linha de base. Tais remanescentes não foram devidamente inventariados e identificados no campo, o que leva ao risco de serem incluídas nas estimativas Ex-post (Ref.1 e 24).	
Pedido de Ação Corretiva:	<p>O Empreendimento deverá implantar ações corretivas a fim de demonstrar conformidade com o(s) requisito(s) acima mencionado(s).</p> <p>Nota: Ações corretivas eficazes focam a abordagem da ocorrência específica descrita nas evidências acima, bem como sua causa fundamental, com a finalidade de eliminar e prevenir a reincidência da não conformidade.</p>
Prazo para a Adequação	Antes da validação
Evidências Fornecidas pelo Empreendimento:	- Ref. 27: DCP revisado - Ref. 32: Arquivos de SIG
Informações Obtidas para Avaliação das Evidências	O proponente do projeto identificou áreas e indivíduos remanescentes e anteriores ao início do projeto nas áreas de reflorestamento (ref. 27). Estes pontos e áreas serão considerados durante as etapas de alocação e implantação de parcelas permanentes, evitando assim erros materiais nas estimativas ex-post. Estes protocolos foram confirmados através de análise de documentos e entrevistas com a equipe do projeto (ref. 32).
Status do NCR:	ENCERRADO
Comentários (opcional):	Nenhum

NCR#:	07/15
Norma & Requisito:	Padrão CCB, 3ª Edição, 2013. Indicador CL 2.1
Seção do Relatório:	Apêndice A – CL 2.1
Descrição das Evidências de Não Conformidade e Outras Correlatas:	
<p>O proponente afirma no DCP que as áreas do projeto onde ocorrem os plantios não possuem solos orgânicos, com altas quantidades de carbono. Contudo, durante as avaliações “in loco” foram encontradas manchas de solos orgânicos e aluviais em algumas das propriedades (refs. 1 & 23). O manejo de solo proposto pelo proponente do projeto para a implantação florestal desrespeita uma condição de aplicação da metodologia AR-AMS0007 v.3.0 em condições onde ocorram solos com altos teores de matéria orgânica. A metodologia determina que perturbações no solo devido à atividade do projeto não excedam 10% da área em questão, no entanto, o plantio é realizado com a preparação do solo por gradagem em 100% da área o que pode ocasionar elevadas emissões de CO2 e outros gases não CO2 pelo solo. Tais emissões não foram estimadas pelo proponente na implantação dos plantios e nem teve sua insignificância comprovada.</p>	

Pedido de Ação Corretiva:	<p>O Empreendimento deverá implantar ações corretivas a fim de demonstrar conformidade com o(s) requisito(s) acima mencionado(s).</p> <p>Nota: Ações corretivas eficazes focam a abordagem da ocorrência específica descrita nas evidências acima, bem como sua causa fundamental, com a finalidade de eliminar e prevenir a reincidência da não conformidade.</p>
Prazo para a Adequação	Antes da validação
Evidências Fornecidas pelo Empreendimento:	<ul style="list-style-type: none"> - Ref. 34: Mapa pedológico do estado – SEPLAN/MT - Ref. 27: DCP atualizado - Ref. 33: Planilha de cálculo_estoque C solo
Informações Obtidas para Avaliação das Evidências	<p>O proponente do projeto demonstra a inexistência de solos orgânicos na área do projeto, apresentando o mapeamento pedológico realizado pelo governo do estado (refs. 27 e 28, seção CL2.1). O mapeamento foi realizado pelo órgão responsável através de sensoriamento remoto por imagens de satélite e confirmações em campo. O time de auditoria avaliou o mapa apresentado frente aos limites do projeto e concorda com a argumentação apresentada pelo proponent, haja visto que a documentação provenha de fonte oficial utilizada pelo governo. Além disso, de forma a demonstrar impactos potenciais positivos, o proponente estima o incremento nos estoques de carbono no solo devido as atividades do projeto, valendo-se da ferramenta do MDL “Tool for estimation of change in soil organic carbon stocks due to the implementation of A/R CDM project activities” v.1.1. Este reservatório foi contudo conservadoramente não considerado no escopo do projeto.</p>
Status do NCR:	ENCERRADO
Comentários (opcional):	Nenhum

NCR#:	08/15
Norma & Requisito:	Padrão CCB, 3ª Edição, 2013. Indicador CL 3.2
Seção do Relatório:	Apêndice A – CL 3.2
Descrição das Evidências de Não Conformidade e Outras Correlatas:	
<p>O proponente não descreve as medidas tomadas para mitigar vazamentos (ref.1). As áreas de preservação permanente, objeto do plantio de reflorestamento eram anteriormente ocupadas por gado (ref. 1). Através de análise de contexto, baseada em entrevistas com os proprietários de terra envolvidos, observação direta em campo e do próprio termo de comprometimento assinado ao se entrar no projeto (ref. 5), o time de auditoria entendeu o risco de vazamento como baixo. Isso, contudo não exclui a necessidade de determinação prévia de medidas de mitigação das emissões por vazamentos decorrentes das atividades do projeto.</p>	
Pedido de Ação Corretiva:	<p>O Empreendimento deverá implantar ações corretivas a fim de demonstrar conformidade com o(s) requisito(s) acima mencionado(s).</p> <p>Nota: Ações corretivas eficazes focam a abordagem da ocorrência específica descrita nas evidências acima, bem como sua causa fundamental, com a finalidade de eliminar e prevenir a reincidência da não conformidade.</p>
Prazo para a Adequação	Antes da validação
Evidências Fornecidas pelo Empreendimento:	- Ref. 29: Termo de adesão
Informações Obtidas para Avaliação das Evidências	O proponente aponta a existência de medidas contratuais, dispostas em um termo de adesão

	ao projeto (ref. 29), pelas quais os proprietários das fazendas pertencentes ao escopo do projeto se comprometem a informar o proponente em caso de necessidade de deslocamento das atividades produtivas em sua propriedade. O termo de adesão, assinado pelos proprietários como pré-condição a participação no projeto, determina ainda a proibição de supressão da vegetação por deslocamento de atividades produtivas na propriedade, sob pena de exclusão do projeto e o replantio de árvores em caso de eventuais sinistros de responsabilidade do proprietário. O time de auditoria entende as medidas dispostas no referido acordo como suficientes a comprovação da conformidade ao requisito do padrão.
Status do NCR:	ENCERRADO
Comentários (opcional):	Nenhum

NCR#:	09/15
Norma & Requisito:	Padrão CCB, 3ª Edição, 2013. Indicador CL4.1
Seção do Relatório:	Apêndice – CL 4.1
Descrição das Evidências de Não Conformidade e Outras Correlatas:	
<p>O proponente não apresenta no DCP, a necessidade de monitoramento de vazamentos ao longo do período do projeto (ref.1).</p> <p>As áreas de preservação permanente objeto do plantio de reflorestamento eram anteriormente ocupadas por gado (ref. 1). Embora o risco de vazamento tenha sido considerado pequeno, ainda se faz necessário que uma metodologia de monitoramento de potenciais vazamentos decorrentes das atividades do projeto seja previamente definida, considerando também o caráter de abordagem programática que o projeto contém.</p>	
Pedido de Ação Corretiva:	<p>O Empreendimento deverá implantar ações corretivas a fim de demonstrar conformidade com o(s) requisito(s) acima mencionado(s).</p> <p>Nota: Ações corretivas eficazes focam a abordagem da ocorrência específica descrita nas evidências acima, bem como sua causa fundamental, com a finalidade de eliminar e prevenir a reincidência da não conformidade.</p>
Prazo para a Adequação	Antes da validação
Evidências Fornecidas pelo Empreendimento:	- Ref. 27: DCP atualizado
Informações Obtidas para Avaliação das Evidências	<p>O proponente ajustou o desenho do projeto de forma a demonstrar protocolos específicos para o monitoramento de potenciais vazamentos (ref. 28, seção CL3). Estes protocolos se baseiam nos requisitos da metodologia adotada pelo projeto e em suas referidas ferramentas. O proponente ainda aponta a existência de procedimentos específicos, realizados pela AXS, para fins de monitoramento de potenciais vazamentos. Estes procedimentos de monitoramento serão executados como prática comum nas fazendas, de forma associada ao monitoramento de cercas dos pastos e se estenderão, em caso de necessidade, às propriedades vizinhas aonde o gado possa ter sido realocado. É de entendimento do time de auditoria que os protocolos e procedimentos em torno do monitoramento de vazamentos definidos no desenho do projeto estejam conformes aos requisitos do padrão, metodologia e ferramentas aplicáveis, inclusive sob a perspectiva de uma abordagem programática (ref. 27, seção CL4.1).</p>
Status do NCR:	ENCERRADO
Comentários (opcional):	--

NCR#:	10/15
Norma & Requisito:	Padrão CCB, 3ª Edição, 2013. Indicador B2.1, B2.3
Seção do Relatório:	Apêndice – B2.1
Descrição das Evidências de Não Conformidade e Outras Correlatas:	
O proponente do projeto não apresenta no DCP (ref. 1) a estimativa de impactos previstos e reais, positivos e negativos, diretos e indiretos na biodiversidade, que sejam resultantes das atividades do projeto ao longo de seu período de duração, bem como as metodologias utilizadas para tal estimativa, baseada em suposições claramente definidas e defensáveis.	
Pedido de Ação Corretiva:	O Empreendimento deverá implantar ações corretivas a fim de demonstrar conformidade com o(s) requisito(s) acima mencionado(s). Nota: Ações corretivas eficazes focam a abordagem da ocorrência específica descrita nas evidências acima, bem como sua causa fundamental, com a finalidade de eliminar e prevenir a reincidência da não conformidade.
Prazo para a Adequação	Antes da validação
Evidências Fornecidas pelo Empreendimento:	- Ref. 27: DCP atualizado
Informações Obtidas para Avaliação das Evidências	O proponente revisou o desenho do projeto de forma a apresentar uma estimativa de impactos à biodiversidade decorrente da implementação das atividades do projeto (ref. 28, seções G1.8). Nesse sentido, é esperado que a restauração das áreas de preservação permanente degradadas no cenário de linha de base irá aumentar a disponibilidade de habitats para espécies de animais, conectando fragmentos isolados de vegetação e aumentando a biodiversidade na zona do projeto. O proponente ainda define parâmetros para monitoramento sobre a biodiversidade nas áreas do projeto. Assim, a ocorrência de propágulos alóctones de hábito zoocórico será monitorada de forma a se estimar o incremento no número de espécies animais com ocorrência na região.
Status do NCR:	ENCERRADO
Comentários (opcional):	Nenhum

NCR#:	11/15
Norma & Requisito:	Padrão CCB, 3ª Edição, 2013. Indicador CM4.2, CM 2.2
Seção do Relatório:	Apêndice – CM 2.2, CM4.2
Descrição das Evidências de Não Conformidade e Outras Correlatas:	
O projeto tem como objetivo principal a restauração das APPs das cabeceiras da Bacia do Xingu, considerada pelo proponente um atributo de alto valor para conservação, principalmente relacionado à qualidade da água para as comunidades (indígenas, ribeirinhos, produtores rurais) da bacia. O proponente não apresentou as medidas necessárias e adotadas para mitigar qualquer impacto negativo para as comunidades decorrentes de suas atividades, como por exemplo, as ações tomadas na aplicação de herbicida para controle do capim.	
Um plano de monitoramento das ações tomadas para manter ou melhorar os AAVC's identificados e que estejam relacionados ao bem estar da comunidade não foi apresentado no DCP (ref. 1)	

Pedido de Ação Corretiva:	<p>O Empreendimento deverá implantar ações corretivas a fim de demonstrar conformidade com o(s) requisito(s) acima mencionado(s).</p> <p>Nota: Ações corretivas eficazes focam a abordagem da ocorrência específica descrita nas evidências acima, bem como sua causa fundamental, com a finalidade de eliminar e prevenir a reincidência da não conformidade.</p>
Prazo para a Adequação	Antes da validação
Evidências Fornecidas pelo Empreendimento:	- Ref. 28: DCP atualizado
Informações Obtidas para Avaliação das Evidências	<p>O proponente revisou o desenho do projeto de forma a contemplar medidas eficazes de mitigação a impactos sobre os atributos de alto valor para a conservação às comunidades identificados (ref. 28). Assim, estabelece protocolos específicos para aplicação de herbicidas durante as etapas de implantação florestal. Estes protocolos determinam a utilização de substâncias dispersantes e adesivas na preparação de caldas e também definem horários específicos para o combate as gramíneas invasoras, de forma a minimizar a deriva de herbicidas e proteger os corpos d'água. Entrevistas com representantes das comunidades locais sobre a sua percepção sobre a qualidade da água serão realizadas durante os encontros anuais da rede de sementes, o que é apontado como método de monitoramento indireto de impactos potencialmente gerados pela implementação do projeto sobre os atributos de alto valor para a conservação às comunidades.</p>
Status do NCR:	ENCERRADO
Comentários (opcional):	Nenhum

NCR#:	12/15
Norma & Requisito:	Padrão CCB, 3ª Edição, 2013. Indicador G1.13, CL2.1
Seção do Relatório:	Apêndice – G1.13, CL2.1
Descrição das Evidências de Não Conformidade e Outras Correlatas:	
<p>A análise dos polígonos representativos das áreas de reflorestamento sobrepostos à imagem aérea de uso do solo referente ao ano de 1999 na área do projeto revela a ocorrência de regiões com cobertura florestal e que, portanto, foram desmatadas em um período inferior a 10 anos a contar da data de início do projeto (ref.26). Tais áreas devem ser consideradas inelegíveis ao escopo do projeto.</p>	
Pedido de Ação Corretiva:	<p>O Empreendimento deverá implantar ações corretivas a fim de demonstrar conformidade com o(s) requisito(s) acima mencionado(s).</p> <p>Nota: Ações corretivas eficazes focam a abordagem da ocorrência específica descrita nas evidências acima, bem como sua causa fundamental, com a finalidade de eliminar e prevenir a reincidência da não conformidade.</p>
Prazo para a Adequação	Antes da validação
Evidências Fornecidas pelo Empreendimento:	<p>- Ref. 27: DCP atualizado</p> <p>- Ref. 28: Estimavas ex-ante revisadas</p> <p>- Ref. 32: Arquivos de SIG</p>
Informações Obtidas para Avaliação das Evidências	<p>O proponente revisou o desenho do projeto e (ref. 28) bem como as estimativas de remoção de GEEs do projeto (ref. 28) em função da exclusão de áreas consideradas inelegíveis para a implementação de projetos de carbono. O time de auditoria revisou a documentação em</p>

	questão (refs. 28 e 32) de forma a aferir a precisão das estimativas, considerando-as conforme a metodologia aplicável. 7.04 ha foram retirados do escopo do projeto durante este processo de revisão, 0,27 da fazenda Rio Bonito, 3,87 da fazenda Flor da Serra e 2,9 da fazenda Santa Sofia (ref. 28).
Status do NCR:	ENCERRADO
Comentários (opcional):	Nenhum

2.3 Observações

Nota: As observações são emitidas para áreas em que o auditor encontra potencial para aperfeiçoamento na implantação dos requisitos da norma ou no sistema de qualidade; as observações podem conduzir a não conformidades diretas, caso não sejam abordadas. Ao contrário dos NCRs, as observações não são formalmente fechadas. As descobertas relacionadas com as observações são discutidas no Apêndice B abaixo.

OBS	01/15	Norma & Requisito de Referência:	Padrão CCB, 3ª Edição, 2013. Indicador G1.3
Descrição das evidências que levaram à observação:	O sistema brasileiro de classificação de solos utilizado pelo proponente do projeto (ref.1) está desatualizado.		
Observação:	Recomenda-se que o proponente atualize as informações dos parâmetros físicos do solo utilizando a versão atualizada do Sistema Brasileiro de Classificação de Solo lançada em 2013, pela Embrapa.		

2.4 Medidas adotadas pelo Proponente do Projeto que abordam os NCRs (inclusive qualquer resolução de discrepância relevante)

Medida Adotada pelo Proponente do Projeto após a emissão do Relatório Preliminar	Data
Documentos adicionais apresentados à equipe de auditoria (documentos adicionais relacionados abaixo)	<input checked="" type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não <input type="checkbox"/> N/A 04/03/2016
Consulta adicional às partes interessadas (evidência descrita abaixo)	<input checked="" type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não <input type="checkbox"/> N/A 31/03/2016
Esclarecimentos adicionais fornecidos	<input checked="" type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não <input type="checkbox"/> N/A 31/03/2016
Documentos analisados (descrição da revisão da documentação abaixo especificada)	<input checked="" type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não <input type="checkbox"/> N/A 09/05/2016
Cálculo de GHG analisado (evidência descrita abaixo)	<input checked="" type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não <input type="checkbox"/> N/A 30/03/2016

Foi apresentado pelo Proponente do Projeto os seguintes documentos para auxiliar no encerramento dos NCRs:

Ref.	Título, Autor(es), Versão, Data	Nome do Arquivo Eletrônico
27	Projeto Carbono Nascentes do Xingu, Instituto Socioambiental (ISA) e Instituto Centro de Vida (ICV) v.2.0 de 09 de Setembro de 2014.	ISA_Projeto Carbono Nascentes do Xingu_PDD CCB 09Set14.pdf
28	Estimativas ex-ante, ISA, 11/09/2014	Anexo 19 - PDXingu_Estimativa_exante.xlsx
29	Termos de adesão ao projeto	Termo de Adesão.pdf (confidencial)
30	Registro fotográfico, fotos de caminhão pipa e brigada de incêndio	Fotos_Pipa.zip
31	Website da rede de sementes	http://sementesdoxingu.org.br/site/1072-2/
32	Arquivos de SIG	Shapefiles_remanescentes.zip Areas_remanescente.kmz Individuo_remanescente.kmz areas_ISA_projetoNaturall_final.zip
33	Planilha de cálculo_estoque C solo	Anexo 13 - Planilha com cálculo de reposição do carbono no solo.xlsx

3 Metodologia da Auditoria

3.1 Equipe de Auditoria

Visão geral dos papéis e responsabilidades:

Auditor(es)	Responsabilidades							
	Líder	Revisão Desk	Visita on-site	Especialista em Clima	Especialista em Biodiversidade	Especialista Social	Relatório	Rev. Interna Sênior
Bruno Brazil de Souza	X	X	X	X	X		X	
Junia Karst C. Ruggiero		X	X	X	X		X	
Lawson Henderson								X
Klaus Geiger								X

Qualificações do Auditor:

Auditor(es)	Qualificações
Bruno B. Souza <i>Auditor Líder de carbono</i>	Eng. Florestal formado pela Escola Superior de Agricultura “Luiz de Queiroz” (ESALQ). Biólogo formado pela Universidade de São Paulo (USP). Capacitado pelo Instituto Floresta Tropical (IFT) e Imaflora através de avaliações intensivas em Certificação Florestal FSC e Exploração de Impacto Reduzido. Formado como auditor líder em sistemas de gestão pela ATSG (Lead Assessor ISO 14001:2004). Tem quatro anos de experiência com certificação FSC, onde trabalhou em auditorias e processos de certificação de manejo florestal e cadeia de custódia. Bruno coordena a área de clima e serviços ambientais do Imaflora. Foi treinado pela Rainforest Alliance como auditor líder em projetos de carbono. Ele tem competência técnica nos padrões VCS e CCB e também expertise no desenvolvimento, implementação e monitoramento de políticas públicas de REDD+.
Junia K. Ruggiero <i>Auditor de Carbono</i>	Mestre em Ciência Florestal pela Universidade Estadual Paulista (UNESP) e Engenheira Florestal formada pela mesma instituição. Junia tem experiência com atividades de manejo florestal de exploração de impacto reduzido, inventários de carbono e políticas públicas relacionadas à mudanças climáticas e REDD+ na Amazônia. Atuou como ponto focal da Força Tarefa dos Governadores para Floresta e Clima visando o avanço e articulação de sistemas jurisdicionais de REDD+.
Lawson Henderson <i>Especialista técnico em carbono</i> <i>Revisor Sênior Interno (RRA)</i>	Coordenador de carbono com a Rainforest Alliance. Educação: B.S.F. em manejo florestal pela Universidade de New Hampshire, 2005. Experiência, Gestor de manejo florestal associado a Rainforest Alliance, US Região (2008 a 2012). Gestor de Cadeia de Custódia associado com a Rainforest Alliance, US Região (2007-2008). Pesquisador uma empresa de floresta / engenharia civil privada em Western Oregon por dois anos. Auditor sobre de manejo florestal em mais de 20 avaliações de FSC e cadeia de custódia. Auditor líder ou auditor em

	20 projetos de carbono florestal. Realizou auditorias VCS da ARR, IFM, e REDD projetos de carbono florestal a nível mundial. Gerente de projetos em mais de 250 iniciativas de manejo florestal FSC e cadeia de custódia. Concluída a formação Rainforest Alliance em auditorias de CoC em abril de 2008, validação e verificação de carbono em março de 2009. Concluiu com êxito a formação para verificador líder da Climate Action Reserve em setembro de 2010, tendo suas credenciais renovadas em junho de 2014. Concluiu com êxito a formação em Sistemas de Gestão da qualidade ISO como auditor líder (ISO 9001) em dezembro de 2010. Aprovado como especialista VCS AFOLU IFM em novembro de 2015. Membro da Gold Standard Land Use and Forestry & Oversight and Assurance Technical Advisory Committees.
Klaus Geiger Revisor Sênior Interno (RRA)	Klaus Geiger é um engenheiro florestal com experiência profissional na América Latina. Como Carbon Services Staff Auditor da Rainforest Alliance, Klaus conduz auditorias de campo para projetos de carbono AFOLU em seis padrões diferentes, além de estar capacitado para avaliação de metodologias do VCS. Antes de trabalhar com a Rainforest Alliance, Klaus pesquisou produtos florestais não-madeireiros do Sri Lanka, documentando sua composição de espécies e mapeando sua distribuição espacial em jardins agroflorestais; foi co-gestor do manejo florestal certificado FSC de 8.000 acres da Yale School; promoveu técnicas de agricultura sustentável por cerca de 3 anos com o Peace corps no Panamá dentro da Comarca Ngäbe-Buglé e em nível nacional. Entre outras experiências, comercializou madeira para o Serviço Florestal dos EUA no parque nacional de Tahoe. Klaus recebeu seu mestrado de Engenharia Florestal da ale University School of Forestry and Environmental Studies e possui um Bacharelado em Engenharia Florestal pela Universidade de Missouri-Columbia. Klaus é fluente em espanhol e conversação em cinegalês.

Descrição do Processo de Auditoria

O processo de auditoria durou quatro dias. Os auditores visitaram as fazendas pertencentes ao escopo do projeto, as áreas reflorestadas e entrevistaram coletores de sementes e proprietários de terras, entre outros atores relevantes.

Local/Instalação	Data(s)	Duração da Auditoria	Auditor (es)
Fazenda Lopes	03/03/2015	2 horas	Bruno e Junia
Fazenda Paranotapa	03/03/2015	2 horas	Bruno
Fazenda Santa Maria I	04/03/2015	3 horas	Bruno
Fazenda Brusque	04/03/2015	3 horas	Bruno e Junia
Fazenda Santa Maria II	04/03/2015	3 horas	Junia
Fazenda Vale do Sonho	03/03/2015	2 horas	Junia

3.2 Análise de Documentos

Os seguintes documentos foram considerados como parte da auditoria de campo:

Ref.	Título, Autor (es), Versão, Data	Nome do Arquivo Eletrônico

1	Projeto Carbono Nascentes do Xingu, Instituto Socioambiental (ISA) e Instituto Centro de Vida (ICV) v.1.0 de 09 de Setembro de 2014.	ISA_Projeto Carbono Nascentes do Xingu_PDD CCB 09Set14.pdf
2	Estimativas ex-ante, ISA, 11/09/2014	PDXingu_Estimativa_exante_11092014.xls
3	Relatório de Implementação do Projeto, ISA, v1.0 de 11 de Outubro de 2014	ISA_Projeto Carbono Nascentes do Xingu_PIR CCB 11Out14 POR.pdf
4	Termos de Ajustamento de Conduta das propriedades privadas envolvidas no Projeto.	Anexo 7 – TACs (arquivos em pdf)
5	Modelos de contrato de cessão entre as partes das unidades de C removidas.	Anexo – CONFIDENCIAL – Contrato Natura (arquivos em pdf)
6	Non Permanence Risk Report Carbono Nascentes do Xingu, ISA, ICV, versão 13 de 26 de Agosto de 2014	VCS_Non-PermanenceRiskReport_ProjetoCarbonoNascentesXingu_ 11092014.pdf
7	Documentos e Títulos das Propriedades privadas participantes do Projeto.	Documentos das propriedades (arquivos em pdf)
8	Fluxo Financeiro da Associação Xingu Sustentável com gastos com atividades por Fazenda participante.	Finança AXS (arquivos em excel)

9	Planos de monitoramento – Clima, Comunidade, Biodiversidade. ISA.	Planos de Monitoramento (arquivos em word)
10	Relatórios de Implantação do projeto nas Fazendas participantes. Xingu Consultoria Ambiental. 2011 a 2012.	1. Relatórios implantação (arquivos em PDF e em Word)
11	Relatórios de Monitoramento dos plantios nas fazendas participantes – Ano 2013. Xingu Consultoria Ambiental.	2. Relatórios monitoramento 2013 (arquivos em word)
12	Relatórios de Manejo dos plantios nas fazendas participantes – Ano 2013. Xingu Consultoria Ambiental.	3. Relatórios de manejo 2014 (arquivos em word)
13	Relatórios de Monitoramento dos plantios nas fazendas participantes – Ano 2014. Xingu Consultoria Ambiental.	4. Relatórios monitoramento 2014 (arquivos em Pdf)
14	Relatórios de Manejo dos plantios nas fazendas participantes – Ano 2015. Xingu Consultoria Ambiental.	5. Relatórios de manejo 2015 (arquivos em word)
15	Fotos dos treinamentos para plantio da Muvuca	Treinamentos (IMG)
16	Relatórios dos encontros da Rede de Sementes do Xingu da	Anexo 1 – Relatórios dos Encontros da Rede de Sementes (documentos em word)

	Campanha Y Ikatu Xingu	
17	Fotos do Encontro da Rede Sementes do Xingu da Campanha Y Ikatu Xingu	Anexo 1.1 Encontros da Rede de Sementes - Fotos (IMG)
18	Áreas restauração do ISA 2013 – Geo	Areas_Restaurao_ISA_2013
19	Limites fundiários – GEO	Limites_fundiarios_Natura
20	Acordo de cooperação técnica entre ISA e ICV	Anexo 8 – Termo de parceria entre ISA e ICV.pdf
21	Publicação sobre a bacia do Xingu. 2012.	Anexo 9 – De Olho na Bacia do Xingu.pdf
22	Localização das Bacia do Xingu no Google Earth	xinguGearth2.kmz
23	Evidência de ocorrência de solos orgânicos, 03 e 04 de Março de 2015.	IMG_4414.jpg, IMG_4415.jpg, IMG_4416.jpg
24	Evidência de remanescentes em áreas de plantio	IMG_4382.jpg
25	Área consolidada de pastagem ao lado de plantio do projeto.	IMG_4399.jpg
26	Imagens de áreas elegíveis para implementação de novas áreas de plantio	IMG_rev.jpg
27	Demonstrativos financeiros	http://www.icv.org.br/site/wp-content/uploads/2013/10/Relat%C3%B3rio-de-Atividades-2012_ICV1.pdf https://www.socioambiental.org/sites/blog.socioambiental.org/files/relatorios/isa_rel_fin_aud_2012.pdf

3.3 Entrevistas

Abaixo se encontra a relação das pessoas entrevistadas como parte da auditoria. Os entrevistados incluem as pessoas diretamente - e em alguns casos, indiretamente - envolvidas e/ou afetadas pelas atividades do projeto.

Data da Auditoria	Nome	Título
03/03/2015	Marcelo Hercovitch	Staff do projeto

03/02/2015	Foco (apelido)	Produtor Rural, Vice Presidente da Associação Xingu Sustentável (AXS)
03/03/2015	Ronaldo	Coletor de Sementes da Rede de Sementes do Xingu
04/03/2015	Zulmira	Produtora Rural
04/03/2015	Sr. Valter	Proprietário Fazenda Parantapa
04/03/2015	Jair	Gerente da Fazenda Brusque
04/03/2015	Anastácio dos Reis Monteiro	Empregado Brusque
04/03/2015	José Nicassio Pereira	Empregado Brusque
04/03/2015	Gleyciane	Cozinheira Brusque
04/03/2015	Roxane	Cozinheira Brusque

APÊNDICE A: Descobertas das Auditorias de Campo

Nota: As descobertas apresentadas nesta seção são específicas das resultantes da auditoria de campo, conforme estabelecido no Relatório de Auditoria. As não conformidades ou observações identificadas durante a auditoria de campo estão anotadas nesta seção, e as tabelas de NCR e OBS específicas estão incluídas na seção 2 deste relatório para cada não conformidade e observação identificada. Todas as descobertas relacionadas a evidências adicionais analisadas pela equipe de auditoria, que foram apresentadas pelo Proponente do Projeto após a emissão do Relatório Preliminar de Auditoria pela Rainforest Alliance/Imaflora, estão incluídas na seção 2 deste relatório.

SEÇÃO GERAL

G1. Objetivos Gerais do Projeto, Concepção e Viabilidade em Lingo Prazo

Conceito

O projeto possui objetivos claros de gerar benefícios para o clima, a comunidade e a biodiversidade¹, tendo sido concebido para atender a esses objetivos. Riscos são identificados e administrados para gerar e manter os benefícios do projeto durante e além da duração do projeto.

Indicadores

Os proponentes do projeto devem fornecer uma informações sobre objetivos, concepção e limites do projeto, gestão de riscos e viabilidade a longo prazo, abordagem programática:

Visão Geral do Projeto

1.1 Identificar o principal Proponente do Projeto que é responsável pela concepção e implementação do projeto e fornecer informações de contato.

Resultados da auditoria de validação			
O DCP (ref. 27) traz uma relação abrangente de todas as organizações responsáveis pela concepção, implementação e monitoramento do projeto, incluindo a AXS – Associação Xingu Sustentável. Inicialmente formada para unir e representar os proprietários de terra interessados na restauração de suas áreas de preservação permanente, a AXS assumiu gradativamente responsabilidades cada vez maiores em relação à gestão e monitoramento do projeto de carbono. Hoje a associação é a protagonista do projeto.			
Conformidade	Sim <input checked="" type="checkbox"/>	Não <input type="checkbox"/>	N/A <input type="checkbox"/>
NCR/OBS	Nenhum(a)		

1.2 Definir os objetivos de clima, comunidade e biodiversidade² do projeto³.

Resultados da auditoria de validação
O DCP (ref. 27) aponta os objetivos específicos do projeto, as ações tomadas e os impactos esperados à biodiversidade e as comunidades inseridas no contexto. O projeto envolve a restauração da vegetação nativa em áreas ciliares degradadas em fazendas privadas na bacia do rio Xingu, no estado do Mato Grosso. Isso resulta diretamente em benefícios climáticos, uma vez que o uso da terra anterior não fixar carbono acima do solo. Portanto, as atividades de restauração florestal implicam em remoções líquidas de CO ₂ . O projeto de Carbono Nascentes do Xingu, irá remover 61,533 toneladas de CO ₂ e da atmosfera

¹ Os ‘benefícios climáticos’ do projeto são definidos como as reduções ou remoções de emissões de GEE resultantes de atividades do projeto. Os ‘benefícios para a comunidade’ do projeto são definidos como melhorias no bem-estar de Comunidades resultantes de atividades do projeto. Os ‘benefícios para a biodiversidade’ do projeto são definidos como melhoria dos elementos de biodiversidade resultante de atividades do projeto. Todos os benefícios do projeto levam em conta impactos positivos e negativos e são relativos a condições no cenário de uso da terra na ausência do projeto descrito em G2.

² ‘Biodiversidade’ é definida como a variabilidade de organismos vivos de todas as origens, compreendendo, dentro outros, os ecossistemas terrestres, marinhos e outros ecossistemas aquáticos e os complexos ecológicos dos quais fazem parte; compreendendo ainda a diversidade dentro de espécies, entre espécies e de ecossistemas. Artigo 2. Uso de termos. Definição de diversidade biológica. Convenção da Diversidade Biológica. <http://www.cbd.int/convention/articles/?a=cbd-02>

³ O projeto terá objetivos específicos, mensuráveis e distintos de clima, comunidade e biodiversidade, de tal forma que os benefícios para o clima, a comunidade ou a biodiversidade não sejam apenas resultado de externalidades positivas.

durante um período de 30 anos. A água é o mote da campanha, o que coloca atores sociais historicamente antagônicos trabalhando em conjunto para um objetivo comum. Este é talvez o principal benefício social do projeto, mas certamente não o único. A Rede de Sementes do Xingu, nascida no âmbito das atividades da campanha, fornece a matéria-prima (sementes nativas) para os agricultores iniciarem as suas práticas de restauração florestal, gerando renda sustentável para mais de 300 coletores de sementes, os povos em sua maioria indígenas e pequenos agricultores, muitos deles mulheres, o que aumenta as chances de conservação das florestas em pé, onde as sementes são coletadas. Além da conservação da recuperação de serviços ambientais relacionados com a água e as florestas, os benefícios do projeto para a biodiversidade vem de restauração de habitats em margens de rios e zonas húmidas e do aumento da conectividade da paisagem, em uma área considerada um hotspot mundial para a conservação da biodiversidade, uma zona de transição entre dois importantes biomas - Cerrado e Amazônia, que estão sob forte pressão de atividades agrícolas

Conformidade	Sim <input checked="" type="checkbox"/>	Não <input type="checkbox"/>	N/A <input type="checkbox"/>
NCR/OBS	Nenhum(a)		

1.3 Informar a localização, jurisdição nacional ou regional e uma breve visão geral dos parâmetros físicos⁴ e sociais⁵ básicos do projeto.

Resultados da auditoria de validação			
O proponente do Projeto apresenta no DCP (ref.1) uma visão geral dos parâmetros físicos (solo, topografia, parâmetros climáticos, precipitação, etc) e sociais (uso da terra, atividades econômicas, etc) da zona do projeto, com descrição e apresentação de mapas de localização dos parâmetros apresentados.			
Conformidade	Sim <input checked="" type="checkbox"/>	Não <input type="checkbox"/>	N/A <input type="checkbox"/>
NCR/OBS	OBS# 1/15		

Concepções e limites do projeto

1.4 Definir os limites da Área do Projeto⁶ onde as atividades do projeto destinadas a gerar benefícios climáticos líquidos e a Zona do Projeto⁷ onde as atividades do projeto são implementadas.

Resultados da auditoria de verificação			
O proponente determina como área do projeto as APPs de recursos hídricos degradados de nove propriedades privadas (Fazendas: Brusque, Lopes, Paranotapa, Vale do Sonho, Flor da Serra, Santa Maria I, Santa Maria II, Rio Bonito e Santa Sofia) localizadas no município de Santa Cruz do Xingu no estado do Mato Grosso, associadas à Associação Xingu Sustentável. A área total do projeto é de 181,1 ha.			
Como Zona do Projeto tem-se toda a Bacia do Rio Xingu no estado de Mato Grosso, região que está apta a receber projetos dentro da abordagem programática. (Ref.1, item 4).			
Conformidade	Sim <input checked="" type="checkbox"/>	Não <input type="checkbox"/>	N/A <input type="checkbox"/>
NCR/OBS	Nenhum(a)		

1.5 Explicar o processo de identificação de atores⁸ e a análise utilizada para identificar Comunidades⁹, Grupos Comunitários¹⁰ e Outros Atores¹¹.

⁴ Tais como solo, topografia, variações na temperatura climática e precipitação, tipos de vegetação, tipo de floresta, etc

⁵ Tais como principais ocupações e uso da terra, atividades econômicas, grupos étnicos, migração, etc.

⁶ A 'Área do Projeto' é definida como a área de terra na qual as atividades do projeto destinam-se a demonstrar benefícios climáticos líquidos.

⁷ A 'Zona do Projeto' é definida como a área que abrange a Área do Projeto em que são implementadas as atividades do projeto que afetam diretamente a terra e os recursos associados, incluindo atividades tais como aquelas relacionadas ao fornecimento de meios de vida e desenvolvimento da comunidade. Se a abordagem programática for utilizada, a Zona do Projeto também inclui todas as Área do Projeto potenciais (i.e., todas as potenciais novas áreas de terra nas quais as atividades do projeto destinadas a gerar benefícios climáticos líquidos possam ser implementadas no futuro após a validação inicial).

⁸ A identificação e análise de atores deve incluir uma avaliação de direitos, interesses e relevância de cada grupo de atores para o projeto. O seguinte manual pode ser utilizado para orientação sobre identificação e análise de atores: Social and Biodiversity Impact Assessment (SBIA) Manual for REDD+ Projects (Richards e Panfil, 2011) disponível em https://s3.amazonaws.com/CCBA/SBIA_Manual/SBIA_Part_1.pdf

Resultados da auditoria de validação			
<p>Estando inserido em um contexto mais amplo, tendo aproveitado o conhecimento acumulado com a campanha Y Ikatu Xingu para a identificação de atores, comunidades, grupos comunitários e outros atores. Tal campanha foi desenvolvida inicialmente pelo ISA com parceiros de diversos setores e tem como base social a compra de sementes provenientes da iniciativa Rede de Sementes do Xingu, que envolve mais de 350 coletores de sementes em 22 municípios e nove aldeias indígenas do Xingu, todos já identificados pela campanha Y Ikatu Xingu (Ref.1). A campanha iniciada em 2004 teve como objetivo a recuperação e proteção das nascentes do rio Xingu e conseguiu implantar cerca de 3 mil hectares na Bacia. É de entendimento do time de auditoria que o proponente do projeto tenha identificado e tenha conhecimento abundante à respeito dos atores inseridos no contexto, o que assegura a conformidade a este requisito do padrão.</p>			
Conformidade	Sim <input checked="" type="checkbox"/>	Não <input type="checkbox"/>	N/A <input type="checkbox"/>
NCR/OBS	Nenhum(a)		

1.6 Relacionar todas as Comunidades, Grupos Comunitários e Outros Atores identificados utilizando o processo explicado em G 1.5.

Resultados da auditoria de validação			
<p>Os atores e beneficiados diretos e indiretos das ações do projeto são (a) proprietários rurais das áreas onde ocorrem as atividades de restauração e manejo de APP; (b) comunidades indígenas do Parque Indígena do Xingu (180 indígenas de 6 etnias e 17 aldeias); (c) 170 agricultores de 18 assentamentos rurais e zonas periurbanas; (d) associação Xingu Sustentável (AXS); (e) ISA e ICV e (f) prefeituras municipais dos principais municípios onde há atuação da Campanha e da Rede de Sementes, especialmente aqueles onde há viveiros e parcerias com as prefeituras – Canarana, São José do Xingu, Querência, Santa Cruz do Xingu e Confresa (ref.1).</p>			
Conformidade	Sim <input checked="" type="checkbox"/>	Não <input type="checkbox"/>	N/A <input type="checkbox"/>
NCR/OBS	Nenhum(a)		

1.7 Fornecer um mapa que identifique a localização das Comunidades e os limites da(s) Área(s) do Projeto¹², da Zona do Projeto, incluindo eventuais áreas de Atributos de Alto Valor para Conservação (identificadas em CM1 e B1) e de áreas adicionais com potencial de ser impactadas por atividades do projeto identificadas em CL3, CM3 e B3.

Resultados da auditoria de validação			
<p>O DCP apresenta em seu item 7 (ref.1) um mapa com a localização das propriedades reflorestadas pelo projeto (area do projeto), dos núcleos de coletores de sementes, da bacia do rio Xingu (zona do projeto e HCVs) e comunidades indígenas próximas (atores relevantes).</p>			
Conformidade	Sim <input checked="" type="checkbox"/>	Não <input type="checkbox"/>	N/A <input type="checkbox"/>
NCR/OBS	Nenhum(a)		

⁹ ‘Comunidades’ são definidas como todos os grupos de pessoas, incluindo Povos Indígenas, nômades e outras comunidades locais, que obtêm renda, meios de vida ou valores culturais e outras contribuições para seu bemestar na Área do Projeto no início do projeto e/ou no cenário do projeto. Nos casos em que inúmeras pequenas Comunidades demonstrarem ter padrões homogêneos de organização social, estrutura política e meios de vida, essas Comunidades podem ser identificadas e registradas como uma Comunidade. Na identificação de Comunidades, é permitido considerar a significância de populações de usuários e seu nível de utilização, de tal modo que grupos de usuários distantes ou intermitentes que tenham dependência muito limitada do local não precisem ser definidos como Comunidades.

¹⁰ ‘Grupos comunitários’ são subgrupos de Comunidades cujos membros obtêm semelhantes renda, meios de vida e/ou valores culturais e outras contribuições para o bem estar da Área do Projeto e cujos valores sejam diferentes dos valores de outros grupos; tais como Povos Indígenas, mulheres, jovens ou outros grupos sociais, culturais e econômicos. O número de grupos apropriados dependerá do tamanho e complexidade da comunidade. ‘Povos Indígenas’ são definidos como grupos sociais e culturais distintos cujos membros identificam-se como pertencentes a um grupo cultural indígena. (Veja mais informações no Glossário)

¹¹ ‘Outros Atores’ são definidos como todos os grupos, exceto as Comunidades, que possam potencialmente afetar ou ser afetados pelas atividades do projeto e que vivam dentro ou fora da Zona do Projeto.

¹² Informações de localização devem permitir a identificação dos limites da Área do Projeto sem ambiguidade e com um nível razoável de certeza através do fornecimento de dados digitais, tais como coordenadas de GPS, arquivos KML ou arquivos de formas.

1.8 Descrever resumidamente cada atividade do projeto e os resultados e impactos esperados das atividades, identificando as relações causais¹³ que explicam como as atividades alcançarão os benefícios previstos do projeto para o clima, a comunidade e a biodiversidade.

Resultados da auditoria de validação			
O DCP revisado (ref. 27, seção G1.8) aponta os objetivos específicos do projeto, as ações tomadas e os impactos esperados à biodiversidade e as comunidades inseridas no contexto. Em um senso amplo, o projeto atua de três formas diferentes: com a coleta e comercialização de sementes, com a restauração de áreas de preservação permanentes degradadas e com o manejo e enriquecimento dos plantios. Através dessas ações, o proponente gera renda aos coletores de sementes, fortalece a governança da rede de sementes, trabalha a interlocução de grupos de atores antagônicos, como por exemplo indígenas e fazendeiros pecuaristas. Além disso, promove a recomposição florestal e a interconectividade entre fragmentos da região, conservando a biodiversidade e promovendo a remoção de GEEs. O projeto irá remover 61.533 t CO ₂ e da atmosfera em 30 anos.			
Conformidade	Sim <input checked="" type="checkbox"/>	Não <input type="checkbox"/>	N/A <input type="checkbox"/>
NCR/OBS	Nenhum(a)		

1.9 Definir a data de início¹⁴ e a duração do projeto¹⁵, além do período de contabilidade de GEE¹⁶ e do período de avaliação dos benefícios para a comunidade, caso seja relevante, e explicar e justificar eventuais diferenças entre eles. Definir um cronograma de implementação, identificando datas-chave e marcos no desenvolvimento do projeto.

Resultados da auditoria de validação			
O proponente definiu a data de início do projeto em 01 de outubro de 2011 e o período de duração do projeto para 30 anos. A data de início do projeto equivale à primeira mobilização da AXS para o preparo de solo da fazenda Lopes (ref. 27). A planilha de cálculo de carbono revisada reflete o período de duração do projeto (ref. 28). O proponente apresentou um cronograma básico de implementação do projeto cobrindo todo o seu período de duração (ref. 27, item G1.9).			
Conformidade	Sim <input checked="" type="checkbox"/>	Não <input type="checkbox"/>	N/A <input type="checkbox"/>
NCR/OBS	Nenhum(a)		

Gestão de Riscos e Viabilidade a Longo Prazo

1.10 Identificar riscos provavelmente naturais e induzidos pelo homem¹⁷ para os benefícios esperados de clima, comunidade e biodiversidade durante a vida do projeto e delinear medidas necessárias e adotadas para mitigar esses riscos.

Resultados da auditoria de validação			
O proponente do projeto utiliza a ferramenta de avaliação de riscos do VCS para projetos AFOLU, a VCS AFOLU Non-Permanence Risk Tool v.3.2. Em sua análise, o proponente reconhece riscos associados a incêndios e a invasão de gado nas áreas do projeto, considerando medidas de mitigação específicas a estes possíveis impactos (ref. 27). Carros pipa e brigadas de incêndio foram criadas para combater o alastramento de incêndios ocasionais nas fazendas e particularmente nas áreas do projeto (ref. 30). Aceiros também foram implantados de forma a mitigar o risco de fogo nas áreas do projeto (ref. 27, anexo 14). As áreas do projeto que ocorrem em posição limítrofe a áreas de pastagem se encontram cercadas de forma a impedir o acesso de animais. A responsabilidade sobre o monitoramento e a manutenção das cercas é dos proprietários das fazendas.			

¹³ Relações causais devem ser construídas sobre uma teoria de análise da mudança e baseadas na mesma análise de determinantes e atores do uso da terra ou de mudança no uso da terra utilizada para o cenário de ausência do projeto descrito em G2, CL1, CM1 e B1. O seguinte manual é recomendado para orientação sobre teoria participativa de análise de mudança: Social and Biodiversity Impact Assessment (SBIA) Manual for REDD+ Projects (Richards and Panfil, 2011) disponível em https://s3.amazonaws.com/CCBA/SBIA_Manual/SBIA_Part_1.pdf. Imprecisão apropriada é permitida, conforme mencionado no manual indicado acima.

¹⁴ A 'data de início do projeto' é definida como o início da implementação de atividades que irão causar diretamente os benefícios climáticos, para a comunidade ou a biodiversidade esperados do projeto.

¹⁵ O 'tempo de duração do projeto' é definido como o período de tempo dentro do qual as atividades do projeto são implementadas.

¹⁶ O 'período de contabilidade de GEE do projeto' é definido como o período de tempo durante o qual mudanças em reduções e/ou remoções de emissões de GEE resultantes de atividades do projeto são monitoradas para uso como compensações

¹⁷ Incluindo riscos em prazos mais curtos e longos, riscos relacionados à manutenção do desejo da comunidade de participar do projeto, riscos relacionados à capacidade de adaptar-se a mudanças climáticas e variabilidade do clima, etc.

Este compromisso foi firmado entre a associação proponente, os proprietários das fazendas e a organização financiadora do projeto, podendo ser averiguado através dos termos de adesão ao projeto (ref. 29) e contratos com o financiador (ref. 05). Ainda sim, caso haja perda nos estoques de carbono devido a ocorrência de incêndios ou pisoteio de mudas, fica sob responsabilidade do dono da fazenda a execução de ações de reflorestamento de forma a recompor os estoques de carbono potencialmente perdidos (ref. 29).

Conformidade	Sim <input checked="" type="checkbox"/>	Não <input type="checkbox"/>	N/A <input type="checkbox"/>
NCR/OBS	A análise de conformidade sobre a avaliação de risco realizada pelo proponente do projeto em relação aos requisitos da ferramenta do VCS não fez parte do escopo desta auditoria.		

1.11 Descrever as medidas necessárias e adotadas para manter e aperfeiçoar os benefícios para o clima, a comunidade e a biodiversidade para além da duração do projeto.

Resultados da auditoria de validação			
A manutenção e aperfeiçoamento dos benefícios promovidos ao clima, às comunidades e a biodiversidade para além do período de duração do projeto será assegurada pela própria consolidação das florestas secundárias estabelecidas na área do projeto ao longo de 30 anos (ref. 27). As áreas do projeto são sobrepostas a áreas de preservação permanente.			
Conformidade	Sim <input checked="" type="checkbox"/>	Não <input type="checkbox"/>	N/A <input type="checkbox"/>
NCR/OBS	Nenhum(a)		

1.12 Demonstrar que os mecanismos financeiros adotados, incluindo receitas efetivas e projetadas de reduções e remoções de emissões de GEE e de outras fontes, proporcionam um adequado fluxo de recursos efetivo e projetado para a implementação do projeto e para atingir os benefícios para o clima, a comunidade e a biodiversidade do projeto.

Resultados da auditoria de validação			
As reduções das emissões foram comercializadas com base na estimativa “ex-ante” do projeto, conforme o contrato de cessão assinado pelos proponentes e proprietários das áreas (ref. 5). O valor pago é suficiente para pagar os custos das atividades do projeto conforme pode ser visto nas planilhas de fluxo financeiro da AXS (ref. 8). Além disso, os proprietários devem arcar com custos adicionais devido à eventuais necessidades de replantios como firmado no contrato de cessão.			
Conformidade	Sim <input checked="" type="checkbox"/>	Não <input type="checkbox"/>	N/A <input type="checkbox"/>
NCR/OBS	Nenhum(a)		

Abordagem programática

1.13 Especificar a(s) Área(s) do Projeto e as Comunidades que podem ser incluídas sob a abordagem programática, e identificar nova(s) Área(s) de Projeto e Comunidades que foram incluídas no projeto desde a última validação ou verificação em relação aos Padrões CCB.

Resultados da auditoria de validação			
O proponente utiliza os critérios de elegibilidade definidos no PD (ref. 1) para definir as áreas susceptíveis a ações futuras de reflorestamento de forma a entrarem no escopo do projeto. Estas áreas estão todas localizadas em áreas de preservação permanente em propriedades privadas na bacia do rio Xingu. O proponente revisou o desenho do projeto e (ref. 28) bem como as estimativas de remoção de GEEs do projeto (ref. 28) em função da exclusão de áreas consideradas inelegíveis para a implementação de projetos de carbono. O time de auditoria revisou a documentação em questão (refs. 28 e 32) de forma a aferir a precisão das estimativas, considerando-as conforme a metodologia aplicável.			
Conformidade	Sim <input checked="" type="checkbox"/>	Não <input type="checkbox"/>	N/A <input type="checkbox"/>
NCR/OBS	Nenhum(a)		

1.14 Especificar os critérios elegíveis¹⁸ e o processo para expansão do projeto sob a abordagem programática e demonstrar que eles foram satisfeitos para eventuais novas Áreas de Projeto e Comunidades que foram incluídas no projeto desde a última validação ou verificação em relação aos Padrões CCB.

Resultados da auditoria de validação		
O DCP (ref.1) traz em seu item 13 os critérios de elegibilidade de áreas para integração ao projeto Carbono Nascentes sob a abordagem programática que estejam dentro da Zona do projeto. São elas:		
<ul style="list-style-type: none"> • Estar localizada na bacia do Rio Xingu • Ser Área de Preservação Permanente de mata ciliar ou do entorno de nascente ou veredas, ou área contígua a essas, que vinham sendo utilizadas para fins produtivos - pastagem ou lavoura • Integrar uma propriedade privada, com titulação definida, não embargada pela SEMA e/ou pelo IBAMA • Ter sido desmatada antes de outubro de 1999, portanto, dez anos antes do início do Projeto Carbono Nascentes do Xingu • Não possuir potencial de regeneração natural da vegetação nativa • Estar sob posse de proprietário que assuma as responsabilidades listadas em contrato. 		
O projeto passa por seu processo de validação, portanto não há inclusão de novas áreas e comunidades.		
Conformidade	Sim <input checked="" type="checkbox"/>	Não <input type="checkbox"/> N/A <input type="checkbox"/>
NCR/OBS	Nenhum(a)	

1.15 Estabelecer limites de escalabilidade¹⁹, se aplicável, e descrever medidas necessárias e adotadas para lidar com eventuais riscos aos benefícios para o clima, a comunidade e a biodiversidade caso o projeto se expanda para além desses limites.

Resultados da auditoria de validação		
O proponente estabeleceu como limite máximo para as atividades de restauração florestal uma área de 5.000 hectares (ref.1).		
Conformidade	Sim <input checked="" type="checkbox"/>	Não <input type="checkbox"/> N/A <input type="checkbox"/>
NCR/OBS	Nenhum(a)	

G2. Cenário e Adicionalidade de Uso da Terra na Ausência do Projeto

Conceito

O cenário de uso da terra na ausência de projeto²⁰ descreve o uso da terra ou mudanças no uso da terra esperados na Zona do Projeto²¹ na ausência de atividades do projeto. Os impactos do projeto para o clima, a comunidades e a biodiversidade são medidos em relação às condições esperadas para o total de emissões de GEE, para a Comunidade e a biodiversidade associada a esse cenário de uso da terra na ausência do projeto (descrito em CL1, CM1 e B1). Os benefícios do projeto devem ser 'adicionais', de tal modo que eles não teriam ocorrido sem o projeto.

Indicadores

¹⁸ Os critérios de elegibilidade devem incluir: adoção de atividades do projeto especificadas na documentação de concepção do projeto e aplicadas da mesma maneira que especificado na documentação de concepção do projeto; sujeito aos cenários de clima, comunidade e biodiversidade na ausência do projeto, conforme determinado para o projeto; ter características semelhantes em relação à adicionalidade; sujeito aos mesmos processos para participação de atores descritos em G3 e ao respeito pelos direitos a terras, territórios e recursos, incluindo o consentimento prévio, livre e informado descrito em G5; e ter elementos de monitoramento semelhantes.

¹⁹ É a escala além da qual, se novas atividades do projeto forem adicionadas, o projeto poderá não gerar benefícios positivos líquidos climáticos, para a comunidade e/ou a biodiversidade, tais como limites de capacidade, restrições econômicas e administrativas e limites para a expansão do projeto além dos quais poderá haver impactos negativos sobre a comunidades e/ou a biodiversidade.

²⁰ O 'cenário de uso da terra na ausência do projeto' é equivalente ao 'cenário da linha de base' para o Padrão de Carbono Verificado

²¹ A análise de uso da terra é feita para a Zona do Projeto porque isso representa a maior área geográfica dos impactos diretos do projeto e abrange a Área do Projeto.

2.1. Descrever o cenário de uso da terra mais provável dentro da Zona do Projeto na ausência do projeto²², descrevendo a variedade de potenciais cenários de uso da terra e os determinantes associados de mudanças no uso da terra e justificando por que o cenário de uso da terra selecionado é o mais provável²³. É permitido que diferentes localizações dentro da Zona do Projeto tenham diferentes cenários de uso da terra na ausência do projeto.

Resultados da auditoria de validação			
O proponente define três possíveis cenários de linha de base na ausência do projeto.			
1) Continuidade do uso agropecuário existente;			
2) Isolamento para regeneração natural e			
3) Tentativa de recuperação convencional.			
Foi constatado na auditoria em campo que na ausência do projeto as APPs não teriam sido restauradas, com continuidade do uso habitual da terra devido aos altos custos das práticas de restauração aliado a baixa aplicação efetiva da legislação, conforme também apresentado no DCP (ref.1). As áreas de plantio são de pastagem consolidadas e degradadas, não possuindo capacidade de regeneração satisfatória (ref.25), mesmo com o cercamento das áreas. O cenário mais provável é a continuidade do uso agrícola existente, conforme descrito no desenho do projeto, através de análises sobre a dinâmica territorial na região, as condições ambientais e a falta de aplicação da legislação no contexto regional, o que foi averiguado pela equipe de auditoria durante o trabalho de campo.			
Conformidade	Sim <input checked="" type="checkbox"/>	Não <input type="checkbox"/>	N/A <input type="checkbox"/>
NCR/OBS	Nenhum(a)		

2.2. Documentar que os benefícios do projeto, incluindo benefícios para o clima, a comunidade e a biodiversidade, não teriam ocorrido na ausência do projeto, explicando como as leis, regulamentos e acordos de governança existentes, ou a falta de leis e regulamentos e de seu cumprimento, teriam o potencial de afetar o uso da terra e justificando que os benefícios que estão sendo reivindicados pelo projeto são realmente 'adicionais' e não teriam ocorrido sem o projeto²⁴. Identificar e distinguir os benefícios para o clima, a comunidade e a biodiversidade que se pretende utilizar como compensações e especificar como a adicionalidade é estabelecida para cada um desses benefícios²⁵.

Resultados da auditoria de validação
A Zona do Projeto (Bacia do Rio Xingu) apresenta um passivo de 423 mil hectares de APPs desmatadas. Tais áreas mantêm-se desmatadas apesar das leis e políticas florestais de proteção às APPs. Foi constatado em campo a existência de algumas tentativas frustradas de condução da regeneração natural ou de plantio de mudas convencional por parte dos proprietários participantes do projeto como forma de cumprir com o TAC e PRADs (ref.4). Contudo devido às dificuldades na implementação do plantio e pegamento das mudas, tais iniciativas não tiveram sucesso. A maioria das APPs degradadas continua com uso agropecuário devido ao alto custo da implantação e pela falta de monitoramento e controle da recuperação dessas áreas degradadas por parte do estado. Para a avaliação da adicionalidade e demonstração dos benefícios do projeto foi utilizado a ferramenta do VCS "VT0001: Tool for the Demonstration and Assessment of Additionality in VCS Agriculture, Forestry and Other Land Use (AFOLU) for project activities" com condução da análise de cenário de uso da terra, análise financeira, análise de barreiras e análise de práticas comuns (Ref.1). Neste sentido, o proponente do projeto considera três cenários alternativos e

²² Nos casos em que uma metodologia ou modelo publicado for utilizado para avaliar mudanças no uso da terra e os determinantes para a mudança no uso da terra, a referência completa deverá ser fornecida e eventuais variações em relação à metodologia publicada deverão ser explicadas.

²³ Os determinantes, atores e modelo causal para a mudança no uso da terra utilizados para o cenário na ausência do projeto devem sustentar o modelo causal do projeto descrito em G1.8.

²⁴ Os Proponentes do Projeto devem demonstrar que as atividades do projeto não teriam sido implementadas no cenário de ausência do projeto devido a significantes barreiras financeiras, tecnológicas, institucionais ou de capacidade. Ações implementadas pelo projeto não devem ser exigidas por lei, ou os proponentes do projeto devem demonstrar que as leis pertinentes não estão sendo cumpridas. Os Proponentes do Projeto devem fornecer análises críveis e bem documentadas (ex., avaliações de pobreza, avaliações de conhecimento agrícola ou análises de detecção remota) para demonstrar que o cenário de uso da terra na ausência do projeto reflete práticas de uso da terra que têm probabilidade de continuar ou que, de outro modo, diferem das práticas de uso da terra esperadas como resultado das atividades do projeto. A versão mais recente da seguinte ferramenta de Padrão de Carbono Verificado pode ser usada (<http://v-c-s.org/methodologies/VT0001>), considerando as seguintes opções: Sub-etapa 2b. – Opção I. Aplicar análise de custo simples; ou Etapa 3. Análise de barreira.

²⁵ O seguinte artigo pode ser usado como orientação: http://pdf.wri.org/factsheets/factsheet_stacking_payments_for_ecosystem_services.pdf

críveis ao projeto> a continuidade da atividade pré-projeto (gado), a recuperação das pastagens (atividades semelhantes) e atividades de reflorestamento convencionais (sem ser registrado como o projeto VCS AFOLU). Com base nos argumentos expostos previamente a equipe de auditoria concorda com o proponente do projeto em relação à consistência do cenário 1, devido a falta de aplicação da lei no estado. Os outros dois cenários alternativos também foram considerados plausíveis. Devido a sua natureza, as ações do projeto não são rentáveis. A única receita possível viria da comercialização de créditos de carbon, o que leva a comprovação de adicionalidade financeira, porém, mesmo considerando que não há benefícios financeiros outros que aqueles advindos da comercialização de ativos ambientais, o proponente analisa barreiras impeditivas à implementação das atividades do projeto proposto (código florestal reformulação, necessidade de investimentos) e não impeditivas a continuação das atividades pré-projeto (falta de monitoramento do Governo, a vigilância, a impunidade), corroborando a análise de adicionalidade financeira com base na análise de barreiras. Finalmente, o proponente do projeto discute, com base em dados da literatura, que iniciativas como as do projeto proposto não podem ser consideradas como pratica comum na região, confirmando a adicionalidade do projeto. A equipe de auditoria avaliou todos os fundamentos apresentados pelo proponente do projeto, os dados secundários apresentados, observações diretas feitas no campo e também o seu conhecimento prévio sobre o contexto regional para considerar o projecto como adicional.

Conformidade	Sim <input checked="" type="checkbox"/>	Não <input type="checkbox"/>	N/A <input type="checkbox"/>
NCR/OBS	Nenhum(a)		

G3. Participação de Atores

Conceito

As Comunidades e Outros Atores são envolvidos no projeto através da participação integral e efetiva²⁶, incluindo acesso a informações, consulta, participação no processo de tomada de decisões e sua implementação, e Consentimento Prévio, Livre e Informado (as exigências para o Consentimento Prévio, Livre e Informado estão contidas em G5.2). Informações oportunas e adequadas estão acessíveis em linguagem e de maneira que possam ser compreendidas pela Comunidades e Outros Atores. Consultas efetivas e pontuais são conduzidas com todos os atores pertinentes e há garantia de participação, conforme apropriado, daqueles que desejam se envolver. Procedimentos de Feedback e Reparação de Reclamações estão estabelecidos e são funcionais. Melhores práticas são adotadas para relações e segurança dos trabalhadores.

Indicadores

Acesso à informação

3.1. Descrever como a documentação completa do projeto²⁷ foi tornada acessível às Comunidades e Outros Atores, como a documentação resumida do projeto²⁸ (incluindo como acessar a documentação completa) foi disseminada ativamente às Comunidades em linguagens locais ou regionais pertinentes, e como encontros de informações amplamente divulgadas foram realizadas com Comunidades e Outros Atores.

Resultados da auditoria de validação

Os coletores da rede de sementes, principais atores sociais impactados pelo projeto, tem acesso a todas as informações e atividades por meio das diversas reuniões que acontecem periodicamente em diferentes pontos da Bacia do Xingu. Também tem acesso às páginas na internet da própria Rede de Sementes do Xingu (<http://sementesdoxingu.org.br/site/>) e do Instituto Socioambiental (<http://www.socioambiental.org/>) bem como suas respectivas mídias sociais (ref. 16). Os proprietários de terra que fazem parte do projeto tem acesso livre à informação através da AXS.

²⁶ Participação integral e efetiva significa uma influência significativa de todos os titulares de direitos relevantes e grupos de atores que desejam envolver-se em todo o processo, e inclui acesso a informações, consulta, participação na tomada e implementação de decisões e Consentimento Prévio, Livre e Informado.

²⁷ Inclui documentação de concepção do projeto, relatórios de implementação do projeto e relatórios de monitoramento, à medida que se tornam disponíveis durante o tempo de duração do projeto.

²⁸ A documentação resumida disseminada às Comunidades antes da validação de acordo com os Padrões CCB deve incluir pelo menos as informações exigidas para G1.1-9, e antes da verificação de acordo com os Padrões CCB, deve incluir pelo menos informações sobre os resultados de monitoramento mostrando que o projeto proporciona benefícios positivos líquidos para o clima, a comunidade e a biodiversidade.

Conformidade	Sim <input checked="" type="checkbox"/>	Não <input type="checkbox"/>	N/A <input type="checkbox"/>
NCR/OBS	Nenhum(a)		

3.2. Explicar como informações pertinentes e adequadas sobre potenciais custos, riscos e benefícios²⁹ para as Comunidades foram fornecidas a elas de forma que possam compreender, de maneira oportuna e antes de qualquer decisão que elas sejam solicitadas a tomar em relação à participação no projeto.

Resultados da auditoria de validação			
O principal impacto direto do projeto nas comunidades são as atividades de coleta e venda das sementes no âmbito da Rede de Sementes do Xingu estabelecida desde o início da Campanha Y Ikatu Xingu, em 2004. As diretrizes da rede são acordadas em reuniões anuais (ref.16), sendo que as comunidades participantes da rede atuam como co-responsáveis pelo desenvolvimento das atividades de coleta, com voz ativa nas decisões. Tal informação está presente no DCP (ref.1) e foi corroborada através de entrevista com coletores de semente participantes da rede. É o entendimento da equipe de auditoria que as atividades do projeto não representam riscos ou custos para as partes interessadas da comunidade, mas benefícios. Estes benefícios, tais como os preços de sementes são discutidas durante as reuniões anuais, entre outros temas relevantes. Dessa forma, a equipe de auditoria considera o desenho do projeto como em conformidade com este requisito CCB.			
Conformidade	Sim <input checked="" type="checkbox"/>	Não <input type="checkbox"/>	N/A <input type="checkbox"/>
NCR/OBS	Nenhum(a)		

3.3. Descrever as medidas tomadas e os métodos de comunicações utilizados para explicar às Comunidades e Outros Atores o processo para validação e/ou verificação em relação aos Padrões CCB por um Auditor independente³⁰, concedendo-lhes informações oportunas sobre a visita local do Auditor antes que esta ocorra e facilitando a comunicação direta e independente entre eles ou seus representantes e o Auditor.

Resultados da auditoria de validação em:			
As entrevistas conduzidas em campo evidenciaram conhecimento dos proprietários sobre o processo de validação e verificação, facilitando a comunicação do auditor. O ISA atua em conjunto com as comunidades e indígenas na gestão da rede de sementes e mantém comunicação sobre os processos de auditoria conduzidos nas áreas do projeto Carbono Nascentes do Xingu (Ref 1. e 16).			
Conformidade	Sim <input checked="" type="checkbox"/>	Não <input type="checkbox"/>	N/A <input type="checkbox"/>
NCR/OBS	Nenhum(a)		

Consulta

3.4. Descrever como as Comunidades, incluindo todos os Grupos Comunitários e Outros Atores, influenciam a concepção e implementação do projeto através de Consulta Efetiva³¹, particularmente com o objetivo de otimizar os benefícios para a

²⁹ Custos, riscos e benefícios às comunidades devem ser identificados utilizando um processo participativo e transparente. O seguinte manual pode ser utilizado: Social and Biodiversity Impact Assessment (SBIA) Manual for REDD+ Projects (Richards e Panfil, 2011) disponível em https://s3.amazonaws.com/CCBA/SBIA_Manual/SBIA_Part_1.pdf. Toda avaliação de custos, riscos e benefícios inclui aqueles que são diretos e indiretos e inclui aqueles relacionados a aspectos sociais, culturais, ambientais e econômicos e aos direitos humanos e direitos a terras, territórios e recursos. Os custos incluem aqueles relacionados a responsabilidades e também custos de oportunidades. Observe que o termo 'benefícios' se refere a impactos positivos e a expressão 'custos e riscos' equivale a impactos negativos.

³⁰ Um Auditor é definido como uma firma de auditoria reconhecida, qualificada e independente que avalia se um projeto satisfaz cada um dos critérios CCB e outras exigências após o processo para validação ou verificação em relação aos Padrões CCB definidos nas Regras para o Uso dos Padrões CCB disponíveis em <http://www.climatestandards.org/>. O Auditor deve ser aprovado pela CCBA conforme definido nas Regras para o Uso dos Padrões CCB; uma lista de Auditores Aprovados pode ser encontrada em <http://www.climate-standards.org/ccb-standards/>.

³¹ A consulta efetiva requer que os Proponentes do Projeto informem e envolvam-se amplamente com as Comunidades e Outros Atores que utilizam métodos social e culturalmente apropriados para permitir uma influência significativa sobre o objeto da consulta. As consultas devem ser sensíveis a gênero e intergeracionalidade, com especial atenção a pessoas vulneráveis e/ou marginalizadas, devendo ser conduzidas em locais mutuamente acordados e através de representantes que sejam designados pelos próprios grupos em conformidade com seus próprios procedimentos. Diferentes abordagens podem ser apropriadas para diferentes Grupos Comunitários ou Outros Atores. Comunidades e Grupos Comunitários potencialmente afetados pelo projeto devem ter a oportunidade de avaliar impactos e levantar questões sobre potenciais impactos negativos, expressar os resultados desejados e fornecer contribuições sobre a concepção do projeto, incluindo a teoria de mudança, antes da finalização da concepção do projeto e durante a implementação. As consultas devem incluir a identificação participativa de serviços de ecossistema importantes para as Comunidades e Atributos de Alto Valor para Conservação, por exemplo através de mapeamento participativo. As consultas também devem incluir uma avaliação do tipo e da magnitude de

Comunidade e Outros Atores, respeitando costumes, valores e instituições locais e mantendo atributos de alto valor para conservação. Os Proponentes do Projeto devem documentar as consultas e indicar se e como a concepção e implementação do projeto foram revisadas com base nessa contribuição³². Um plano deve ser desenvolvido e implementado para continuar a comunicação e a consulta entre os proponentes do projeto e as Comunidades, incluindo todos os Grupos Comunitários e Outros Atores em relação ao projeto e seus impactos para facilitar a gestão adaptativa³³ ao longo da duração do projeto.

Resultados da auditoria de validação			
<p>O componente social do projeto se dá pela compra de sementes dos reflorestamentos exclusivamente da Rede de Sementes de Xingu, formada por comunidades tradicionais, indígenas e comunidades locais da Bacia do Xingu considerada a Zona do Projeto. Os participantes da Rede de Sementes se encontram em reuniões anuais para discussão de suas atividades e nessa ocasião são consultados sobre o escopo do projeto Carbono Nascentes do Xingu que lhes seja pertinente e podem se manifestar dando sua contribuição.</p> <p>Como outros atores, encontram-se ainda os proprietários de terra que assinaram o termo de responsabilidade de participação. As entrevistas demonstraram que o diálogo desses atores com os proponentes é frequente, principalmente via a AXS (associação Xingu Sustentável), que tem plena capacidade de facilitar a gestão adaptativa e a implementação durante a duração do projeto.</p>			
Conformidade	Sim <input checked="" type="checkbox"/>	Não <input type="checkbox"/>	N/A <input type="checkbox"/>
NCR/OBS	Nenhum(a)		

3.5. Demonstrar que todas as consultas e processos participativos foram conduzidos diretamente com as Comunidades e Outros Atores ou através de seus representantes legítimos, assegurando níveis adequados de compartilhamento de informações com os membros dos grupos.

Resultados da auditoria de validação			
<p>As informações sobre o projeto são apresentadas aos coletores nas reuniões anuais da Rede de sementes, sendo este o principal espaço reservado à interação entre proponente e este grupo de atores. Estas reuniões servem ao propósito de consulta aos coletores e de construção participativa de seu esquema de funcionamento. A Rede de sementes se integra de maneira fundamental ao projeto de carbono, podendo ser entendida como um de seus aspectos principais no que tange a esfera social e a participação. Já a AXS participa de toda a gestão administrativa e financeira do projeto junto ao ISA.</p>			
Conformidade	Sim <input checked="" type="checkbox"/>	Não <input type="checkbox"/>	N/A <input type="checkbox"/>
NCR/OBS	Nenhum(a)		

Participação na tomada e implementação de decisões

3.6. Descrever as medidas necessárias e adotadas para permitir a efetiva participação, conforme apropriado, de todas as Comunidades, incluindo todos os Grupos Comunitários, que desejam e necessitam envolver-se na concepção, implementação, monitoramento e avaliação do projeto durante toda a sua duração, e descrever como elas foram implementadas de maneira culturalmente apropriada e sensível às questões de gênero.

Resultados da auditoria de validação em: Março de 2015			
Os proprietários de terra associados da AXS participam das instâncias decisórias do projeto, gestão financeira e atividades de			

impactos resultantes de atividades do projeto (CM2.1). As consultas também devem incluir uma concepção participativa de Procedimentos de Feedback e Reparação de Reclamações (G3.8).

³² Nos casos em que não ficar claro se um projeto será implementado ou não, é aceitável iniciar com consultas preliminares, desde que haja planos para consultas completas apropriadas antes do início do projeto. Nos casos em que a conformidade com os Padrões CCB estiver sendo aplicada a um projeto que já esteja em implementação, os proponentes do projeto devem fornecer documentação de consultas apropriadas durante a fase de concepção do projeto ou demonstrar como consultas mais recentes têm sido eficazes na avaliação de benefícios para a Comunidade e adaptação da concepção e implementação do projeto para otimizar os benefícios para a Comunidade e Outros Atores e respeitar os costumes locais.

³³ Gestão adaptativa é uma abordagem que aceita que a gestão deve continuar mesma na falta de informações completas. Enxerga a gestão não apenas como uma maneira de atingir objetivos, mas também como um processo para tentar aprender mais sobre o recursos ou sistema sob gestão. O aprendizado é um objetivo inerente à gestão adaptativa. A gestão adaptativa é um processo pelo qual políticas e atividades podem adaptar condições futuras a fim de melhorar o sucesso da gestão.

reflorestamento em suas propriedades e por vezes, em seus vizinhos. Às comunidades afetadas pelas ações do projeto é facultado o trabalho como coletor de sementes e por consequência de participar das reuniões anuais do grupo, o que é considerado o espaço reservado à participação.

Conformidade	Sim <input checked="" type="checkbox"/>	Não <input type="checkbox"/>	N/A <input type="checkbox"/>
NCR/OBS	Nenhum(a)		

Antidiscriminação

3.7. Descrever as medidas necessárias e adotadas para assegurar que o proponente do projeto e todas as outras entidades envolvidas na concepção e implementação do projeto não estejam envolvidos em nenhuma forma de discriminação³⁴ ou assédio sexual em relação ao projeto.

Resultados da auditoria de validação em: Março de 2015

Durante a auditoria de campo, não foi constatado nenhuma forma de discriminação ou assédio sexual em relação aos proponentes do projeto ou aos proprietários das áreas de restauro e seus funcionários.. A Rede de Sementes do Xingu, por sua vez, é composta de coletores de ambos os gêneros que participam com voz igual nas decisões tomadas nas reuniões anuais da Rede conforme foi avaliado nos relatórios dos encontros (Ref. 16) e pelas entrevistas em campo.

Conformidade	Sim <input checked="" type="checkbox"/>	Não <input type="checkbox"/>	N/A <input type="checkbox"/>
NCR/OBS	Nenhum(a)		

Processo de Feedback e Reparação de Reclamações

3.8. Demonstrar que um claro procedimento de reparação de reclamações foi formalizado para lidar com controvérsias com Comunidades e Outros Atores que surjam durante o planejamento, a implementação e a avaliação do projeto em relação, mas sem limitação, ao Consentimento Prévio, Livre e Informado, a direitos a terras, territórios e recursos, ao compartilhamento de benefícios e à participação³⁵. O projeto deverá incluir um processo para receber, analisar, responder e tentar solucionar Reclamações em um prazo razoável³⁶. O Processo de Feedback e Reparação de Reclamações deverá levar em conta métodos tradicionais utilizados pelas Comunidades e Outros Atores para resolver conflitos.

O Procedimento de Feedback e Reparação de Reclamações terá três estágios, com limites de prazo razoáveis para cada um dos seguintes estágios. Primeiro, o Proponente do Projeto tentará resolver amigavelmente todas as Reclamações e fornecer uma resposta por escrito às Reclamações da maneira que for culturalmente apropriada. Segundo, quaisquer Reclamações que não forem resolvidas por meio de negociações amigáveis serão encaminhadas a mediação por um terceiro neutro. Terceiro, quaisquer Reclamações que não forem solucionadas por meio de mediação serão encaminhadas a) a arbitragem, tanto quanto permitido pelas leis da respectiva jurisdição, ou b) aos tribunais competentes da respectiva jurisdição, sem prejuízo da capacidade de a parte submeter a Reclamação a um órgão adjudicatório supranacional competente, se for o caso.

O Procedimento de Feedback e Reparação de Reclamações deverá ser divulgado e tornado acessível às Comunidades e Outros Atores. As reclamações e as respostas do projeto, incluindo eventual reparação, deverão ser documentadas e disponíveis publicamente.

Resultados da auditoria de validação

O proponente do projeto definiu os canais para diálogo e potenciais reclamações em relação ao projeto como sendo os e-mails da AXS e da Rede de Sementes (ref. 27). A divulgação destes mecanismos é feita através do web site da Rede de Sementes (ref. 31) e através das próprias reuniões da rede que em si também funcionam como espaços para diálogo e resolução de disputas entre as partes interessadas. Tendo em vista o escopo do projeto, as observações realizadas em campo e as entrevistas realizadas com a equipe do projeto e com coletores da rede de sementes, o time de auditoria entende como

³⁴ Incluindo discriminação baseada em gênero, raça, religião, orientação sexual e outros hábitos.

³⁵ Denominadas Reclamações.

³⁶ Denominado Procedimento de Feedback e Reparação de Reclamações

suficiente a existência dos mecanismos criados, para fins de validação do projeto.			
Conformidade	Sim <input checked="" type="checkbox"/>	Não <input type="checkbox"/>	N/A <input type="checkbox"/>
NCR/OBS	Nenhum(a)		

Relação com Trabalhadores³⁷

3.9. Descrever as medidas necessárias e adotadas para fornecer orientação e treinamento aos trabalhadores do projeto e pessoas apropriadas das Comunidades com o objetivo de gerar habilidades e conhecimento úteis localmente para ampliar a participação local na implementação do projeto. Esses esforços para gerar capacidade devem estar direcionados a uma grande variedade de pessoas nas Comunidades, com atenção especial às mulheres e pessoas vulneráveis e/ou marginalizadas. Identificar como o treinamento é passado a novos trabalhadores quando há rotação de pessoal, de modo que a capacidade local não seja perdida.

Resultados da auditoria de validação			
Os técnicos do ISA provêm capacitação para os coletores de sementes com apresentação de técnicas de monitoramento da frutificação, busca, coleta, limpeza e beneficiamento (Ref.16 e 27) e para os trabalhadores das fazendas participantes do projeto (Ref. 15) são oferecidos treinamentos sobre a técnica de plantio da Muvuca além do reconhecimento das espécies, formas de armazenamento das sementes e quebra de dormência, plantio e monitoramento com técnicas de manejo necessárias. Tais informações foram corroboradas pelas entrevistas conduzidas com os trabalhadores de campo que participaram do plantio e coletores da rede.			
Conformidade	Sim <input checked="" type="checkbox"/>	Não <input type="checkbox"/>	N/A <input type="checkbox"/>
NCR/OBS	Nenhum(a)		

3.10. Demonstrar que as pessoas das Comunidades recebem oportunidades iguais de ocupar todos os cargos de trabalho (incluindo os de administração) se as exigências do emprego forem satisfeitas. Explicar como os trabalhadores são selecionados para os cargos e, quando for pertinente, descrever as medidas necessárias e adotadas para assegurar que os membros da Comunidade, incluindo mulheres e pessoas vulneráveis e/ou marginalizadas, tenham uma chance justa de ocupar cargos para os quais possam ser treinados.

Resultados da auditoria de validação			
Segundo informações do DCP (Ref.1) e obtidas nas entrevistas em campo, a rede de sementes é aberta ao ingresso de novos grupos e apresenta crescimento em seu número de coletores(as) ao longo do tempo.			
Conformidade	Sim <input checked="" type="checkbox"/>	Não <input type="checkbox"/>	N/A <input type="checkbox"/>
NCR/OBS	Nenhum(a)		

3.11. Submeter uma lista de todas as leis e regulamentos pertinentes que cubram os direitos do trabalhador no país hospedeiro. Descrever as medidas necessárias e adotadas para informar os trabalhadores sobre seus direitos. Fornecer garantia de que o projeto cumpre ou excede todas as leis e/ou regulamentos aplicáveis que cobrem os direitos do trabalhador e, quando pertinente, demonstrar como a conformidade é alcançada.

Resultados da auditoria de validação			
Os colaboradores das organizações proponentes são devidamente contratados e cumpre com as legislações trabalhistas. As atividades de intervenção em campo são executadas por funcionários das propriedades. Os proprietários assumem, em contrato, compromisso em respeito à legislação trabalhista, principalmente as regidas pela CLT – Decreto nº 5.452 de 1º de Maio de 1943, Lei nº 6514 de 22 de Dezembro de 1977.			
Conformidade	Sim <input checked="" type="checkbox"/>	Não <input type="checkbox"/>	N/A <input type="checkbox"/>

³⁷ ‘Trabalhadores’ são definidos como pessoas trabalhando diretamente em atividades do projeto, tendo como retorno uma compensação (financeira ou outra), incluindo empregados, contratados, trabalhadores subcontratados e membros da comunidade que sejam pagos para desenvolver atividades relacionadas ao projeto.

NCR/OBS	Nenhum(a)
---------	-----------

3.12. Avaliar amplamente as situações e ocupações que possam surgir através da implementação do projeto e representar um risco substancial à segurança do trabalhador. Descrever as medidas necessárias e adotadas para informar os trabalhadores sobre os riscos e explicar como minimizar esses riscos. Nos casos em que a segurança do trabalhador não puder ser garantida, os proponentes do projeto devem mostrar como os riscos são minimizados utilizando as melhores práticas de trabalho alinhadas à cultura e às práticas costumeiras das comunidades.

Resultados da auditoria de validação			
Foi verificado que a jornada dos trabalhadores envolvidos no projeto é de no máximo 8 horas como determinado pela legislação vigente, com pausa para descanso e alimentação. As atividades de plantio é feita com a utilização de maquinário. Por meio de observações e entrevistas, foi verificado que, além dos envolvidos no plantio já estarem habituados com a utilização do equipamento, treinamentos e capacitações são oferecidos como forma de minimizar as possibilidades de risco aos trabalhadores. (ref. 1 e 10).			
Conformidade	Sim <input checked="" type="checkbox"/>	Não <input type="checkbox"/>	N/A <input type="checkbox"/>
NCR/OBS	Nenhum(a)		

G4. Capacidade de Gestão

Conceito

O projeto possui recursos humanos e financeiros adequados para sua implementação efetiva.

Indicadores

4.1. Descrever as estruturas de governança do projeto e os papéis e responsabilidades de todas as entidades envolvidas na concepção e implementação do projeto. Para projetos que utilizam uma abordagem programática, identificar novas entidades incluídas no projeto desde a última validação ou verificação em relação aos Padrões CCB.

Resultados da auditoria de validação			
O DCP (Ref 1, item G4.1) apresenta em seu conteúdo as responsabilidades, papéis e obrigações das seguintes instituições:			
<ul style="list-style-type: none"> • ISA – Instituto Sociambiental • ICV – Instituto Centro de Vida • AXS – Associação Xingu Sustentável • Natura • Coletores da Rede de sementes do Xingu 			
As obrigações e papéis também estão definidos em contrato entre as partes (Ref. 5) e pelas entrevistas com os proprietários observou-se o conhecimento de suas obrigações e responsabilidades dentro do projeto.			
Conformidade	Sim <input checked="" type="checkbox"/>	Não <input type="checkbox"/>	N/A <input type="checkbox"/>
NCR/OBS	Nenhum(a)		

4.2. Documentar as principais habilidades técnicas necessárias para implementar com sucesso o projeto, incluindo envolvimento da comunidade, avaliação da biodiversidade e habilidades de medição e monitoramento de carbono. Documentar a especialidade e a experiência anterior da equipe administrativa na implementação de projetos de carbono e de gestão de uso da terra na escala deste projeto. Se faltar experiência pertinente, os proponentes devem demonstrar como as organizações formam parcerias para apoiar o projeto ou devem ter uma estratégia de recrutamento para suprir as lacunas.

Resultados da auditoria de validação			
A equipe para desenvolvimento do projeto “Carbono Nascentes do Xingu” é multidisciplinar e agrega diferentes especialidades			

como agrônomos, engenheiros florestais, economistas e administradores. O ISA desenvolveu a técnica da Muvuca e trabalhou na capacitação e treinamento de vários atores no programa Y Ikatu Xingu e no projeto Carbono Nascentes do Xingu, já o ICV tem competência no desenvolvimento de projetos de carbono (Ref.1). Os participantes da rede de sementes e que participaram nos plantios receberam treinamentos apropriados para a condução de suas atividades conforme relatos em campo, fotos (Ref.15) e memória das reuniões anuais (Ref.16).

Conformidade	Sim <input checked="" type="checkbox"/>	Não <input type="checkbox"/>	N/A <input type="checkbox"/>
NCR/OBS	Nenhum(a)		

4.3. Documentar a saúde financeira da(s) organização(ões) de implementação. Fornecer garantia de que o Proponente do Projeto e quaisquer outras entidades envolvidas na concepção e implementação do projeto não estão envolvidos e não são cúmplices de qualquer forma de corrupção³⁸, tais como suborno³⁹, peculato⁴⁰, fraude⁴¹, favoritismo, compadrio, nepotismo⁴², extorsão⁴³ e conluio⁴⁴, e descrever quaisquer medidas necessárias e adotadas para permitir que tal garantia seja fornecida.

Resultados da auditoria de validação			
As organizações ISA e ICV são reconhecidas e bem estabelecidas que passam anualmente em processos de auditoria e apresentam relatórios institucionais financeiros e de atividades (ref.1). A AXS é formada por proprietários rurais do município de Santa Cruz do Xingu, que participam do projeto de forma espontânea mediante assinatura de contrato (ref. 5), possuem títulos de propriedade regulares e produção agropecuária (ref. 7). O fluxo financeiro do projeto é gerido pela AXS e é mantido disponível a equipe de auditores (ref. 8). Além disso, tem se que os agricultores da AXS assinaram um acordo com a instituição que financiou o projeto no qual estes se compromete a oferecer gado em troca de benefícios climáticos potencialmente não entregues pelo projeto. É o entendimento da equipe de auditoria que a saúde financeira dos proponentes do projeto esteja devidamente demonstrada. Durante o curso da auditoria, não há evidências de envolvimento dos proponentes do projeto e qualquer uma das outras entidades envolvidas na concepção do projecto em qualquer forma de corrupção relacionada com a governança do projeto.			
Conformidade	Sim <input checked="" type="checkbox"/>	Não <input type="checkbox"/>	N/A <input type="checkbox"/>
NCR/OBS	Nenhum(a)		

G5. Situação Jurídica e Direitos de Propriedade⁴⁵

Conceitos

O projeto se baseia em uma estrutura jurídica aceita internacionalmente, cumpre as exigências estatutárias e habituais relevantes e dispõe das aprovações necessárias das devidas autoridades estaduais, locais e indígenas.

O projeto reconhece, respeita e apoia os direitos às terras, territórios e recursos, incluindo os direitos estatutários e tradicionais dos Povos Indígenas e de outros dentro das Comunidades e Outros Atores⁴⁶. O Consentimento Prévio, Livre e Informado (conforme descrito em G5.2) dos devidos Titulares de Direitos de Propriedade foi obtido em todo estágio do projeto.

³⁸ O abuso do poder atribuído para a obtenção de ganho privado. O seguinte guia pode ser utilizado: http://issuu.com/transparencyinternational/docs/2012_keepingreddclean_en?e=2496456/1427494

³⁹ Dar um benefício a alguém (tal como dinheiro ou serviços) para convencê-lo a fazer algo em troca. Subornos também podem ser chamados de propinas, 'cala-boca' ou dinheiro de proteção.

⁴⁰ O recebimento ou a conversão de dinheiro, bens ou itens de valor por uma pessoa que não tem direito a eles, mas tem acesso a eles em virtude de seu cargo.

⁴¹ Comportamento destinado a enganar outra pessoa ou entidade para benefício próprio ou de um terceiro.

⁴² O tratamento favorável de amigos, associados nos negócios (compadrio) e família (nepotismo) na distribuição de recursos e cargos, independente de seus méritos objetivos.

⁴³ O processo de coerção, pelo qual uma pessoa ou instituição força outra parte a pagar em troca de fazer ou dizer algo, ou de não fazer ou não dizer algo.

⁴⁴ Um acordo entre duas ou mais partes destinado a alcançar um objetivo impróprio, incluindo influenciar indevidamente as ações de outra parte. A forma mais comum de conluio é quando licitantes acordam entre si os preços e 'quem deve vencer'. A prática de conluio provavelmente envolve suborno pesado ou sua promessa a fim de induzir a outra parte a evitar o comportamento legítimo e esperado. Se isso trouxer um ganho a empresas e/ou pessoas físicas que participam dessa atividade, é corrupção.

⁴⁵ 'Direitos de Propriedade' são definidos como direitos legais e habituais de posse/uso/acesso/gestão a terras, territórios e recursos, e 'Titulares de Direitos de Propriedade' são as entidades que possuem Direitos de Propriedade individuais ou coletivos

As atividades do projeto não levam a remoção ou realocação involuntária dos Titulares de Direitos de Propriedade de suas terras ou territórios nem os forçam a realocar atividades importantes para sua cultura ou meios de vida⁴⁷. Qualquer remoção ou realocação proposta ocorre somente depois de se obter o Consentimento Prévio, Livre e Informado dos pertinentes Titulares de Direitos de Propriedade.

Indicadores

Respeito pelos direitos a terras, territórios e recursos, e Consentimento Livre, Prévio e Informado

5.1. Descrever e mapear os direitos estatutários e habituais⁴⁸ de vitaliciedade/uso/acesso/gestão sobre terras, territórios e recursos na Zona do Projeto incluindo direitos individuais e coletivos e incluindo direitos sobrepostos ou conflitantes. Se for o caso, descrever medidas necessárias e adotadas pelo projeto para ajudar a garantir direitos estatutários. Demonstrar que todos os Direitos de Propriedade são reconhecidos, respeitados e apoiados.

Resultados da auditoria de validação			
Segundo apresentado no DCP (ref.1) e corroborado pelas entrevistas e documentos das propriedades apresentados, não há direitos estatutários e habituais nas áreas do projeto. As atividades do projeto por sua vez, não afetam e não são afetadas por questões legais e jurídicas em andamento fora das áreas do projeto. No entanto, a região que compreende a zona do projeto apresenta um histórico de conflitos fundiários entre proprietários de terra, camponeses, latifundiários e indígenas, contudo, atualmente a situação se apresenta bastante consolidada e as disputas remanescentes apresentam-se judicializadas. A região que compreende as áreas do projeto tem uma história de conflitos de terra entre agricultores, pecuaristas e povos indígenas, como pode ser observado em muitas partes das regiões Centro-Oeste e Norte do Brasil. No entanto, o processo de colonização na área do projeto se passou há mais de 50 anos atrás. Os territórios são agora bem definidos e os conflitos por terra resolvidos. Vale a pena mencionar que representantes de povos indígenas que vivem na zona do projeto trabalham na rede de coletores de sementes e que esta atividade de projeto ajuda a atenuar as tensões ainda existentes entre os povos indígenas e pecuaristas.			
Conformidade	Sim <input checked="" type="checkbox"/>	Não <input type="checkbox"/>	N/A <input type="checkbox"/>
NCR/OBS	Nenhum(a)		

5.2. Demonstrar com consultas e acordos documentados que:

- o projeto não usurpará sem autorização propriedade privada, propriedade da comunidade⁴⁹ ou propriedade do governo;
- o Consentimento Prévio, Livre e Informado⁵⁰ foi obtido daqueles cujos direitos de propriedade são afetados pelo projeto por meio de um processo transparente e consensual.

Consentimento Prévio, Livre e Informado⁵¹ é definido como:

⁴⁶ Princípios Fundamentais de Negócios e Direitos Humanos da ONU.

⁴⁷ Declaração da ONU sobre os Direitos de Povos Indígenas, Artigo 10. Convenção ILO 169, Artigo 16.

⁴⁸ Direitos tradicionais' às terras, territórios e recursos referem-se a padrões de uso comunitário da terra e seus recursos por longos períodos, de acordo com as leis tradicionais, valores, costumes e tradições de Povos Indígenas e comunidades locais, incluindo usos sazonais ou cíclicos, ao invés da titularidade formal das terras, territórios e recursos emitida pelo Estado. Manual Operacional do Banco Mundial, OP 4.10 – Povos Indígenas, Julho de 2005 <http://web.worldbank.org/external/default/main?Email=Y&contentMDK=20553653&menuPK=64701637&pagePK=64709096&piPK=64709108&theSitePK=502184>.

⁴⁹ Incluindo direitos coletivos, tanto habituais quanto legais, a terras, territórios e recursos tradicionalmente possuídos, ocupados ou de outro modo utilizados ou adquiridos por comunidades, seja tal propriedade formalmente registrada ou não. Diretrizes Voluntárias FAO sobre a Governança Responsável de Posse. Princípio 3.1.

⁵⁰ Em conformidade com a Declaração das Nações Unidas sobre os Direitos dos Povos Indígenas e a Convenção da Organização Internacional do Trabalho (OIT) 169. O seguinte manual pode ser utilizado para orientação sobre Consentimento Prévio, Livre e Informado: Free, Prior and Informed Consent in REDD+: Principles and Approaches for Policy and Project Development. (Anderson. 2011). Disponível em <http://www.recoftc.org>. Se povos não contactados forem localizados ou acreditar-se que estão localizados na área do projeto, seu direito a permanecer em isolamento deve ser respeitado, em conformidade com leis e recomendações locais, nacionais e internacionais. Exceto se convidadas a fazer contato, as entidades implementadoras não devem tomar parte em nenhuma atividade que possa impactar essas populações, incluindo atividades do projeto. Deve haver uma zona de buffer entre a área do projeto e a área na qual populações indígenas vivendo em isolamento voluntário residem ou acredita-se que residam. Guidelines for the Protection of Indigenous Peoples in Voluntary Isolation and Initial Contact in the Amazon Region, the Gran Chaco and the Eastern Region of Paraguay, Gabinete do Alto Comissariado das Nações Unidas (OHCHR) e Agência Espanhola de Cooperação e Desenvolvimento Internacionais, Maio de 2012.

⁵¹ Definition of Free Prior and Informed Consent from International Workshop on Free, Prior and Informed Consent and Indigenous Peoples (Janeiro de 2005), Departamento de Assuntos Econômicos e Sociais das Nações Unidas, Doc. ONU PFII/2005/WS.2/4, disponível em http://www.un.org/esa/socdev/.../workshop_FPIC_ILO.doc É importante observar que consulta não significa o mesmo que consentimento. Consentimento Prévio, Livre e

- 'Livre' significa sem coerção, intimidação, manipulação, ameaça e suborno;
- 'Prévio' significa suficientemente antes de qualquer autorização ou início de atividades e respeitando as exigências de prazo de seus processos de tomada de decisão;
- 'Informado' significa que são fornecidas informações que abrangem (pelo menos) os seguintes aspectos:
 - a. a natureza, o tamanho, o ritmo, a reversibilidade e o escopo de qualquer projeto ou atividade proposta;
 - b. o(s) motivo(s) ou a finalidade do projeto e/ou atividade;
 - c. a duração dos itens acima;
 - d. a localização de áreas que serão afetadas; e. uma avaliação preliminar do provável impacto econômico, social, cultural e ambiental, incluindo riscos potenciais e o compartilhamento justo e equitativo de benefícios em um contexto que respeite o princípio da precaução;
 - f. as pessoas com probabilidade de se envolver na execução do projeto proposto (incluindo Povos Indígenas, equipe do setor privado, instituições de pesquisa, funcionários do governo e outros); e
 - g. procedimentos que podem estar implicados no projeto;
- 'Consentimento' significa que há a opção de negar consentimento e que as partes compreenderam isso razoavelmente.
- Titulares de direitos coletivos devem ser capazes de participar através de seus próprios representantes escolhidos livremente e de instituições usuais ou outras seguindo um processo transparente para obter seu consentimento prévio, livre e informado que eles tiverem definido.

c. restituição ou compensação apropriada foi alocada a quaisquer partes cujas terras foram ou serão afetadas pelo projeto⁵².

Resultados da auditoria de validação			
A adesão ao projeto é opcional, logo, requer consentimento livre, prévio e informado por parte dos proprietários de terras da região. Tais proprietários assinam um termo de comprometimento (ref. 5) onde, em linhas gerais, se comprometem com a gestão da área do projeto para manutenção dos estoques de carbono ao longo de todo o tempo de duração do projeto.			
Conformidade	Sim <input checked="" type="checkbox"/>	Não <input type="checkbox"/>	N/A <input type="checkbox"/>
NCR/OBS	Nenhum(a)		

5.3. Demonstrar que as atividades do projeto não levam a remoção ou realocação involuntária dos Titulares de Direitos de Propriedade de suas terras ou territórios nem os forçam a realocar atividades importantes para sua cultura ou meios de vida. Se qualquer realocação de habitação ou atividades ocorrer dentro dos termos de um acordo, os proponentes do projeto devem demonstrar que o acordo foi feito com o Consentimento Prévio, Livre e Informado daqueles envolvidos e que inclui disposições para compensação justa e razoável⁵³.

Resultados da auditoria de validação			
O projeto se circunscreve às propriedades privadas participantes não havendo disputas, sobreposição de áreas ou direitos habituais e costumários de terceiros nas áreas. Um dos critérios de elegibilidade é a ausência de litígios nas áreas que é reforçado pelo contrato firmado com a organização financiadora das atividades do projeto (Ref.1 e 5).			
Conformidade	Sim <input checked="" type="checkbox"/>	Não <input type="checkbox"/>	N/A <input type="checkbox"/>
NCR/OBS	Nenhum(a)		

Informado é a decisão tomada por uma comunidade após uma consulta. Uma equipe do projeto deve receber o consentimento afirmativo dos pertinentes Titulares de Direitos de Propriedade antes do início de atividades do projeto. Declaração das Nações Unidas sobre os Direitos dos Povos Indígenas, Assembleia Geral da ONU, Deliberação adotada pela Assembleia Geral, 2 de outubro de 2007, A/RES/61/295, Artigos 32 (2), disponível em [www.un.org/esa/socdev.unpfii/documents/DRIPS_en.pdf](http://www.un.org/esa/socdev/unpfii/documents/DRIPS_en.pdf).

⁵² A compensação deve incluir o custo financeiro e não financeiro da perda de terras, por exemplo perda de cultura ou perda de oportunidade de negócio. Declaração das Nações Unidas sobre os Direitos dos Povos Indígenas, Artigo 10. Artigo 28

⁵³ Em conformidade com a Declaração das Nações Unidas sobre os Direitos dos Povos Indígenas e ILO 169. O Artigo 28 da Declaração das Nações Unidas sobre os Direitos dos Povos Indígenas indica que, exceto se acordado de outro modo, a compensação deve ser na forma de terras, territórios ou recursos equivalentes em termos de qualidade, tamanho e situação legal àqueles tomados. Quando tal compensação não estiver disponível, a compensação monetária é apropriada.

5.4. Identificar eventuais atividades ilegais que poderiam afetar os impactos do projeto sobre o clima, a comunidade ou a biodiversidade (ex., abate ilegal) que ocorrem na Zona do Projeto e descrever medidas necessárias e adotadas para reduzir essas atividades de maneira que os benefícios do projeto não sejam derivados de atividades ilegais⁵⁴.

Resultados da auditoria de validação			
Foi constatado em visita em campo, entrevistas e pela documentação fornecida (refs. 1 e 5) que as áreas onde ocorrem as atividades do projeto são áreas privadas com titularidade comprovada cujos proprietários participam do projeto de forma voluntária e espontânea, não ocorrendo em seus limites e escopo nenhuma atividade ilegal com impactos negativos significativos sobre o clima, comunidade e biodiversidade na Zona do projeto. De forma geral, a bacia do Xingu possui uma grande variedade de atores e mosaicos de uso da terra, com a maior parte da terra consolidada e com os direitos de uso reconhecidos.			
Conformidade	Sim <input checked="" type="checkbox"/>	Não <input type="checkbox"/>	N/A <input type="checkbox"/>
NCR/OBS	Nenhum(a)		

5.5. Identificar quaisquer conflitos ou disputas contínuas ou não resolvidas sobre direitos a terras, territórios e recursos, bem como disputas que foram resolvidas durante os últimos vinte anos quando esses registros existirem ou pelo menos durante os últimos dez anos. Se for o caso, descrever as medidas necessárias e adotadas para resolver conflitos ou disputas⁵⁵. Demonstrar que nenhuma atividade é executada pelo projeto que pudesse prejudicar o resultado de uma disputa relevante não solucionada para o projeto sobre terras, territórios e recursos na Zona do Projeto.

Resultados da auditoria de validação			
Conforme verificado pela documentação fornecida (refs.1 e 5) e pelas entrevistas realizadas a campo, não há áreas em litígio ou disputa fundiária na área do projeto tampouco processos jurídicos cujo resultado possa ser afetado ou influenciado pelas atividades executadas.			
Conformidade	Sim <input checked="" type="checkbox"/>	Não <input type="checkbox"/>	N/A <input type="checkbox"/>
NCR/OBS	Nenhum(a)		

Situação Jurídica

5.6. Submeter uma lista de todas as leis⁵⁶ e regulamentos nacionais e locais do país hospedeiro que sejam relevantes para as atividades do projeto. Fornecer garantia de que o projeto cumpre as referidas leis e regulamentos e, quando pertinente, demonstrar como o cumprimento é alcançado.

Resultados da auditoria de validação			
O DCP (Ref. 1) apresenta em seu conteúdo os regulamentos nacionais e estaduais relevantes para as atividades do projeto. São elas:			
<ul style="list-style-type: none"> • IN nº 5 de 8 de Setembro de 2009 (MMA) – procedimentos metodológicos para restauração e recuperação de APP e RL • Resolução Conama de 28 de Setembro de 2011 • Código Florestal – Lei nº 12.651 de 12 de Maio de 2012 • PNMC 			
É o entendimento da equipe de auditoria que o proponente do projeto está cumprindo com todo o quadro jurídico relevante, considerando a atividade de projeto, os limites do projeto e número de espécies utilizadas.			
Conformidade	Sim <input checked="" type="checkbox"/>	Não <input type="checkbox"/>	N/A <input type="checkbox"/>

⁵⁴ Se o projeto permitir que atividades anteriormente ilegais tornem-se “legais” por meio de leis apropriadas e outros meios, os benefícios dessas atividades podem ser considerados para a análise de benefícios líquidos em CL2, CM2 e B2.

⁵⁵ Diretrizes Voluntárias FAO sobre a Governança Responsável de Posse. Princípio 25.1.

⁵⁶ As Leis locais incluem todas as normas ditadas por órgãos governamentais cuja jurisdição é menor do que o âmbito nacional, tais como normas departamentais, municipais e costumeiras.

NCR/OBS	Nenhum(a)
---------	-----------

5.7. Documento que o projeto possui aprovação das autoridades apropriadas, incluindo as autoridades formais e/ou tradicionais estabelecidas, conforme habitualmente exigido pelas Comunidades.

Resultados da auditoria de validação			
O projeto é exclusivamente desenvolvido em propriedades privadas, cuja participação é feita de forma voluntária e mediante assinatura de um termo de responsabilidades. Além disso, todas as propriedades possuem os documentos de titularidade da terra (ref.7) e limites geográficos bem definidos (ref.19).			
Conformidade	Sim <input checked="" type="checkbox"/>	Não <input type="checkbox"/>	N/A <input type="checkbox"/>
NCR/OBS	Nenhum(a)		

5.8. Demonstrar que o(s) Proponente(s) do Projeto possuem a capacidade incondicional, incontroversa e desimpedida de reivindicar que o projeto gerará ou gerou ou causará ou causou os benefícios sobre o clima⁵⁷, a comunidade e a biodiversidade.

Resultados da auditoria de validação			
O projeto não apresenta qualquer tipo de validação ou verificação em padrões para a geração de créditos comercializáveis no âmbito do mercado voluntário de carbono, contudo, firmou um contrato para financiamento das ações do projeto com base nas estimativas de remoção de CO2 ex-ante do projeto, o que na prática pode ser entendido como venda antecipada de créditos de carbono. Estes “créditos” pertencem aos proprietários das fazendas envolvidas. No contrato firmado (ref. 5), os proprietários cedem seus direitos sobre os créditos a organização compradora. Se ao final do período de contabilização for verificado que o sequestro de carbono foi realizado em maior quantidade, os proprietários poderão negociar o excedente com qualquer outro interessado. Já a responsabilidade pela manutenção dos plantios e portanto dos benefícios ao clima durante o período do projeto, através do monitoramento e manejo dos plantios também são dos proprietários e encontra-se firmada no contrato.			
Conformidade	Sim <input checked="" type="checkbox"/>	Não <input type="checkbox"/>	N/A <input type="checkbox"/>
NCR/OBS	Nenhum(a)		

5.9. Identificar os benefícios comercializáveis do projeto para o clima, a comunidade e a biodiversidade e especificar como a dupla contabilidade é evitada, particularmente para compensações vendidas no mercado voluntário e geradas em um país que participa de um mecanismo de conformidade.

Resultados da auditoria de validação			
As reduções das emissões geradas pelo projeto foram “comercializadas” antecipadamente com a organização financiadora das atividades de restauração. Segundo contrato entre as partes (ref. 05), o volume excedente poderá ser negociado no mercado voluntário, desde que resguardada a preferência da referida organização financiadora. Os produtores que recebem recurso do projeto assinam um termo se comprometendo a não comercializar as reduções com nenhuma outra instituição (ref. 5). Estuda-se hoje a possibilidade de verificação no padrão VCS de forma a possibilitar o registro dos créditos de carbono em órgão internacional de registro em nome do comprador (ref.1).			
Conformidade	Sim <input checked="" type="checkbox"/>	Não <input type="checkbox"/>	N/A <input type="checkbox"/>
NCR/OBS	Nenhum(a)		

⁵⁷ Corresponde ao ‘Direito de Uso’ definido por VCS. O Direito de Uso pode ser concedido ao(s) Proponente(s) do Projeto nas seguintes circunstâncias: 1) Um direito de uso decorrente ou concedido por estatuto, regulamento ou decreto por autoridade competente. 2) Um direito de uso previsto por lei. 3) Um direito de uso decorrente de direito estatutário, contratual ou de propriedade à planta, equipamento ou processo que gera reduções e/ou remoções de emissões de GEE (quando tal direito incluir o direito de utilizar tais reduções ou remoções e o Proponente do Projeto não tiver alienado tal direito de uso). 4) Um direito de uso decorrente de direito estatutário, contratual ou de propriedade à terra, vegetação ou ao processo de conservação ou gestão que gera reduções e/ou remoções de emissões de GEE (quando tal direito incluir o direito de utilizar tais reduções ou remoções e o Proponente do Projeto não tiver alienado tal direito de uso). 5) Um acordo exequível e irrevogável com o titular do direito estatutário, contratual ou de propriedade sobre a planta, equipamento ou processo que gera reduções e/ou remoções de emissões de GEE que atribui ao proponente do projeto o direito de uso. 6) Um acordo exequível e irrevogável com o titular do direito estatutário, contratual ou de propriedade sobre a terra, vegetação ou processo de conservação ou gestão que gera reduções e/ou remoções de emissões de GEE que atribui ao proponente do projeto o direito de uso. (VCS Versão 3, Documento de Exigências, 8 de março de 2012. <http://www.v-c-s.org/sites/v-cs.org/files/VCS%20Standard,%20v3.0.pdf>)

SEÇÃO CLIMA

Esta seção é usada para demonstrar os benefícios climáticos líquidos positivos de um projeto e não para reivindicar unidades de reduções e remoções de emissões de gases de efeito estufa (GEE)⁵⁸ que podem ser utilizadas como compensações. Esta seção não é obrigatória⁵⁹ para projetos que tenham satisfeito as exigências de um Programa de GEE reconhecido⁶⁰.

CL1. Cenário do Clima na Ausência do Projeto

Conceito

As estimativas do total de emissões de GEE na Área do Projeto no cenário de uso da terra na ausência do projeto são descritas.

Indicadores

Estimar o total de emissões de GEE dentro da Área do Projeto no cenário de uso da terra na ausência do projeto (descrito em G2) utilizando uma abordagem metodológica Aprovada⁶¹ ou Defensável⁶². O cronograma para esta análise é o período de contabilidade de GEE do projeto ou a duração do projeto⁶³. No cenário de ausência do projeto, é permitido para a análise excluir emissões de GEE de fontes tais como queima de biomassa, combustão de combustível fóssil, fertilizantes sintéticos e excluir emissões de GEE que não sejam CO₂, tais como gases CH₄ e N₂O, nos casos em que isto puder ser justificado como conservador. A análise das emissões ou remoções de GEE deve incluir compartimentos de carbono⁶⁴ que se espera aumentarão significativamente⁶⁵ no cenário de ausência do projeto.

Resultados da auditoria de validação

O proponente descreve um cenário de linha de base com a continuidade do uso agropecuário do solo. Utiliza a metodologia AR-AMS0007 v. 3.0 considerando como zero as mudanças no estoque de biomassa arbórea, arbustiva, madeira morta e serapilheira nas áreas de lavoura e de pastagem (Ref.1).

Segundo o proponente do projeto, as áreas de lavoura e de pastagem na região das cabeceiras do Xingu não possuem quantidade relevante de vegetação arbustiva em meio a cultivos agrícolas ou de forrageiras que servem de alimento ao gado. Além disso, a continuidade do uso atual das áreas de pastagem não leva a aumento dos estoques de carbono contido na biomassa abaixo do solo, já que não permite que haja remoções nos respectivos sumidouros, árvores e arbustos.

⁵⁸ Gases de efeito estufa são definidos como componentes gasosos da atmosfera que captam calor infravermelho e contribuem para o efeito estufa do planeta Terra. Além do dióxido de carbono (CO₂), importantes GEE relacionados a florestas incluem o metano (CH₄) e óxido nitroso (N₂O).

⁵⁹ O Nível Ouro opcional para adaptação a mudanças climáticas GL1 pode ser usado se o projeto for elegível a uma renúncia da Seção Clima CL1-4.

⁶⁰ Uma lista de Programas de GEE reconhecidos pela CCBA está publicada no website da CCBA (www.climatestandards.org). Veja também as Regras para Uso dos Padrões Clima, Comunidade e Biodiversidade.

⁶¹ Metodologias aprovadas são aquelas aprovadas por programas de GEE reconhecidos pela CCBA.

⁶² Uma abordagem metodológica ‘Defensável’ segue a orientação da boa prática que inclui procedimentos para delinear as condições sob as quais a abordagem metodológica pode ser aplicada: definir a área do projeto; estimar taxas projetadas de mudança de cobertura de terras nos cenários com e sem projeto; estimar de maneira conservadora as emissões e remoções de GEE na ausência de projeto; monitorar emissões de GEE durante o tempo de duração do projeto; definir tipos de potencial de vazamento causados por atividades do projeto; e estimar de maneira conservadora as emissões de vazamento esperadas em um cenário com projeto. Deve-se também observar os princípios de relevância, integridade, consistência, transparência e conservadorismo para a contabilidade de carbono baseada na terra; tais como as Diretrizes do Painel Intergovernamental de Mudanças Climáticas de 2006 para Inventários Nacionais de GEE para Agricultura, Florestas e Outros Usos da Terra (IPCC 2006 GL for AFOLU) e Requisitos AFOLU do Padrão de Carbono Verificado. O princípio de conservação significa que, nos casos em que a contabilidade se basear em pressupostos, valores e procedimentos com alto grau de incerteza, a opção mais conservadora na faixa biológica deverá ser escolhida de maneira a não se superestimarem as remoções de GEE ou as emissões de GEE.

⁶³ Uma lista de Programas de GEE reconhecidos pela CCBA está publicada no website da CCBA (www.climatestandards.org). Veja também as Regras para Uso dos Padrões Clima, Comunidade e Biodiversidade.

⁶⁴ Metodologias aprovadas são aquelas aprovadas por programas de GEE reconhecidos pela CCBA.

⁶⁵ Uma abordagem metodológica ‘Defensável’ segue a orientação da boa prática que inclui procedimentos para delinear as condições sob as quais a abordagem metodológica pode ser aplicada: definir a área do projeto; estimar taxas projetadas de mudança de cobertura de terras nos cenários com e sem projeto; estimar de maneira conservadora as emissões e remoções de GEE na ausência de projeto; monitorar emissões de GEE durante o tempo de duração do projeto; definir tipos de potencial de vazamento causados por atividades do projeto; e estimar de maneira conservadora as emissões de vazamento esperadas em um cenário com projeto. Deve-se também observar os princípios de relevância, integridade, consistência, transparência e conservadorismo para a contabilidade de carbono baseada na terra; tais como as Diretrizes do Painel Intergovernamental de Mudanças Climáticas de 2006 para Inventários Nacionais de GEE para Agricultura, Florestas e Outros Usos da Terra (IPCC 2006 GL for AFOLU) e Requisitos AFOLU do Padrão de Carbono Verificado. O princípio de conservação significa que, nos casos em que a contabilidade se basear em pressupostos, valores e procedimentos com alto grau de incerteza, a opção mais conservadora na faixa biológica deverá ser escolhida de maneira a não se superestimarem as remoções de GEE ou as emissões de GEE.

O proponente do projeto identificou áreas e indivíduos remanescentes e anteriores ao início do projeto nas áreas de reflorestamento (ref. 27). Estes pontos e áreas serão considerados durante as etapas de alocação e implantação de parcelas permanentes, evitando assim erros materiais nas estimativas ex-post. Estes protocolos foram confirmados através de análise de documentos e entrevistas com a equipe do projeto (ref. 32).

Conformidade	Sim <input checked="" type="checkbox"/>	Não <input type="checkbox"/>	N/A <input type="checkbox"/>
NCR/OBS	Nenhum(a)		

CL2. Impactos Climáticos Líquidos Positivos

Conceitos

O projeto reduz emissões de GEE durante o projeto a partir de atividades do projeto dentro da área do projeto.

Indicadores

2.1. Estimar o total de emissões de GEE esperadas de atividades de uso da terra dentro da área do projeto no cenário de uso da terra com projeto, utilizando uma abordagem metodológica Aprovada ou Defensável. Esta estimativa deve se basear em pressupostos claramente definidos e defensáveis sobre mudanças em emissões de GEE no cenário com projeto durante o projeto ou durante o período de contabilidade de GEE do projeto. A estimativa de emissões de GEE deve incluir emissões não-CO₂, tais como CH₄ e N₂O (em termos de CO₂ equivalente⁶⁶), e emissões de GEE de fontes tais como queima de biomassa, combustão de combustível fóssil, uso de fertilizantes sintéticos e decomposição de espécies N-fixantes, etc., caso essas fontes de emissões de GEE tenham cumulativamente a probabilidade de responder por mais de 20% do total de emissões de GEE esperadas do projeto no cenário com projeto⁶⁷.

Resultados da auditoria de validação

O proponente utiliza para o cálculo de remoções anuais ex-ante a metodologia AR-AMS0007, versão 3.0 do IPCC e o guia GPG-LULUCF para aplicação de valores padrões e descontos de incertezas. O projeto utilizará somente os estoques de árvores e arbustos para sua quantificação. Para a determinação do incremento anual da biomassa das árvores na estimativa ex-ante, utiliza os valores padrões para florestas tropicais úmida com estação curta apresentado no GPG – LULUCF, computando como zero o incremento no 1º ano, conferindo a estimativa um caráter conservador. A equipe de auditoria cruzou os valores utilizados como padrão na planilha de cálculo de carbono (ref. 02) com os apresentados pela documentação referenciada para analisar sua precisão. Não foram encontradas inconsistências.

Ao final, utilizando as emissões estimadas na linha de base, remoções do projeto e emissões por vazamentos, o proponente estima uma remoção líquida ao final de 30 anos de 61.533 tCO₂.

Ano	Emissões estimadas na linha de base (tCO ₂ e)	Remoções estimadas do projeto (tCO ₂ e)	Emissões de vazamentos estimada (tCO ₂ e)	Remoções líquidas de GHG estimadas (tCO ₂ e)
2012	0	0	0	0
2013	0	229	0	229
2014	0	2.860	0	2.860

⁶⁶ CO₂-equivalente é a unidade de medida universal utilizada para indicar o potencial de aquecimento global (PAG) de cada um dos sete gases de efeito estufa. É utilizado para avaliar os impactos da emissão (ou das emissões evitadas) de diferentes gases de efeito estufa. Sobre o potencial de aquecimento global de GEE importantes, veja as decisões pertinentes da Diretoria da MDL ou o Padrão de Carbono Verificado.

⁶⁷ Fontes de GEE podem ser excluídas desta estimativa nos casos em que as emissões cumulativas dessas fontes forem inferiores a 20% da emissão total de GEE esperada do projeto no cenário com projeto. Para determinar quais fontes podem ser excluídas, as fontes são classificadas por ordem de sua contribuição relativa para o total de emissões de GEE no cenário com projeto, iniciando com a menor fonte e adicionando-se até que o nível cumulativo total de 20% seja alcançado (i.e., fontes de GEE com a menor contribuição cumulativa até 20% podem ser excluídas da estimativa). O limite de 20% foi adotado como um limite razoável para demonstração dos benefícios climáticos líquidos para que não seja necessário medir fontes de emissões se cumulativamente elas forem nitidamente inferiores a esse nível. A seguinte ferramenta da Diretoria da MDL pode ser usada como orientação para classificar fontes de emissões de GEE: http://cdm.unfccc.int/EB/031/eb31_repan16.pdf

2015	0	5.492	0	5.492
2016	0	8.124	0	8.124
2017	0	10.756	0	10.756
2018	0	13.387	0	13.387
2019	0	16.019	0	16.019
2020	0	18.651	0	18.651
2021	0	21.283	0	21.283
2022	0	23.914	0	23.914
2023	0	26.546	0	26.546
2024	0	29.178	0	29.178
2025	0	31.810	0	31.810
2026	0	34.441	0	34.441
2027	0	37.073	0	37.073
2028	0	39.705	0	39.705
2029	0	42.337	0	42.337
2030	0	45.105	0	45.105
2031	0	49.187	0	49.187
2032	0	51.906	0	51.906
2033	0	54.457	0	54.457
2034	0	55.234	0	55.234
2035	0	56.011	0	56.011
2036	0	56.788	0	56.788
2037	0	57.565	0	57.565
2038	0	58.342	0	58.342
2039	0	59.119	0	59.119
2040	0	59.896	0	59.896
2041	0	60.673	0	60.673
2042	0	61.533	0	61.533
Total	0	61.533	0	61.533

O proponente do projeto demonstra a inexistência de solos orgânicos na área do projeto, apresentando o mapeamento pedológico realizado pelo governo do estado (refs. 27 e 28, seção CL2.1). O mapeamento foi realizado pelo órgão responsável através de sensoriamento remoto por imagens de satélite e confirmações em campo. O time de auditoria avaliou o mapa apresentado frente aos limites do projeto e concorda com a argumentação apresentada pelo proponente. Além disso, de forma a demonstrar impactos potenciais positivos, o proponente estima o incremento nos estoques de carbono no solo devido as atividades do projeto, valendo-se da ferramenta do MDL “Tool for estimation of change in soil organic undiár stocks due to the implementation of A/R CDM undiár activities” v.1.1. Este reservatório foi contudo conservadoramente não considerado no escopo do projeto.

Conformidade	Sim <input checked="" type="checkbox"/>	Não <input type="checkbox"/>	N/A <input type="checkbox"/>
NCR/OBS	Nenhum(a)		

2.2. Demonstrar que o impacto climático líquido do projeto é positivo. O impacto climático líquido do projeto é a diferença entre o total de emissões ou remoções de GEE no cenário de ausência do projeto (incluindo emissões de GEE de CO2 e não-CO2) e o total de emissões ou remoções de GEE resultantes de atividades do projeto, menos eventuais impactos climáticos negativos fora da área do projeto relacionados ao projeto ('Vazamento', veja CL3).

Resultados da auditoria de validação			
O proponente utilizou a metodologia AR-AMS0007 para estimar o impacto climático líquido do projeto, comprovando que é potencialmente positivo (ref.2).			
Conformidade	Sim <input checked="" type="checkbox"/>	Não <input type="checkbox"/>	N/A <input type="checkbox"/>
NCR/OBS	Nenhum(a)		

CL3. Impactos Climáticos fora da Área do Projeto (Vazamentos)

Conceito

Aumentos de emissões de GEE que ocorrerem fora da área do projeto causados por atividades do projeto ('Vazamento') são avaliados, mitigados e contabilizados na demonstração dos impactos climáticos líquidos.

Indicadores

3.1. Determinar os tipos de vazamentos⁶⁸ esperados e estimar potenciais aumentos nas emissões de GEE devido a atividades do projeto utilizando uma abordagem metodológica Aprovada ou Defensável. Quando pertinente, definir e justificar onde é mais provável que ocorram Vazamentos.

Resultados da auditoria de validação			
O proponente identifica no DCP (ref.1) potenciais vazamentos decorrentes da implantação das atividades do projeto e deslocamento da atividade agropecuária, utilizando para isso a ferramenta metodológica AR-Tool15 (v.2): Estimation of the increase in GHG emissions attributable to displacement of pre-project agricultural activities in A/R CDM project activity.			
Conformidade	Sim <input checked="" type="checkbox"/>	Não <input type="checkbox"/>	N/A <input type="checkbox"/>
NCR/OBS	Nenhum(a)		

3.2. Descrever as medidas tomadas para mitigar Vazamentos.

Resultados da auditoria de validação			
O proponente aponta a existência de medidas contratuais, dispostas em um termo de adesão ao projeto (ref. 29), pelas quais os proprietários das fazendas pertencentes ao escopo do projeto se comprometem a informar o proponente em caso de necessidade de deslocamento das atividades produtivas em sua propriedade. O termo de adesão, assinado pelos proprietários como pré-condição a participação no projeto, determina ainda a proibição de supressão da vegetação por deslocamento de atividades produtivas na propriedade, sob pena de exclusão do projeto e o replantio de árvores em caso de eventuais sinistros de responsabilidade do proprietário. O time de auditoria entende as medidas dispostas no referido acordo como suficientes a comprovação da conformidade ao requisito do padrão.			
Conformidade	Sim <input checked="" type="checkbox"/>	Não <input type="checkbox"/>	N/A <input type="checkbox"/>
NCR/OBS	Nenhum(a)		

3.3. Emissões não-CO2 devem ser incluídas se tiverem o potencial de responder por mais de 20% do total de emissões de Vazamentos (em termos de CO2-equivalente) após os procedimentos para incluir ou excluir emissões não-CO2 descritas em CL 2.1.

⁶⁸ As seguintes ferramentas podem ser usadas para melhor explicação e esclarecimento sobre vazamentos: A Seção 4.6.1 dos Requisitos de VCS AFOLU (<http://www.v-c-s.org/sites/v-cs.org/files/AFOLU%20Requirements%2C%20v3.4.pdf>) e/ou relatório IPCC LULUCF (http://www.ipcc.ch/ipccreports/sres/land_use/index.php?idp=71) podem ser utilizados.

Resultados da auditoria de validação			
O proponente do projeto não considera como provável a ocorrência de emissões por vazamentos e, portanto, não considerou a necessidade de testes de significância com relação a gases não CO2 decorrentes de vazamentos. Conforme avaliado pela análise do DCP, entrevistas e observação de campo, a probabilidade de ocorrência de vazamentos é baixa, uma vez que a área reflorestada nas propriedades participantes é relativamente pequena, não justificando por si só a abertura de novas áreas para realocação do gado.			
Conformidade	Sim <input checked="" type="checkbox"/>	Não <input type="checkbox"/>	N/A <input type="checkbox"/>
NCR/OBS	Nenhum(a)		

CL4. Monitoramento do Impacto Climático

Conceito

O monitoramento do impacto climático avalia mudanças (dentro e fora da Área do Projeto) em compartimentos de carbono, emissões do projeto e emissões de GEE não-CO2 relacionadas ao projeto, se pertinentes, resultantes de atividades do projeto.

Indicadores

4.1. Desenvolver e implementar um plano para monitorar mudanças em relevantes compartimentos de carbono, GEE não-CO2 e fontes de emissões e vazamentos (conforme definido em CL1, CL2 e CL3)⁶⁹ utilizando uma abordagem metodológica Aprovada ou Defensável e seguindo a frequência definida de monitoramento de parâmetros definidos. As fontes de emissões a monitorar devem incluir quaisquer fontes que se espera que contribuirão cumulativamente com mais de 20% do total de emissões de GEE no cenário com projeto (Veja a nota de rodapé a CL2.1). Onde a abordagem metodológica utilizada para estimar vazamento em CL3 exigir monitoramento, esse vazamento deverá ser monitorado.

Resultados da auditoria de validação			
O proponente apresenta metodologia de monitoramento de mensuração da biomassa em parcelas permanentes a cada 5 anos. O proponente ajustou o desenho do projeto de forma a demonstrar protocolos específicos para o monitoramento de potenciais vazamentos (ref. 28, seção CL3). Estes protocolos se baseiam nos requisitos da metodologia adotada pelo projeto e em suas referidas ferramentas. O proponente ainda aponta a existência de procedimentos específicos, realizados pela AXS, para fins de monitoramento de potenciais vazamentos. Estes procedimentos de monitoramento serão executados como prática comum nas fazendas, de forma associada ao monitoramento de cercas dos pastos e se estenderão, em caso de necessidade, às propriedades vizinhas aonde o gado possa ter sido realocado. É de entendimento do time de auditoria que os protocolos e procedimentos em torno do monitoramento de vazamentos definidos no desenho do projeto estejam conformes aos requisitos do padrão, metodologia e ferramentas aplicáveis, inclusive sob a perspectiva de uma abordagem programática (ref. 27, seção CL4.1).			
Conformidade	Sim <input checked="" type="checkbox"/>	Não <input type="checkbox"/>	N/A <input type="checkbox"/>
NCR/OBS	Nenhum(a)		

4.2. Disseminar o plano de monitoramento e quaisquer resultados do monitoramento conduzido em conformidade com o plano de monitoramento, assegurando que sejam disponibilizados publicamente na internet e que resumos sejam comunicados às Comunidades e Outros Atores pelos meios apropriados.

Resultados da auditoria de validação			
O proponente do projeto se compromete a divulgar os resultados do monitoramento a todos os atores envolvidos no projeto (ref. 1), através de meios eletrônicos. Os documentos serão disponibilizados publicamente nas páginas da internet do ISA e do ICV.			
Conformidade	Sim <input checked="" type="checkbox"/>	Não <input type="checkbox"/>	N/A <input type="checkbox"/>

⁶⁹ Deve-se buscar sinergias com o monitoramento da biodiversidade, tal como o monitoramento de mudanças em habitats.

NCR/OBS	Nenhum(a)
---------	-----------

Critério Opcional

GL1. Benefícios da Adaptação às Mudanças Climáticas

Conceito

O projeto proporciona apoio significativo para ajudar as Comunidades e/ou a biodiversidade a adaptar-se aos impactos das mudanças climáticas. As estratégias para ajudar as Comunidades e a biodiversidade a adaptar-se às mudanças climáticas estão identificadas e implementadas⁷⁰.

Indicadores

1.1 Identificar prováveis cenários e impactos de variabilidade climática e de mudanças climáticas regionais ou subnacionais, utilizando estudos disponíveis⁷¹, e identificar mudanças potenciais no cenário de uso da terra local em virtude desses cenários de mudanças climáticas na ausência do projeto.

Resultados da auditoria de verificação em:			
O projeto não foi concebido para comprovar a conformidade com este requisito opcional do padrão e não busca atingir o nível ouro para o benefícios excepcionais relacionados à adaptação.			
Conformidade	Sim <input type="checkbox"/>	Não <input type="checkbox"/>	N/A <input checked="" type="checkbox"/>
NCR/OBS	Nenhum		

1.2 Demonstrar que mudanças climáticas atuais ou previstas estão tendo ou potencialmente terão um impacto sobre o bem-estar de Comunidades⁷² e/ou a situação de conservação da biodiversidade⁷³ na Zona do Projeto e nas regiões adjacentes.

Resultados da auditoria de verificação em:			
Requisito opcional não aplicável.			
Conformidade	Sim <input type="checkbox"/>	Não <input type="checkbox"/>	N/A <input checked="" type="checkbox"/>
NCR/OBS	Nenhum(a)		

1.3 Descrever medidas necessárias e adotadas para ajudar as Comunidades e/ou a biodiversidade a adaptar-se aos prováveis impactos das mudanças climáticas com base no modelo causal que explica como as atividades do projeto alcançarão os benefícios de adaptação previstos do projeto.

Resultados da auditoria de verificação em:			
Requisito opcional não aplicável.			

⁷⁰ Deve-se levar em consideração Comunidades e biodiversidade que possam ser mais vulneráveis aos impactos negativos dessas mudanças em virtude, por exemplo, de: vulnerabilidade de culturas chave ou sistemas de produção a mudanças climáticas; falta de diversidade de recursos de meios de vida e inadequados recursos, instituições e capacidade de desenvolver novas estratégias de meios de vida; e elevados níveis de ameaça à sobrevivência de espécies devido à fragmentação de habitats. As estratégias para ajudar comunidades locais e a biodiversidade a adaptar-se às mudanças climáticas podem incluir a diversificação de receitas e de estratégias de meios de vida; o fortalecimento de organizações comunitárias e de sistemas de segurança social; a manutenção de serviços valiosos para o ecossistema, tais como regulação hidrológica, polinização, controle de pragas e fertilidade do solo; e a expansão da conectividade de habitats em uma distribuição de tipos de habitats e climas.

⁷¹ As seguintes ferramentas podem ser utilizadas: Climate Change Knowledge Portal (http://sdwebx.worldbank.org/climateportal/index.cfm?page=global_map) Climate Change Wizard (<http://www.climatewizard.org/>); Water World (<http://www.policysupport.org/waterworld>), etc

⁷² O(s) Proponente(s) do Projeto pode(m) demonstrar, por exemplo, evidência de redução no acesso a serviços de ecossistema importantes para os meios de vida e o bem-estar geral das comunidades. Modelos de mudanças climáticas tais como Costing Nature (<http://www.policysupport.org/costingnature>), que detalham os efeitos previstos sobre esses serviços de ecossistema, tais como água doce, e avaliações participativas, podem ser usados para demonstrar impactos antecipados às comunidades.

⁷³ O(s) Proponente(s) do Projeto pode(m) demonstrar evidências de uma mudança na distribuição, fenologia ou comportamento de espécies encontradas dentro da Zona do Projeto. Para a mudança na distribuição, os Proponentes do Projeto devem demonstrar que a mudança afeta a distribuição inteira da espécie e não apenas um subgrupo da distribuição (que poderia ser parte de uma variação natural e compensação pelos ganhos em outras partes da distribuição da espécie). Alternativamente, os Proponentes do Projeto podem demonstrar antecipadamente mudanças negativas na distribuição de uma ou mais espécies encontradas na área do projeto usando técnicas de modelagem. A ferramenta de modelagem recomendada é o Maxent, porque é fácil de implementar e utilizar (<http://www.cs.princeton.edu/~schapire/maxent/>). Climatologias recomendadas são IPCC4 A1 ou cenários A2, GCMs de alta resolução de Hadley ou do Japão, na escala de 1 km (também disponíveis na internet em <http://www.worldclim.org>). A melhor prática é ter essa análise realizada por um pesquisador que tenha publicado sobre a modelagem de distribuição de clima e espécies usando o Maxent na literatura científica.

Conformidade	Sim <input type="checkbox"/>	Não <input type="checkbox"/>	N/A <input checked="" type="checkbox"/>
NCR/OBS	Nenhum(a)		

1.4 Incluir indicadores para benefícios de adaptação para as Comunidades e/ou a biodiversidade no plano de monitoramento. Demonstrar que as atividades do projeto ajudam as Comunidades⁷⁴ e/ou a biodiversidade⁷⁵ a adaptar-se aos prováveis impactos das mudanças climáticas. A avaliação dos impactos das atividades do projeto sobre as Comunidades deve incluir uma avaliação dos impactos pelas Comunidades afetadas.

Resultados da auditoria de verificação em:			
Requisito opcional não aplicável.			
Conformidade	Sim <input type="checkbox"/>	Não <input type="checkbox"/>	N/A <input checked="" type="checkbox"/>
NCR/OBS	Nenhum(a)		

SEÇÃO COMUNIDADES

CM1. Cenário das Comunidades na Ausência do Projeto

Conceito

As condições originais de bem-estar⁷⁶ das Comunidades e as mudanças esperadas no cenário de uso da terra na ausência de projeto são descritas.

Indicadores

1.1. Descrever as Comunidades no início do projeto e as mudanças significativas para as comunidades no passado, incluindo informações de bem-estar e quaisquer características das comunidades⁷⁷. Descrever a diversidade social, econômica e cultural⁷⁸ dentro das Comunidades e as diferenças e interações entre os Grupos Comunitários.

Resultados da auditoria de validação			
O proponente apresenta no DCP (Ref.1) a descrição dos diversos atores existentes na zona do projeto e na área do projeto.			
Como beneficiários diretos das atividades do projeto estão os produtores rurais que se dispõem a recuperar APPs de suas propriedades e os coletores que participam da Rede de Sementes e recebem pelas sementes fornecidas ao projeto. Através da compra das sementes, o projeto Carbono Nascentes do Xingu já repassou à rede R\$ 232.000,00 (ref. 1).			
Como beneficiários indiretos das atividades do projeto estão os povos indígenas residentes na região, que dependem de quantidade e qualidade das águas dos rios da bacia para seu modo de vida integrado aos recursos naturais.			

⁷⁴ Onde espera-se que as comunidades passem, ou estejam passando, por diminuições no acesso a recursos naturais por causa das mudanças climáticas, o(s) Proponente(s) do Projeto deve(m) demonstrar que as atividades irão possivelmente diminuir a dependência das Comunidades destes recursos naturais. Por exemplo, onde o acesso à água limpa for afetado pelas mudanças climáticas, um projeto pode melhorar o manejo hídrico para eficiência máxima, ou fornecer métodos alternativos de cultivo ou produtos agrícolas que exijam menos água. As atividades do projeto também podem auxiliar as Comunidades a adaptarem-se a novos calendários de plantio e colheita, para garantir produção máxima. Outras assistências de adaptação às mudanças climáticas podem envolver o auxílio às Comunidades a se prepararem para 'eventos extremos', tais como enchentes, secas e deslizamentos de terra.

⁷⁵ Onde uma mudança real de distribuição ou fenologia de uma espécie é identificada, o(s) Proponente(s) do Projeto deve(m) demonstrar que as atividades do projeto irão contribuir significativamente para a mitigação dos impactos das mudanças climáticas. Exemplos incluem: criar um habitat adequado em uma área que está se tornando climaticamente adequada para a espécie que está perdendo seu habitat climaticamente adequado em outras partes de sua distribuição, e promover fontes silvestres de alimento para uma espécie que está sofrendo declínio populacional por causa de desencontros temporais entre necessidades de alimento e disponibilidade do mesmo, associados à mudança do clima (como o início da primavera relacionado à vegetação ou insetos). Onde um impacto na distribuição modelada é demonstrado, os proponentes do projeto devem demonstrar que o projeto contribui de forma significativa para aumentar a habilidade da espécie em ocupar novas áreas ou criar habitats em áreas para as quais a espécie está migrando.

⁷⁶ 'Bem-estar' é definido como a experiência de qualidade de vida das pessoas e pode incluir dimensões ambientais, sociais, econômicas, psicológicas, espirituais e médicas. A melhoria do bem-estar pode incluir o fornecimento de oportunidades, a garantia e melhora da segurança e o empoderamento (veja a estrutura de combate à pobreza do Banco Mundial adaptada do REDD+ disponível aqui: <http://www.mdpi.com/1999-4907/4/2/296>).

⁷⁷ As características das Comunidades podem incluir língua, mitologia, história, cultura, sistemas de meios de vida, estruturas tradicionais de autoridade, instituições, práticas e valores compartilhados, relacionamentos com locais específicos com significação histórica, cultural ou espiritual, relacionamentos com os recursos naturais ou outras instituições tradicionais e regras que regem o uso de recursos e áreas.

⁷⁸ Incluindo por situação econômica, gênero, idade, etnia, etc.

Outros beneficiários indiretos são os produtores rurais que mesmo não participando das atividades da Campanha ou do projeto Carbono das Nascentes do Xingu dependem de um regime de chuvas previsível para manutenção de suas pastagens e boa produtividade para suas lavouras.

Mesmo o projeto apresentando uma escala limitada com reflorestamento de 181,8 hectares até o momento, sua abordagem é programática e, através de entrevistas, verificou-se clara intenção dos proponentes e da AXS em incluir novas áreas de restauração, alcançando maior escala.

Conformidade	Sim <input checked="" type="checkbox"/>	Não <input type="checkbox"/>	N/A <input type="checkbox"/>
NCR/OBS	Nenhum(a)		

1.2 Avaliar se a Zona do Projeto inclui algum dos seguintes atributos de Alto Valor para Conservação (High Conservation Values – HCV)⁷⁹ relacionados ao bem-estar das comunidades⁸⁰ e descrever os atributos qualificativos de quaisquer HCV identificados:

Áreas que fornecem serviços ecossistêmicos cruciais⁸¹;

Áreas que são fundamentais para os meios de vida das Comunidades⁸²; e

Áreas que são cruciais para a identidade cultural tradicional das Comunidades⁸³.

Identificar as áreas que precisam ser geridas para manter ou aperfeiçoar os HCVs identificado

Resultados da auditoria de validação			
O proponente do projeto identifica toda a Zona do projeto como um atributo de alto valor para conservação devido à sua importância hidrológica na segurança alimentar dos indígenas e produtores rurais do entorno, bem como para a manutenção da identidade cultural e meio de vida de diversas comunidades existentes na região (ref. 1).			
Conformidade	Sim <input checked="" type="checkbox"/>	Não <input type="checkbox"/>	N/A <input type="checkbox"/>
NCR/OBS	Nenhum(a)		

1.3 Descrever as mudanças esperadas nas condições de bem-estar e outras características das Comunidades no cenário de uso da terra na ausência de projeto, incluindo o impacto de prováveis mudanças em todos os serviços ecossistêmicos na Zona do Projeto identificados como importantes para as Comunidades.

Resultados da auditoria de validação			
A ausência do projeto incidiria na continuidade do uso agropecuário da terra, sem a recuperação das APPs em um horizonte de tempo previsível (ref.1). No cenário sem-projeto a continuação das atividades de pastagem próximas a cursos de água seria potencialmente impactante ao ecossistema e as partes interessadas identificadas na zona do projeto.			
As entrevistas conduzidas demonstram a percepção positiva dos atores impactos pelas ações do projeto à cerca dos benefícios gerados pelos reflorestamentos, tais quais o aumento na quantidade e na qualidade da água e o aumento na quantidade de animais avistados.			
Conformidade	Sim <input checked="" type="checkbox"/>	Não <input type="checkbox"/>	N/A <input type="checkbox"/>
NCR/OBS	Nenhum(a)		

CM2. Impactos Líquidos Positivos para as Comunidades

Conceito

⁷⁹ Tais atributos de alto valor para conservação baseiam-se naqueles definidos pela Rede de Recursos de Atributos de Alto Valor para Conservação (HCV) <http://hcvnetwork.org/> Há ajuda prática para o uso de HCV em cada região, incluindo documentos com diretrizes genéricas (Kits de Ferramentas) e páginas dos países.

⁸⁰ Observe que os atributos de Alto Valor para Conservação mais relacionados à biodiversidade são tratados em B1.

⁸¹ Tais como serviços hidrológicos, controle de erosão, controle de incêndios.

⁸² Tais como alimentos, combustível, pastagens, remédios ou materiais de construção essenciais, sem alternativas prontamente disponíveis.

⁸³ Tais como áreas com significação cultural, ecológica, econômica ou religiosa identificadas juntamente com as comunidades.

O projeto gera impactos líquidos positivos no bem-estar das Comunidades e Grupos Comunitários aí incluídos ao longo do tempo de duração do projeto. O projeto mantém ou aumenta os Atributos de Alto Valor para Conservação na Zona do Projeto que sejam importantes para o bem-estar das Comunidades.

Indicadores

2.1. Usar metodologias⁸⁴ adequadas para estimar os impactos⁸⁵, incluindo benefícios, custos e riscos previstos e reais, diretos e indiretos para cada um dos Grupos Comunitários identificados (em G1.5) resultantes das atividades do projeto no cenário com projeto. A estimativa dos impactos deve incluir mudanças no bem-estar devido às atividades do projeto e uma avaliação dos impactos pelos Grupos Comunitários afetados⁸⁶. Essa estimativa deve basear-se em suposições claramente definidas e suposições defendíveis sobre as mudanças no bem-estar⁸⁷ dos Grupos Comunitários no cenário com projeto, incluindo possíveis impactos das mudanças em todos os serviços ecossistêmicos identificados como importantes para as Comunidades (incluindo recursos hídricos e solos) ao longo do tempo de duração do projeto.

Resultados da auditoria de validação			
Os impactos da implantação do projeto nos diferentes grupos foram identificados no DCP (Ref.1).			
Entre os grupos encontram-se os proprietários das nove áreas restauradas que tem como benefício a provisão de serviços ecossistêmicos, o respeito às leis e a valorização da produção agropecuária associada ao reconhecimento da propriedade com ativos ambientais.			
Comunidades indígenas do Parque Indígena do Xingu – que se beneficiam indiretamente das ações de restauro pela melhoria da qualidade da água e da biodiversidade a longo prazo e, diretamente, pela demanda de sementes da rede de sementes do Xingu, da qual são participantes. A receita gerada pela demanda de sementes para os coletores foi em torno de R\$ 232.000 (ref. 1).			
A AXS foi criada pelos proprietários rurais de Santa Cruz do Xingu com o propósito de coordenar as ações do projeto e representa-los junto ao ISA, ICV e organização compradora dos créditos de carbono. A criação da associação fortalece a união dos produtores na luta pelos seus interesses.			
Conformidade	Sim <input checked="" type="checkbox"/>	Não <input type="checkbox"/>	N/A <input type="checkbox"/>
NCR/OBS	Nenhum(a)		

2.2. Descrever as medidas necessárias e adotadas para mitigar quaisquer impactos negativos no bem-estar dos Grupos Comunitários para a manutenção ou melhoria dos atributos de Alto Valor para Conservação (identificados em CM1.2) consistentes com o princípio da precaução⁸⁸.

Resultados da auditoria de validação			
O projeto tem como objetivo principal a restauração das APPs das cabeceiras da Bacia do Xingu, considerada pelo proponente um atributo de alto valor para conservação, principalmente relacionado à qualidade da água para as comunidades (indígenas, ribeirinhos, produtores rurais) da bacia.			
O proponente revisou o desenho do projeto de forma a contemplar medidas eficazes de mitigação a impactos sobre os atributos de alto valor para a conservação às comunidades identificados (ref. 28). Assim, estabelece protocolos específicos para aplicação de herbicidas durante as etapas de implantação florestal. Estes protocolos determinam a utilização de substâncias dispersantes e adesivas na preparação de caldas e também da definem horários específicos para o combate as			

⁸⁴ O manual a seguir é recomendado como diretriz sobre as metodologias adequadas: Social and Biodiversity Impact Assessment Manual (Richards e Panfil, 2011). Disponível em www.climate-standards.org.

⁸⁵ ‘Impactos’ incluem benefícios, custos e riscos, incluindo os que são diretos e indiretos e aqueles relacionados com aspectos sociais, culturais, ambientais e econômicos e com os direitos a terras, territórios e recursos. Os custos incluem aqueles relacionados a responsabilidades e também custos de oportunidades. Observe que o termo ‘benefícios’ se refere a impactos positivos e a expressão ‘custos e riscos’ equivale a impactos negativos.

⁸⁶ Inclui os tipos e a grandeza dos impactos

⁸⁷ Restringindo a avaliação ao Bem-Estar baseado em atividades que cumpram com leis estatutárias ou que estejam em conformidade com direitos tradicionais.

⁸⁸ O ‘princípio da precaução’ é definido no Preâmbulo da Convenção da Diversidade Biológica (1992): ‘(...) quando exista ameaça de sensível redução ou perda de diversidade biológica, a falta de plena certeza científica não deve ser usada como razão para postergar medidas para evitar ou minimizar essa ameaça.’

gramíneas invasoras, de forma a minimizar a deriva de herbicidas e proteger os corpos d'água. Entrevistas com representantes das comunidades locais sobre a sua percepção sobre a qualidade da água serão realizadas durante os encontros anuais da rede de sementes, o que é apontado como método de monitoramento indireto de impactos potencialmente gerados pela implementação do projeto sobre os atributos de alto valor para a conservação às comunidades.

Conformidade	Sim <input checked="" type="checkbox"/>	Não <input type="checkbox"/>	N/A <input type="checkbox"/>
NCR/OBS	Nenhum(a)		

2.3. Demonstrar que os impactos líquidos no bem-estar do projeto são positivos para todos os Grupos Comunitários⁸⁹ em comparação às condições de bem-estar esperadas no cenário de uso da terra na ausência de projeto (descrito em CM1).

Resultados da auditoria de validação			
O DCP lista em seu conteúdo os impactos positivos previamente levantados que as atividades do projeto podem causar no bem estar para grupos comunitários (ref.1). Considerando a venda das sementes pela Rede de Sementes do Xingu, a restauração das APPs com potencial melhoria na qualidade da água e na manutenção climática, entende-se que as condições de bem-estar das comunidades são positivas quando comparadas ao cenário de uso da terra na ausência do projeto.			
Conformidade	Sim <input checked="" type="checkbox"/>	Não <input type="checkbox"/>	N/A <input type="checkbox"/>
NCR/OBS	Nenhum(a)		

2.4. Demonstrar que nenhum atributo de Alto Valor para Conservação (identificado em CM1.2) é negativamente afetado pelo projeto.

Resultados da auditoria de validação			
Devido à pequena escala do projeto e seu baixo potencial de geração de impactos negativos severos e em longo prazo, considerou-se após avaliação em campo que as AAVCs identificadas não são negativamente impactadas (ref.1).			
Conformidade	Sim <input checked="" type="checkbox"/>	Não <input type="checkbox"/>	N/A <input type="checkbox"/>
NCR/OBS	Nenhum(a)		

CM3. Impactos sobre Outros Atores

Conceitos

As atividades do projeto pelo menos “não prejudicam” o bem-estar de outros atores⁹⁰

Indicadores

3.1. Identificar quaisquer possíveis impactos positivos e negativos que as atividades do projeto possam causar no bem-estar de Outros Atores.

Resultados da auditoria de validação			
Todos os atores envolvidos e impactados diretamente pelas atividades do projeto foram mapeados (ref.1). Tais atividades são conduzidas em propriedades privadas, com titularidade comprovada e sem litígios ou uso tradicional da terra. Em visita a campo, foi constatado que as externalidades das atividades e ações do projeto são positivas sendo improvável que impactos negativos sejam causados a outros atores.			
Conformidade	Sim <input checked="" type="checkbox"/>	Não <input type="checkbox"/>	N/A <input type="checkbox"/>
NCR/OBS	Nenhum(a)		

3.2. Descrever as medidas necessárias e adotadas para mitigar os impactos negativos de bem-estar sobre Outros Atores.

⁸⁹ Pode-se fazer uma exceção se um Grupo Comunitário não for significativamente afetado pelo projeto ou não participar dele. Nesse caso, os impactos líquidos no Bem-Estar não podem ser negativos para tal grupo.

⁹⁰ Restringindo a avaliação ao Bem-Estar baseado em atividades que cumpram com leis estatutárias ou que estejam em conformidade com direitos tradicionais.

Resultados da auditoria de validação			
É pouco provável que as atividades do projeto impactem negativamente o bem estar de outros atores, uma vez que as atividades são conduzidas em áreas privadas, onde não existam comunidades tradicionais, indígenas ou outras comunidades locais. As propriedades envolvidas possuem titularidade estabelecida e por contrato não devem estar envolvidas em litígios relacionados à posse de terra.			
Conformidade	Sim <input checked="" type="checkbox"/>	Não <input type="checkbox"/>	N/A <input type="checkbox"/>
NCR/OBS	Nenhum(a)		

3.3. Demonstrar que as atividades do projeto não resultam em impactos líquidos negativos para o bem-estar de Outros Atores.

Resultados da auditoria de validação			
Como apresentado anteriormente, o caráter das atividades do projeto, desenvolvidas especificamente em áreas de APP das propriedades, não tem o potencial de causar impactos negativos ao bem estar de outros atores. Sejam eles comunidades tradicionais, indígenas, comunidades locais. As fazendas estão consolidadas e não há comunidades vivendo em seu interior ou entorno.			
Conformidade	Sim <input checked="" type="checkbox"/>	Não <input type="checkbox"/>	N/A <input type="checkbox"/>
NCR/OBS	Nenhum(a)		

CM4. Monitoramento dos Impactos sobre as Comunidades

Conceitos

O monitoramento dos impactos sobre as Comunidades estima mudanças no bem-estar resultantes das atividades do projeto para os Grupos Comunitários e Outros Atores.

Indicadores

4.1. Desenvolver e implementar um plano de monitoramento que identifique as variáveis das comunidades⁹¹ a ser monitoradas, Comunidades, Grupos Comunitários e Outros Atores a ser monitorados, os tipos de medições, os métodos de amostragem e a frequência do monitoramento e da preparação de relatórios⁹². As variáveis de monitoramento devem estar diretamente vinculadas aos objetivos do projeto para as Comunidades e Grupos Comunitários e aos produtos, resultados e impactos previstos identificados no modelo causal do projeto relacionado ao bem-estar das Comunidades (descrito em G1.8). O monitoramento deve estimar impactos diferenciados, incluindo benefícios, custos e riscos para cada um dos Grupos Comunitários e deve incluir uma avaliação por Grupo Comunitário afetado⁹³.

Resultados da auditoria de validação			
Os monitoramentos para identificar as variáveis das comunidades serão direcionados especificamente ao incentivo à cultura e cadeia de valor de recuperação de APPs na região dos formadores do Rio Xingu e os benefícios financeiros obtidos pela compra das sementes dos coletores associados à rede de sementes (ref.1).			
Conformidade	Sim <input checked="" type="checkbox"/>	Não <input type="checkbox"/>	N/A <input type="checkbox"/>
NCR/OBS	Nenhum(a)		

4.2. Desenvolver e implementar um plano de monitoramento para estimar a efetividade das medidas tomadas para manter ou melhorar todos os atributos de Alto Valor para Conservação relacionados ao bem-estar das comunidades.

⁹¹ Possíveis variáveis podem incluir, mas não se limitam a: renda, geração de emprego, saúde, acesso a mercados, escolas, segurança alimentar e educação.

⁹² O manual a seguir é recomendado como diretriz sobre as metodologias de monitoramento adequadas: Social and Biodiversity Impact Assessment Manual (Richards e Panfil, 2011). Disponível em www.climate-standards.org.

⁹³ A avaliação dos Grupos Comunitários afetados pode ser realizada através de uma oportunidade documentada para receber feedback das Comunidades e Grupos Comunitários como parte de uma valoração rural participativa, reuniões comunitárias ou algum outro processo.

Resultados da auditoria de validação			
<p>O projeto tem como objetivo principal a restauração das APPs das cabeceiras da Bacia do Xingu, considerada pelo proponente um atributo de alto valor para conservação, principalmente relacionado à qualidade da água para as comunidades (indígenas, ribeirinhos, produtores rurais) da bacia. O proponente revisou o desenho do projeto de forma a contemplar medidas eficazes de mitigação a impactos sobre os atributos de alto valor para a conservação às comunidades identificados (ref. 28). Assim, estabelece protocolos específicos para aplicação de herbicidas durante as etapas de implantação florestal. Estes protocolos determinam a utilização de substâncias dispersantes e adesivas na preparação de caldas e também da definem horários específicos para o combate as gramíneas invasoras, de forma a minimizar a deriva de herbicidas e proteger os corpos d'água. Entrevistas com representantes das comunidades locais sobre a sua percepção sobre a qualidade da água serão realizadas durante os encontros anuais da rede de sementes, o que é apontado como método de monitoramento indireto de impactos potencialmente gerados pela implementação do projeto sobre os atributos de alto valor para a conservação às comunidades.</p>			
Conformidade	Sim <input checked="" type="checkbox"/>	Não <input type="checkbox"/>	N/A <input type="checkbox"/>
NCR/OBS	Nenhum(a)		

4.3. Divulgar o plano de monitoramento e quaisquer resultados do monitoramento realizado de acordo com o plano de monitoramento, garantindo que estejam publicamente disponíveis na internet e que seus resumos sejam comunicados às Comunidades e Outros Atores pelos meios adequados.

Resultados da auditoria de validação			
<p>O proponente manterá as informações de monitoramento dos impactos sociais e nas comunidades, assim como dos impactos climáticos e sobre a biodiversidade, disponível na internet nas páginas web do ISA, do ICV e da Rede de Sementes. Formas adequadas de divulgação dos resultados dos planos de monitoramento ainda estão sendo consideradas pela organização proponente do projeto (ref.1), mas é de entendimento da equipe de auditoria que os métodos atuais são suficientes para a demonstração da conformidade com os requisitos da norma.</p>			
Conformidade	Sim <input checked="" type="checkbox"/>	Não <input type="checkbox"/>	N/A <input type="checkbox"/>
NCR/OBS	--		

Critério Opcional

GL2. Benefícios Excepcionais para as Comunidades

Conceito

O projeto é liderado por Pequenos Produtores/Comunidades e implementado nas terras que possuem ou cultivam e/ou é explicitamente 'pró-pobre' em termos de benefícios voltados para as comunidades mais pobres do mundo. O projeto proporciona benefícios equitativos de bem-estar aos Pequenos Produtores/Membros da Comunidade⁹⁴, incluindo benefícios a curto e em longo prazo e melhoria da segurança e empoderamento dos Pequenos Produtores/Membros da Comunidade. Arranjos institucionais e governança adequados foram utilizados para permitir participação integral e efetiva dos Pequenos Produtores/Membros da Comunidade na tomada de decisões, implementação e gerenciamento do projeto e isso permitiu o gerenciamento de riscos relacionados ao agrupamento de Pequenos Produtores/Membros da Comunidade em larga escala. Os benefícios de bem-estar são compartilhados equitativamente e não apenas com os Pequenos Produtores/Membros da Comunidade, mas também entre os Pequenos Produtores/Membros da Comunidade, garantindo que os benefícios equitativos cheguem também a domicílios mais marginalizados e/ou vulneráveis e aos indivíduos dentro deles.

2.1. a. Demonstrar que os Pequenos Produtores/Membros da Comunidade ou Comunidades possuem ou têm direitos estatutários ou tradicionais, individuais ou coletivos de manejo da terra na Área do Projeto. Os Pequenos Produtores/Membros

⁹⁴ Pequenos Produtores/Membros da Comunidade são definidos como domicílios dentro das Comunidades que participem ativamente do projeto.

da Comunidade ou Comunidades têm direito de exigir que suas atividades gerem ou tenham gerado ou causem os benefícios do projeto sobre o clima, a comunidade e a biodiversidade.

OU

b. Demonstrar que a Zona do Projeto está em um país com baixo nível de desenvolvimento humano OU em uma área administrativa de um país com médio ou alto desenvolvimento humano na qual pelo menos 50% dos domicílios dentro das Comunidades esteja abaixo da linha de pobreza nacional.

Resultados da auditoria de validação			
O projeto não foi concebido para comprovar a conformidade com este requisito opcional do padrão e não busca atingir o nível ouro para o benefícios excepcionais relacionados as comunidades.			
Conformidade	Sim <input type="checkbox"/>	Não <input type="checkbox"/>	N/A <input checked="" type="checkbox"/>
NCR/OBS	Nenhum(a)		

2.2. Demonstrar que o projeto gera benefícios líquidos positivos a curto⁹⁵ e em longo prazo no bem estar dos Pequenos Produtores/Membros da Comunidade. Incluir indicadores dos impactos no bem-estar dos Pequenos Produtores/Membros da Comunidade no plano de monitoramento. A estimativa dos impactos deve incluir mudanças no bem-estar devido às atividades do projeto e uma avaliação dos impactos pelos Pequenos Produtores/Membros da Comunidade afetados.

Resultados da auditoria de validação			
Requisito opcional não aplicável.			
Conformidade	Sim <input type="checkbox"/>	Não <input type="checkbox"/>	N/A <input checked="" type="checkbox"/>
NCR/OBS	Nenhum(a)		

2.3. Identificar, através de um processo participativo, os riscos para os Pequenos Produtores/Membros da Comunidade por participar no projeto, incluindo aqueles relacionados a concessões em termos de segurança alimentar, perda de terras, perda de produção e adaptação a mudanças climáticas a curto e em longo prazo. Explicar como o projeto foi desenvolvido para evitar tais concessões e as medidas tomadas para gerenciar os riscos identificados. Incluir indicadores dos riscos para os Pequenos Produtores/Membros da Comunidade no plano de monitoramento.

Resultados da auditoria de validação			
Requisito opcional não aplicável.			
Conformidade	Sim <input type="checkbox"/>	Não <input type="checkbox"/>	N/A <input checked="" type="checkbox"/>
NCR/OBS	Nenhum(a)		

2.4. Identificar os Grupos Comunitários marginalizados e/ou vulneráveis⁹⁶. Demonstrar que o projeto gera impactos líquidos positivos no bem-estar de todos os Grupos Comunitários marginalizados e/ou vulneráveis identificados. Demonstrar que quaisquer barreiras ou riscos que possam impedir que os benefícios cheguem aos Pequenos Produtores/Membros da Comunidade marginalizados e/ou vulneráveis foram identificados e administrados. Demonstrar que se tomaram medidas para identificar quaisquer Pequenos Produtores/Membros da Comunidade marginalizados e/ou vulneráveis cujo bem-estar possa ser negativamente afetado pelo projeto e que se tomaram medidas para evitar tais impactos ou para mitigá-los se forem inevitáveis.

⁹⁵ Incluindo benefícios significativos que comecem a fluir para os Pequenos Produtores/Membros da Comunidade em um período suficientemente curto para proporcionar incentivos que tenham mais peso que os custos e riscos da participação.

⁹⁶ Pessoas ou grupos 'marginalizados' são aqueles que têm pouca ou nenhuma influência nos processos de tomada de decisões. A marginalização pode estar relacionada a uma gama de fatores, incluindo idade, gênero, etnia, nível socioeconômico e religião. Pessoas ou grupos 'vulneráveis' são aqueles que não têm acesso garantido aos bens sobre os quais meios de vida garantidos se constroem (sociopolíticos, culturais, humanos, financeiros, naturais e físicos) e com alta exposição a tensões e choques externos (incluindo mudanças climáticas). Portanto, têm muita sensibilidade e pouca capacidade de adaptação para ajustar-se como resposta a mudanças reais ou esperadas. A dependência florestal pode ser um fator importante que afete a vulnerabilidade, particularmente se o próprio projeto pode alterar o acesso aos recursos florestais. Em muitas situações, a marginalização agrava a vulnerabilidade, como por exemplo na marginalização por gênero.

Resultados da auditoria de validação			
Requisito opcional não aplicável.			
Conformidade	Sim <input type="checkbox"/>	Não <input type="checkbox"/>	N/A <input checked="" type="checkbox"/>
NCR/OBS	Nenhum(a)		

2.5. Demonstrar que o projeto gera impactos líquidos positivos no bem-estar das mulheres e que as mulheres participam ou influem na tomada de decisões e incluir indicador dos impactos sobre as mulheres no plano de monitoramento.

Resultados da auditoria de validação			
Requisito opcional não aplicável.			
Conformidade	Sim <input type="checkbox"/>	Não <input type="checkbox"/>	N/A <input checked="" type="checkbox"/>
NCR/OBS	Nenhum(a)		

2.6. Descrever a concepção e implementação de um mecanismo de compartilhamento de benefícios, demonstrando que os Pequenos Produtores/Membros da Comunidade participaram de maneira integral e efetiva na definição do processo de tomada de decisões e do mecanismo de distribuição para o compartilhamento de benefícios e demonstrando transparência, inclusive sobre os fundos e custos do projeto, além da distribuição de benefícios.

Resultados da auditoria de validação			
Requisito opcional não aplicável.			
Conformidade	Sim <input type="checkbox"/>	Não <input type="checkbox"/>	N/A <input checked="" type="checkbox"/>
NCR/OBS	Nenhum(a)		

2.7. Explicar como informações relevantes e adequadas sobre os benefícios, custos e riscos previstos e reais foram comunicadas aos Pequenos Produtores/Membros da Comunidade e fornecer evidências que as informações sejam entendidas.

Resultados da auditoria de validação			
Requisito opcional não aplicável.			
Conformidade	Sim <input type="checkbox"/>	Não <input type="checkbox"/>	N/A <input checked="" type="checkbox"/>
NCR/OBS	Nenhum(a)		

2.8. Descrever as estruturas de governança e implementação do projeto e quaisquer estruturas de auto governança ou outras estruturas utilizadas para o agrupamento de Pequenos Produtores/Membros da Comunidade e demonstrar que permitem participação integral e efetiva dos Pequenos Produtores/Membros da Comunidade na tomada de decisões e implementação do projeto.

Resultados da auditoria de validação			
Requisito opcional não aplicável.			
Conformidade	Sim <input type="checkbox"/>	Não <input type="checkbox"/>	N/A <input checked="" type="checkbox"/>
NCR/OBS	Nenhum(a)		

2.9. Demonstrar como o projeto está desenvolvendo a capacidade de Pequenos Produtores/Membros da Comunidade e as organizações ou instituições locais relevantes a participar efetiva e ativamente da concepção, implementação e gestão do projeto.

Resultados da auditoria de validação			
Requisito opcional não aplicável.			
Conformidade	Sim <input type="checkbox"/>	Não <input type="checkbox"/>	N/A <input checked="" type="checkbox"/>

NCR/OBS	Nenhum(a)
---------	-----------

SEÇÃO BIODIVERSIDADE

B1. Biodiversidade no Cenário de Ausência do Projeto

Conceito

As condições originais de biodiversidade na Zona do Projeto e as mudanças esperadas no cenário de uso da terra na ausência de projeto são descritas.

Indicadores

1.1. Descrever a biodiversidade na Zona do Projeto no início do projeto e ameaças a tal biodiversidade, utilizando metodologias adequadas.

Resultados da auditoria de verificação em:			
O DCP apresenta em seu conteúdo uma descrição detalhada da Zona do projeto e as ameaças à biodiversidade. Tais ameaças são relacionadas ao desmatamento histórico acumulado da região e o baixo cumprimento da legislação para recuperação de APPs e RL devido, principalmente, aos altos custos de recuperação e à incapacidade da aplicação de ações de comando e controle pelos órgãos públicos (ref.1).			
Conformidade	Sim <input checked="" type="checkbox"/>	Não <input type="checkbox"/>	N/A <input type="checkbox"/>
NCR/OBS	Nenhum(a)		

1.2. Avaliar se a Zona do Projeto inclui algum dos seguintes atributos de Alto Valor para Conservação (*High Conservation Values – HCV*) relacionados à biodiversidade e descrever os atributos qualificativos de quaisquer HCV identificados⁹⁷:

a. Concentrações global, regional ou nacionalmente significativas de valores de biodiversidade:

- i. áreas protegidas⁹⁸;
- ii. espécies ameaçadas⁹⁹;
- iii. espécies endêmicas¹⁰⁰;
- iv. áreas que abrigam concentrações significativas de uma espécie em qualquer período de seu ciclo de vida¹⁰¹.

b. Grandes áreas de paisagens significativas em nível global, nacional ou regional, onde populações viáveis da maioria, senão da totalidade, das espécies que ocorrem naturalmente existem em padrões naturais de distribuição e abundância.

c. Ecossistemas raros ou ameaçados¹⁰².

⁹⁷ Tais atributos de Alto Valor para Conservação baseiam-se naqueles definidos pela Rede de Recursos de Atributos de Alto Valor para Conservação (HCV) (<http://hcvnetwork.org/>), onde há ajuda prática para o uso de HCV em cada região, incluindo documentos com diretrizes genéricas (Kits de Ferramentas) e páginas dos países. Observe que os atributos de Alto Valor para Conservação mais relacionados ao bem-estar das comunidades são tratados em CMI.2.

⁹⁸ tados em CMI.2. 108 'Áreas protegidas' são definidas como áreas de terra e/ou mar especialmente dedicadas à proteção e manutenção da diversidade biológica e dos recursos naturais e culturais associados e gerenciada através de um meio legal ou outro meio eficaz equivalente às Categorias I a VI de Gerenciamento de Área Protegida da IUCN (veja as definições em http://www.iucn.org/about/union/commissions/wcpa/wcpa_work/wcpa_strategic/wcpa_science/wcpa_categorie_s/index.cfm), assim com áreas cuja condição de área protegida foi proposta por um órgão regulatório relevante, mas ainda não foi oficialmente declarado e incluindo áreas protegidas por convenções internacionais (ou seja, áreas de Ramsar, Áreas de Patrimônio da Humanidade, Reservas o Homem e a Biosfera da UNESCO, etc.).

⁹⁹ Espécies incluídas nas categorias de ameaça da Lista Vermelha da IUCN como Criticamente Ameaçadas (CR), Ameaçadas (AM) e Vulneráveis (VU) (veja www.iucnredlist.org e o Glossário para obter mais informações), espécies classificadas pela IUCN como Vulneráveis (VU), Ameaçadas (AM) e Criticamente Ameaçadas (CR) em nível global ou regional, ou cujo comércio é regulado por acordos internacionais (por exemplo, CITES), além de espécies protegidas nacionalmente. A Lista Vermelha da IUCN continua incompleta e várias espécies ameaçadas ainda não foram avaliadas pela Comissão de Sobrevivência de Espécies da IUCN. Em alguns países, especialmente aqueles que não têm listas vermelhas da IUCN nem listas de espécies nacionalmente protegidas, é necessário consultar os especialistas para saber se tais espécies podem estar presentes.

¹⁰⁰ Espécies para as quais toda a distribuição global se restringe à área, região ou país (o nível de endemidade precisa ser definido).

¹⁰¹ Tais como em migrações, locais de alimentação ou áreas de acasalamento.

¹⁰² Inclui ecossistemas (intactos ou não) ou associações de espécies que sempre foram raros, aqueles que agora são raros ou estão muito reduzidos e aqueles dos quais os exemplos intactos são muito raros, mesmo se muito perturbados ou degradados. Para os ecossistemas ameaçados, a IUCN está coordenando o desenvolvimento de uma Lista

Identificar as áreas que precisam ser geridas para manter ou aperfeiçoar os HCVs identificados.

Resultados da auditoria de verificação em:			
O DCP (ref.1) considera toda a Zona do Projeto como Atributos de Alto Valor para Conservação.			
Dentro da Zona do projeto encontram-se:			
<ul style="list-style-type: none"> • 4,4 milhões de hectares de áreas protegidas existentes na Bacia do Xingu; • 4 espécies ameaçadas de aves; • 183 espécies ameaçadas de mamíferos; • extensas áreas de florestas primárias contíguas que servem como corredores de biodiversidade principalmente para grande mamíferos e • existência de ecossistemas ameaçados como a forte pressão de desmatamento nas cabeceiras próximas às terras indígenas (Ref.1). A região ainda contém áreas de ecótono entre cerrado e Amazônia. 			
A equipe de auditoria concorda com esta avaliação e determinação feita pelo proponente.			
Conformidade	Sim <input checked="" type="checkbox"/>	Não <input type="checkbox"/>	N/A <input type="checkbox"/>
NCR/OBS	Nenhum(a)		

1.3. Descrever como o cenário de uso da terra na ausência de projeto afetaria as condições de biodiversidade na Zona do Projeto¹⁰³.

Resultados da auditoria de verificação em:			
O DCP apresenta o cenário de uso da terra na ausência do projeto como a continuidade do uso agropecuário. Nesse cenário os corredores de biodiversidade estabelecidos pelas restaurações não seriam criados, reduzindo a amplitude de área para fauna e os serviços ecossistêmicos em geral (ref.1).			
Conformidade	Sim <input checked="" type="checkbox"/>	Não <input type="checkbox"/>	N/A <input type="checkbox"/>
NCR/OBS	Nenhum(a)		

B2. Impactos Líquidos Positivos sobre a Biodiversidade

Conceito

O projeto gera impactos líquidos positivos sobre a biodiversidade dentro da Zona do Projeto ao longo do período do projeto. O projeto mantém ou melhora qualquer atributo de Alto Valor para Conservação presente na Zona do Projeto que seja importante para a conservação da biodiversidade. Espécies nativas¹⁰⁴ são utilizadas a menos que haja uma justificativa e espécies invasoras¹⁰⁵ e organismos geneticamente modificados (OGM)¹⁰⁶ não são utilizados.

Indicadores

2.1. Utilizar metodologias adequadas¹⁰⁷ para estimar mudanças na biodiversidade, incluindo a estimativa dos impactos previstos e reais, positivos e negativos, diretos e indiretos resultantes das atividades do projeto no cenário com projeto na Zona do Projeto e ao longo do período do projeto. Tal estimativa deve estar baseada em suposições claramente definidas e defensáveis.

Vermelha de Ecossistemas. A lista refletirá os riscos de extinção em níveis local, regional e global, utilizando como categorias para os ecossistemas ameaçados as mesmas já utilizadas para as espécies ameaçadas: Vulnerável, Ameaçado e Criticamente Ameaçado. Quando estiver em operação, será um recurso importante para os países onde há pouca ou nenhuma informação sobre a priorização de ecossistemas nacionais (veja <http://www.iucnredlistofecosystems.org/>).

¹⁰³ Espécies para as quais toda a distribuição global se restringe à área, região ou país (o nível de endemidade precisa ser definido).

¹⁰⁴ 'Espécies nativas' são definidas como aquelas que são parte da composição de um ecossistema representativo natural da área onde o projeto se localiza.

¹⁰⁵ 'Espécies invasoras' são definidas como espécies não nativas que ameaçam ecossistemas, habitats ou espécies na Zona do Projeto, conforme identificado na Base de Dados Global de Espécies Invasoras: , e a partir de literatura científica e dos conhecimentos locais. <http://www.issg.org/database>, da literatura científica e dos conhecimentos locais.

¹⁰⁶ Organismos Geneticamente Modificados' são definidos como qualquer organismo vivo que possua uma nova combinação de material genético obtida através do uso de moderna biotecnologia e que sejam capazes de transferir ou replicar material genético.

¹⁰⁷ O manual a seguir é recomendado como diretriz sobre as metodologias adequadas: Social and Biodiversity Impact Assessment Manual (Richards e Panfil, 2011). Disponível em https://s3.amazonaws.com/CCBA/SBIA_Manual/SBIA_Part_1.pdf.

Resultados da auditoria de verificação em:			
O proponente revisou o desenho do projeto de forma a apresentar uma estimativa de impactos à biodiversidade decorrente da implementação das atividades do projeto (ref. 28, seções G1.8). Nesse sentido, é esperado que a restauração das áreas de preservação permanente degradadas no cenário de linha de base irá aumentar a disponibilidade de habitats para espécies de animais, conectando fragmentos isolados de vegetação e aumentando a biodiversidade na zona do projeto. O proponente ainda define parâmetros para monitoramento sobre a biodiversidade nas áreas do projeto. Assim, a ocorrência de propágulos alóctones de hábito zoocórico será monitorada de forma a se estimar o incremento no número de espécies animais com ocorrência na região.			
Conformidade	Sim <input checked="" type="checkbox"/>	Não <input type="checkbox"/>	N/A <input type="checkbox"/>
NCR/OBS	Nenhum(a)		

2.2 Demonstrar que os impactos líquidos do projeto sobre a biodiversidade na Zona do Projeto são positivos, em comparação com as condições de biodiversidade no cenário de uso da terra na ausência de projeto (descrito em B1).

Resultados da auditoria de verificação em:			
O proponente do projeto identifica como impactos positivos sobre a biodiversidade a contribuição para regulação da temperatura pelo aumento da cobertura vegetal ao longo dos cursos d'água incluindo melhorias sobre a vida aquática nesses rios e nascentes e proporcionando maior interconectividade entre fragmentos. Tais benefícios não seriam obtidos na ausência do projeto, ao menos para aquelas sob influência direta das ações de restauração. A abordagem programática definida pelo proponente (ref.1) tem como objetivo alcançar a escala necessária para que os impactos positivos ganhem amplitude.			
Conformidade	Sim <input checked="" type="checkbox"/>	Não <input checked="" type="checkbox"/>	N/A <input type="checkbox"/>
NCR/OBS	Nenhum(a)		

2.3. Descrever as medidas necessárias e adotadas para mitigar impactos negativos na biodiversidade e quaisquer medidas necessárias e adotadas para a manutenção ou melhoria dos atributos de Alto Valor para Conservação (identificados em B1.2) consistentes com o princípio da precaução.

Resultados da auditoria de verificação em:			
O proponente do projeto não apresenta no DCP (ref. 1) a estimativa de impactos reais, positivos e negativos, diretos e indiretos na biodiversidade, que sejam resultantes das atividades do projeto ao longo de seu período de duração, bem como as metodologias utilizadas para tal estimativa, baseada em suposições claramente definidas e defensáveis. Assim, medidas necessárias e adotadas para mitigar impactos potenciais na biodiversidade não foram definidas no DCP. A equipe considerou que a conformidade ao indicador requer a tratativa do NCR#10/15 referente ao indicador B2.1			
Conformidade	Sim <input type="checkbox"/>	Não <input checked="" type="checkbox"/>	N/A <input type="checkbox"/>
NCR/OBS	NCR#10/15		

2.4. Demonstrar que nenhum atributo de Alto Valor para Conservação (identificado em B1.2) é negativamente afetado pelo projeto.

Resultados da auditoria de verificação em:			
É de entendimento do time de auditoria que ações de reflorestamento não sejam potencialmente capazes de impactar os AAVCs identificados pelo proponente do projeto no DCP e apontados no apêndice A, item B1.2 deste relatório, acima.			
Conformidade	Sim <input checked="" type="checkbox"/>	Não <input type="checkbox"/>	N/A <input type="checkbox"/>
NCR/OBS	Nenhum(a)		

2.5. Identificar todas as espécies utilizadas pelo projeto e mostrar que nenhuma espécie invasora conhecida será introduzida em nenhuma área afetada pelo projeto e que a população de qualquer espécie invasora não aumentará como resultado do projeto.

Resultados da auditoria de verificação em:			
Todas as espécies utilizadas no plantio são listadas e apresentadas no DCP (ref.1). Dentre as 200 espécies de plantas utilizadas para o preparo da muvuca, nenhuma é espécie invasora.			
Conformidade	Sim <input checked="" type="checkbox"/>	Não <input type="checkbox"/>	N/A <input type="checkbox"/>
NCR/OBS	Nenhum(a)		

2.6. Descrever possíveis efeitos adversos de espécies não nativas¹⁰⁸ utilizadas pelo projeto no ambiente da região, incluindo impactos em espécies nativas e introdução ou facilitação de doenças. Justificar qualquer uso de espécies não nativas em vez de espécies nativas.

Resultados da auditoria de verificação em:			
Conforme o DCP (ref.1) e a observação em campo, as espécies exóticas utilizadas são pioneiras, de ciclo curto que cumprem seu papel ecológico de sombreamento, preparo do solo e estabelecimento de microclima propício para as espécies secundárias e clímax. São utilizadas: feijão guandu (<i>Cajanus cajan</i>), feijão de porco (<i>Cannavalia ensiformis</i>), espécies de crotalárias (<i>spectabilis</i> e <i>juncea</i>), e mucuna (<i>cinereum</i> e <i>aterrima</i>).			
Pela experiência do proponente na utilização do método empregado na Campanha Y Ikatu Xingu, não há impactos negativos na utilização dessas espécies. A equipe de auditoria concorda com as colocações do proponente neste ponto.			
Conformidade	Sim <input checked="" type="checkbox"/>	Não <input type="checkbox"/>	N/A <input type="checkbox"/>
NCR/OBS	Nenhum(a)		

2.7. Garantir que nenhum OGM será utilizado para gerar reduções ou remoções de emissões de GEE.

Resultados da auditoria de verificação em:			
As observações de campo e avaliação da documentação fornecida (ref.1) confirmaram que não são utilizados organismos geneticamente modificados nas atividades do plantio.			
Conformidade	Sim <input checked="" type="checkbox"/>	Não <input type="checkbox"/>	N/A <input type="checkbox"/>
NCR/OBS	Nenhum(a)		

2.8. Descrever os possíveis efeitos adversos de fertilizantes, pesticidas químicos, agentes de controle biológico e outros insumos utilizados no projeto e justificar o seu uso.

Resultados da auditoria de verificação em:			
O proponente do projeto utiliza insumos agrícolas como calcário e fertilizante para o desenvolvimento das mudas. É feito também controle químico do capim, uma vez que a extensão das áreas e custo da mão de obra não permite que seja feito roçado manual (ref.1). É de entendimento do time de auditoria que o uso destes insumos e defensivos químicos não constitua fonte potencial de impactos ao meio ambiente, devido a escala e intensidade com o qual são utilizados.			
Conformidade	Sim <input checked="" type="checkbox"/>	Não <input type="checkbox"/>	N/A <input type="checkbox"/>
NCR/OBS	Nenhum(a)		

2.9. Descrever o processo de identificação, classificação e gerenciamento de todos os resíduos resultantes das atividades do projeto¹⁰⁹.

Resultados da auditoria de verificação em:			
--	--	--	--

¹⁰⁸ 'Espécies não nativas' são definidas como espécies que ocorrem fora de sua área natural, introduzidas de maneira acidental ou intencional.

¹⁰⁹ Podem incluir, mas não se limitam a: métodos de coleta, armazenamento, movimentação, tratamento e descarte de resíduos animais, vegetais, de processamento de alimentos, municipais e industriais, desenvolvimento de produtos a partir de materiais residuais, incluindo biocombustíveis, engenharia e análise de sistemas projetados e existentes para o descarte de resíduos e pesticidas, recipientes, reciclagem de resíduos pré e pós-consumo, métodos melhorados para a mitigação de impactos ambientais e riscos de biossegurança devido a resíduos agrícolas, florestais, municipais e industriais, etc. Veja http://www.nifa.usda.gov/business/pdfs/reepreport_project_init_grant_class_rev_4_4_13.pdf

Considerando a escala e intensidade das ações de reflorestamento é de entendimento do time de auditoria que os resíduos gerados no escopo das atividades do projeto não sejam significativos (ref.1). Não obstante a isso, não foi observado ao longo da auditoria de campo qualquer indício de destinação inadequada de resíduos.

Conformidade	Sim <input checked="" type="checkbox"/>	Não <input type="checkbox"/>	N/A <input type="checkbox"/>
NCR/OBS	Nenhum(a)		

B3. Impactos sobre a Biodiversidade Fora da Zona do Projeto

Conceitos

Os impactos negativos sobre a biodiversidade fora da Zona do Projeto resultantes das atividades do projeto são avaliados e mitigados.

Indicadores

3.1. Identificar possíveis impactos negativos sobre a biodiversidade que as atividades do projeto provavelmente causem fora da Zona do Projeto.

Resultados da auditoria de verificação em:			
Devido a natureza e escala do projeto, fica caracterizada a impossibilidade da geração de impactos negativos a biodiversidade na zona do projeto em decorrência das ações do projeto.			
Conformidade	Sim <input checked="" type="checkbox"/>	Não <input type="checkbox"/>	N/A <input type="checkbox"/>
NCR/OBS	Nenhum(a)		

3.2. Descrever as medidas necessárias e adotadas para mitigar os impactos negativos sobre a biodiversidade fora da Zona do Projeto.

Resultados da auditoria de verificação em:			
Através do processo de auditoria ficou caracterizada a impossibilidade de impactos negativos à biodiversidade na zona do projeto, em função das ações de reflorestamento do projeto. Logo ações de mitigação de impacto tornam-se irrelevantes.			
Conformidade	Sim <input checked="" type="checkbox"/>	Não <input type="checkbox"/>	N/A <input type="checkbox"/>
NCR/OBS	Nenhum(a)		

3.3. Avaliar possíveis impactos negativos sobre a biodiversidade não mitigados fora da Zona do Projeto e compará-los com os benefícios do projeto sobre a biodiversidade dentro da Zona do Projeto. Justificar e demonstrar que o efeito líquido do projeto sobre a biodiversidade é positivo.

Resultados da auditoria de verificação em:			
Impactos potencialmente negativos à biodiversidade na zona do projeto foram considerados improváveis devido à escala e frequência dos eventos de reflorestamento.			
Conformidade	Sim <input type="checkbox"/>	Não <input type="checkbox"/>	N/A <input checked="" type="checkbox"/>
NCR/OBS	Nenhum(a)		

B4. Monitoramento dos Impactos sobre a Biodiversidade

Conceitos

O monitoramento dos impactos sobre a biodiversidade estima as mudanças na biodiversidade resultantes das atividades do projeto dentro e fora da Zona do Projeto.

Indicadores

4.1. Desenvolver e implementar um plano de monitoramento que identifique as variáveis de biodiversidade¹¹⁰ a ser monitoradas, as áreas a ser monitoradas, os métodos de amostragem e a frequência do monitoramento e da preparação de relatórios¹¹¹. As variáveis de monitoramento devem estar diretamente vinculadas aos objetivos do projeto para a biodiversidade e às atividades, resultados e impactos previstos identificados no modelo causal do projeto relacionado à biodiversidade (descrito em G1.8).

Resultados da auditoria de verificação em:			
O proponente apresenta no DCP (ref.1) um plano de monitoramento da biodiversidade realizado a cada 5 anos com avaliação de abundância de espécies da flora e registro das espécies da fauna.			
Conformidade	Sim <input checked="" type="checkbox"/>	Não <input type="checkbox"/>	N/A <input type="checkbox"/>
NCR/OBS	Nenhum(a)		

4.2. Desenvolver e implementar um plano de monitoramento para estimar a efetividade das medidas tomadas para manter ou melhorar todos os atributos de Alto Valor para Conservação relacionados à Biodiversidade global, regional ou nacionalmente significativa (identificada em B1.2) presente na Zona do Projeto.

Resultados da auditoria de verificação em:			
Conformidade	Sim <input type="checkbox"/>	Não <input type="checkbox"/>	N/A <input type="checkbox"/>
NCR/OBS	Nenhum(a)		

4.3. Divulgar o plano de monitoramento e os resultados do monitoramento, garantindo que estejam publicamente disponíveis na internet e que seus resumos sejam comunicados às Comunidades e Outros Atores pelos meios adequados.

Resultados da auditoria de verificação em:			
O resultado do monitoramento da biodiversidade será compartilhado nas páginas web do ISA e do ICV, bem como divulgado na Rede de Sementes do Xingu (ref.1)			
Conformidade	Sim <input checked="" type="checkbox"/>	Não <input type="checkbox"/>	N/A <input type="checkbox"/>
NCR/OBS	Nenhum(a)		

Critério Opcional

GL3. Benefícios Excepcionais para a Biodiversidade

Conceito

Os projetos conservam a biodiversidade em áreas globalmente significativas para a conservação da biodiversidade, selecionadas de acordo com a estrutura de Áreas Chave para a Biodiversidade (ACB) de vulnerabilidade e unicidade¹¹².

A conservação da biodiversidade nessas áreas pode contribuir para satisfazer os compromissos do país com as Metas de Aichi de acordo com a Convenção da Diversidade Biológica e com as prioridades identificadas em uma Estratégia e Plano de Ação Nacional para a Biodiversidade.

¹¹⁰ Possíveis variáveis podem incluir, mas não se limitam a: abundância de espécies; tamanho, distribuição, tendências e diversidade populacional; área, qualidade e diversidade do habitat; conectividade de paisagens; e fragmentação florestal.

¹¹¹ O manual a seguir é recomendado como diretriz sobre as metodologias de monitoramento adequadas: Social and Biodiversity Impact Assessment Manual (Richards e Panfil, 2011). Disponível em www.climate-standards.org.

¹¹² 'Áreas Chave para a Biodiversidade' são áreas globalmente significativas para a conservação da biodiversidade, que cumprem com os critérios baseados em uma estrutura de vulnerabilidade e unicidade definida em termos de espécies e níveis de ameaça populacional conforme definidos em Identification and Gap Analysis of Key Biodiversity Areas (Veja Langhammer, P.F., Bakarr, M.I., Bennun, L.A., Brooks, T.M., Clay, R.P., Darwall, W., De Silva, N., Edgar, G.J., Eken, G., Fishpool, L.D.C., Fonseca, G.A.B. da, Foster, M.N., Knox, D.H., Matiku, P., Radford, E.A., Rodrigues, A.S.L., Salaman, P., Sechrest, W., e Tordoff, A.W. 2007. Identification and gap analysis of Key Biodiversity Areas: Targets for comprehensive protected area systems. Best Practice Protected Areas Guidelines Series No. 15. IUCN, Gland, Suíça, <http://www.iucn.org/dbtw-wpd/edocs/PAG-015.pdf>)

Indicadores

3.1. Demonstrar que a Zona do Projeto inclui uma área de alta prioridade para conservação da biodiversidade que cumpre com os critérios de vulnerabilidade ou unicidade definidos abaixo¹¹³, identificando as espécies ‘disparadoras’¹¹⁴ que fazem com que a área cumpra alguma das seguintes condições de qualificação e fornecendo evidências de que se cumpram as condições de qualificação:

3.1.1 Vulnerabilidade

Ocorrência regular de espécies ameaçadas globalmente (de acordo com a Lista Vermelha da IUCN) na área:

- Espécies Criticamente Ameaçadas (CR) e Ameaçadas (AM) – presença de pelo menos um indivíduo; ou
- Espécies Vulneráveis (VU) – presença de pelo menos 30 indivíduos ou 10 pares.

OU

Unicidade

Uma proporção mínima da população global de uma espécie presente na área, em qualquer estágio de seu ciclo de vida, de acordo com os seguintes limiares¹¹⁵:

- Espécies com distribuição restrita – espécies com distribuição global menor que 50.000 km² e com 5% da população global na área; ou
- Espécies com distribuição ampla, porém agregada – 5% da população global na área; ou
- Congregações globalmente significativas – 1% da população sazonal global na área; ou
- Fontes populacionais globalmente significativas – 1% da população global na área.

Resultados da auditoria de verificação em:			
O projeto não foi concebido para comprovar a conformidade com este requisito opcional do padrão e não busca atingir o nível ouro para o benefícios excepcionais relacionados a biodiversidade.			
Conformidade	Sim <input type="checkbox"/>	Não <input type="checkbox"/>	N/A <input checked="" type="checkbox"/>
NCR/OBS	Nenhum(a)		

3.1 Descrever as tendências populacionais recentes¹¹⁶ de cada uma das espécies Disparadoras¹¹⁷ na Zona do Projeto no início do projeto e descrever as mudanças mais prováveis no cenário de uso da terra na ausência de projeto.

Resultados da auditoria de verificação em:
Requisito opcional não aplicável.

¹¹³ As áreas qualificadas podem ser identificadas com base nas informações disponíveis sobre a área ou pela consulta das listas existentes de Áreas Chave para a Biodiversidade identificadas até agora em nível nacional, subnacional ou regional em mais de 200 países. A Integrated Biodiversity Assessment Tool (IBAT) para empresas permite a visualização e o download do Sistema de Informação Geográfica (SIG) de áreas protegidas e abordagens de priorização, incluindo Áreas Chave para a Biodiversidade <https://www.ibatforbusiness.org/login>

¹¹⁴ Uma ‘espécie disparadora’ de Área Chave para a Biodiversidade é qualquer espécie que faça com que uma área cumpra com as condições de qualificação como Área Chave para a Biodiversidade. ‘Identification and Gap Analysis of Key Biodiversity Areas’ (Langhammer et al. 2007). IUCN. https://cmsdata.iucn.org/downloads/pag_015.pdf.

¹¹⁵ Embora haja amplo consenso sobre a necessidade de um subcritério para agrupamentos restritos biorregionalmente, tal subcritério foi excluído dos Padrões até que haja um acordo sobre as diretrizes e limiares.

¹¹⁶ Isso pode ser obtido pela coleta de um pequeno número de medidas diretas (tais como tendência em tamanho populacional absoluto) ou pela triangulação de um conjunto maior de indicadores menos diretos, mas mais fáceis de medir (relacionados ao modelo causal), tais como abundância relativa, ocupação da área, intensidade das ameaças chave (extração, mortalidade, mudança de habitat, perturbação) e/ou parâmetros demográficos chave como produtividade por ninhada. Quando houver falta de evidências diretas, as tendências passadas podem ser determinadas a partir das avaliações de ameaças, relatórios locais verossímeis, etc.,. Projeções da tendência populacional devem estar relacionadas à teoria de mudanças descrita em G1.7 e às avaliações de ameaças em B1.1.

¹¹⁷ Em casos onde ocorram várias espécies disparadoras, é aceitável concentrar a tendência populacional (GL3.2), as medidas de conservação (GL3.3) e o monitoramento (GL3.4) em pelo menos três espécies que incluam (i) espécies para as quais as populações da área sejam globalmente mais significativas, (ii) aquelas que enfrentem as ameaças mais agudas na área e (iii) aquelas para as quais o gerenciamento será benéfico para uma gama maior de outras espécies disparadoras que enfrentem ameaças similares.

Conformidade	Sim <input type="checkbox"/>	Não <input type="checkbox"/>	N/A <input checked="" type="checkbox"/>
NCR/OBS	Nenhum(a)		

3.3 Descrever as medidas¹¹⁸ necessárias e tomadas para manter ou melhorar as condições populacionais de cada espécie Disparadora na Zona do Projeto e reduzir as ameaças a elas com base no modelo causal que identifica as ameaças às espécies Disparadoras e atividades para administrá-las.

Resultados da auditoria de verificação em:			
Requisito opcional não aplicável.			
Conformidade	Sim <input type="checkbox"/>	Não <input type="checkbox"/>	N/A <input checked="" type="checkbox"/>
NCR/OBS	Nenhum(a)		

3.4 Incluir indicadores da tendência populacional de cada espécie Disparadora e/ou das ameaças a elas no plano de monitoramento e demonstrar a efetividade das medidas necessárias e adotadas para manter ou melhorar as condições populacionais das espécies Disparadoras¹¹⁹.

Resultados da auditoria de verificação em:			
Requisito opcional não aplicável.			
Conformidade	Sim <input type="checkbox"/>	Não <input type="checkbox"/>	N/A <input checked="" type="checkbox"/>
NCR/OBS	Nenhum(a)		

¹¹⁸ Seguindo a diretriz de boas práticas para o gerenciamento de espécies in loco, incluindo medidas de gerenciamento ativo e re-introdução, conforme aplicável, e consistente com qualquer plano existente e relevante de gerenciamento de espécies.

¹¹⁹ 9As condições populacionais ou até a presença na área podem ser difíceis de estabelecer para algumas espécies ameaçadas, raras ou crípticas, por exemplo. Evidência de que as ameaças à espécie estão sendo administradas pode ser utilizada para demonstrar que as condições populacionais da espécie provavelmente serão mantidas ou melhoradas como resultado das atividades do projeto.